PROGRAMA DE GOVERNO

FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA

PSOL – PCB – PSTU

Governador: Ailton Lopes (PSOL)
Vice-Governador: Benedito Oliveira (PCB)
Senadora: Raquel Dias (PSTU)

APRESENTAÇÃO

"Faz escuro mas eu canto, porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro, a cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir para esperar a cor do mundo mudar.
Já é madrugada, vem o sol, quero alegria,
que é para esquecer o que eu sofria.
Quem sofre fica acordado defendendo o coração.
Vamos juntos, multidão, trabalhar pela alegria, amanhã é um novo dia."
(Thiago de Mello)

Como forma de apresentar nossa leitura da realidade, nossos princípios e nossas propostas, e em cumprimento ao que determina o Art.11, IX, da Lei 9504 (Lei de Eleições), a coligação Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PCB/PSTU) traz a síntese dos debates sobre programa que foram realizados nos últimos meses em atividades com seus militantes e abertas à sociedade civil.

A construção programática aqui apresentada se construiu em um processo de discussões e participação da militância do PSOL que se materializou nas prévias internas, durante cerca de 2 meses e com a participação de centenas de militantes, dos debates históricos e atuais do PCB e do PSTU e de diversos encontros entre a militância destes partidos e movimentos sociais e setores da classe trabalhadora cearense. Além disso, o acúmulo histórico da esquerda social cearense, expresso em grande medida nas lutas históricas e nos programas de governo anteriormente apresentados nas campanhas eleitorais dos partidos da Frente de Esquerda, serve como base e como princípio norteador para todas as reflexões e propostas aqui apresentadas.

Como não se rebelar nesses nossos tempos? Quando educação e saúde se tornam privilégios, quando a barbárie bate à porta, quando as injustiças aumentam, quando tudo vira fetiche e mercadoria, quando a "força da grana" apenas ergue o feio pesadelo do capital e destrói o sonho das coisas belas, como não se rebelar? Quando crianças, idosos e gestantes são despejados de suas casas para dar lugar às obras da Copa do Mundo e para o favorecimento de empreiteiras e do mercado imobiliário, quando a vida e o futuro são espremidos pela sede de lucro e a cobiça contamina mares, rios e ar, digam-nos... como não se rebelar?

A indignação e a racionalidade dizem em uníssono que estes são tempos de recusas, rebeldias e insurgências, em todas as suas cores, formas e ações: do movimento popular e sindical pela dignidade e trabalho às lutas ecológicas contra a dilapidação da vida e da natureza pelo capital; da resistência e luta feminista, anti-racista e anti-homofóbica contra as opressões e explorações, em todas as suas variantes, ao grito contra a militarização da sociedade, o extermínio da juventude pobre e a crescente lógica de criminalização e encarceramento sob o signo hipócrita de uma suposta "guerra às drogas"; da luta no campo, por terra e água, pela reforma agrária e pela demarcação dos territórios dos povos indígenas e quilombolas às lutas na cidade, por mobilidade, moradia e qualidade de vida.

Foi assim que em 2013 o arranjo dos dominantes foi sacudido pelos milhões que saíram às ruas. Era uma primavera em junho, de flores brotando e rompendo o asfalto. Nestes próximos anos, por mais que queiram que não mais sintamos o cheiro daquela primavera, por mais que queiram deter nossa indignação à base da mais escancarada

repressão de Estado, a inspiração nos chegará como o aroma da caatinga molhada e florida. Ela vem das greves e protestos de operários do Pecém, de servidores públicos e da comunidade universitária nas instituições estaduais de ensino; das ocupações do Cocó e da Assembleia Legislativa; da resistência dos pescadores das comunidades do Cumbe, de Tatajuba e de outras tantas que lutam na zona costeira; das comunidades Lauro Vieira Chaves, Aldaci Barbosa e outras; dos Pitaguary, dos Anacé, Tremembé, Tapeba, Kariri, Jenipapo-Kanindé e demais povos indígenas e quilombolas cearenses; dos trabalhadores, trabalhadoras e jovens do campo, espremidos pelo latifúndio e a migração para a periferia das cidades.

Em 2014, mais do que nunca, a urna deve servir às ruas e aos sonhos que nela não cabem. Nós, da Frente de Esquerda Socialista, não disputamos eleições para nos tornarmos os/as novo(a)s gerentes desse regime apodrecido. Nossas candidaturas deverão falar de luta, de liberdade, de insurgência contra o capital e seus representantes. Deverão enfrentar os discursos que pregam a violência e o ódio, fazendo frente a ofensiva conservadora e fundamentalista contra os direitos das minorias sociais. É por isso que, neste momento de debate político que as eleições despertam em toda sociedade, apresentamos a candidatura de Ailton Lopes para o governo do Estado do Ceará.

Nascido em Pau dos Ferros (RN) em 1978, Ailton vive em Fortaleza desde 1985. Iniciou sua militância como lutador social na Pastoral da Juventude. Em 1998, começou a participar ativamente do movimento estudantil da Universidade Estadual do Ceará (UECE), fez parte do Centro Acadêmico 9 de Setembro, da Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária e do Diretório Central dos Estudantes. Foi militante do PT, partido com o qual rompeu ao perceber a sua completa integração à ordem, dedicando-se, desde 2005, a construir uma alternativa de esquerda socialista que pudesse ser uma ferramenta de transformação social necessária para o povo brasileiro: o PSOL. No PSOL, Ailton foi candidato a deputado estadual em 2006 e posteriormente a vereador de Fortaleza em 2008. Hoje, atua profissionalmente como bancário, professor de português e espanhol e linguista crítico e dedica a sua militância às causas sindicais, à oposição bancária e ao movimento pela diversidade sexual.

Nosso porta-voz deve ser uma representação da síntese da luta contra a exploração e a opressão. Nosso estado ainda possui 17% da população não alfabetizada e a cobertura da educação infantil segue precária. Há tão somente pouco mais de 20 mil leitos hospitalares disponíveis no Sistema Único de Saúde, para uma população de quase 9 milhões de pessoas. Atualmente 50 municípios cearenses sofrem com problema de abastecimento de água enquanto as indústrias pesadas e o agronegócio são privilegiados pela oligarquia elitista, numa lógica de falso desenvolvimento que só visa o lucro e a concentração de renda à custa da sede e da miséria. Também no Ceará, milhares de jovens morrem todos os anos nas periferias. Diante da necessidade de reverberar estas lutas e de superar o machismo, o patriarcado e a intolerância, Ailton é nosso porta-voz porque nem a mais feroz opressão pode silenciar a beleza de nossos sonhos – o encontro e a igualdade na diversidade.

Somos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, artesãs e artesãos, negras e negros, crianças e idosos, índios e quilombolas, lutadores e lutadoras do campo e da cidade. Somos lésbicas, gays, transexuais e travestis em busca de sua

liberdade. Somos ecossocialistas e feministas. Somos o povo anônimo que almeja justiça e igualdade e necessita romper o tédio das conformidades.

Nossos sonhos não cabem nas urnas e nossa luta não se esgota no processo eleitoral. Mas sabemos, igualmente, que toda vitória contra os que nos exploram e os que nos reprimem é necessária e urgente. É preciso que todas as cores da rebeldia ajudem a furar o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

INTRODUÇÃO – EIXOS PROGRAMÁTICOS

Vivemos tempos de luta. Tempos em que a juventude brasileira e a classe trabalhadora começam a tomar seu destino nas mãos, rejeitar o velho e construir o novo. A partir de junho de 2013 cresceu a consciência de que é preciso lutar e é possível vencer. Essa consciência, antes difusa e generalizada, estimulou os setores populares e da classe trabalhadora, que com suas organizações, métodos e tradições transformaram em pauta política suas lutas por uma vida mais digna.

E temos mesmo, no mundo, no Brasil e aqui no Ceará, muitos motivos para protestar. A apropriação privada da produção social coletiva, característica elementar do capitalismo, produz uma sociedade em que a concentração de renda é criminosa. Hoje, as 85 pessoas mais ricas do mundo concentram em suas mãos a mesma renda que as 3,570 bilhões de pessoas mais pobres. Quase metade de toda a riqueza do planeta está nas mãos de apenas 1% da população mundial. É humanamente impossível não se revoltar contra isso, não se indignar.

Para piorar a situação, a crise econômica que vivemos desde 2008 já jogou no desemprego mais 62 milhões de trabalhadores em todo o mundo. Isso porque, nas crises, para preservar seu lucro, cada proprietário de banco, terra ou fábrica, conta com a prestimosa colaboração dos governos para "ajustar a produção". Assim, congelam-se salários, precarizam-se direitos, prolonga-se o ritmo de trabalho, demite-se. A OIT diz que, em 2014, teremos 202 milhões de desempregados no mundo.

O Governo Dilma, do PT, ao invés de proteger o trabalhador e o futuro da juventude brasileira neste momento de crise, envia ao Congresso e tenta a aprovação de um projeto que flexibiliza ao máximo a contratação de terceirizados, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

No Ceará também não nos faltam motivos para lutar contra um governo que diante da pior seca que gerações de cearenses presenciaram, escolhe como prioridade a construção de um aquário. Diante da seca, Cid preocupou-se em defender os interesses do agronegócio, com um projeto de desenvolvimento agrário excludente, ambientalmente destrutivo, e socialmente irresponsável.

Na Barra do Ceará, Conjunto Palmeiras, Jangurussu e Barroso a população jovem, negra e pobre é dizimada com números que refletem a violência de uma verdadeira guerra de extermínio contra a população civil. Na saúde, tetos e fachadas desabam em hospitais, faltam leitos, o "piscinão" do HGF se generaliza para as unidades de saúde administradas pelo estado.

Os Ferreira Gomes não têm o menor compromisso com as necessidades do povo, nem tampouco têm qualquer tipo de pudor em esconder sua opção de classe ao governar para os ricos. Enquanto viaja para a Europa com a esposa e a sogra, ou passa alguns dias de férias em ilhas croatas às custas dos cofres públicos, enquanto gasta meio bilhão de reais com o buffet de inauguração do Centro de Eventos, a saúde, a educação e a segurança apresentam números que apenas evidenciam como é sofrida a vida dos trabalhadores.

Nenhuma oligarquia regional como os Ferreira Gomes, nem PT, PSDB, PMDB ou qualquer de seus aliados, pode romper a lógica do mercado e garantir o que as ruas exigem: Salário, Transporte Público, Saúde, Moradia, Educação e Segurança. Porque para isso é preciso romper com quem transforma direitos em mercadoria e lucra com o sofrimento, a privação e miséria do povo.

Depois das jornadas de luta em junho de 2013, enquanto nas ruas o povo pedia a qualidade dos serviços públicos e uma vida digna, o governo dava como resposta ao grave problema da saúde pública no país, o programa Mais Médicos, e a oposição de direita liderada pelo PSDB reduziu a discussão à participação de médicos cubanos no programa. No entanto, o que nem PT nem PSDB disseram aos trabalhadores, aos jovens, aos que morrem nas filas dos hospitais, é que dos 91,7 bilhões de reais aprovados para a saúde no orçamento de 2012, o Governo Federal executou apenas 46 bilhões (1,7% do PIB), ao mesmo tempo em que, demostrando sua verdadeira prioridade, destinou 750 bilhões para o pagamento de dívidas (27,7% do PIB).

Nós do **PSOL**, **PSTU** e **PCB** fizemos oposição ao governo do PT sem cair na armadilha de apontar a volta da direita tradicional como alternativa, e aqui no Ceará sempre fizemos oposição programática ao governo Cid Gomes.

PSOL, **PSTU** e **PCB** estivemos desde sempre na luta. Onde houve luta por moradia contra as remoções, onde houve luta por salário e condições dignas de trabalho, onde houve resistência contra a precarização da educação, onde os estudantes lutaram pelo passe livre, onde houve protestos contra a violência que extermina a juventude negra e pobre da periferia, onde se discutiu a importância de valorização do SUS e da saúde básica, onde houve resistência na defesa do meio ambiente e combate às opressões lá estivemos.

Agora, durante o processo eleitoral, constituímos uma coligação que tentará impedir que PT, PSDB, PSB e PMDB se apresentem como alternativa aos problemas que vivemos. Eles governaram juntos. São parte do problema, não da solução.

Queremos juntos apresentar aos lutadores do Ceará uma **Frente de Esquerda** que expresse na disputa eleitoral um **programa radical, classista, de ruptura, que apoie as lutas em curso**, que diga que lutar por direitos não é crime e que ter Salários, Educação, Saúde, Transporte e Moradia é antes de tudo uma questão política de defesa de um projeto de superação das desigualdades, e não, técnica.

Neste momento é preciso ter coragem para discutir política.

Para dizer, por exemplo, no campo da **Segurança**, que enquanto os demais candidatos defendem a escalada da violência como solução, nós da Frente de Esquerda Socialista defendemos a desmilitarização da Polícia Militar e o Controle Popular dos Órgãos de Segurança. Dizer que defendemos sim o Direito de Sindicalização, Greve e Livre Organização e Expressão dos policiais militares. Coragem para defender nossa posição política claramente contrária à redução da maioridade penal e as experiências das Unidades de Polícia Pacificadora, e para defender a legalização das drogas como parte da solução do problema do extermínio de nossa juventude.

Na **Educação**, apresentamos um programa que denuncia o caráter mercadológico das políticas sociais do governo Cid. Aqui, queremos apresentar um programa que seja expressão e apoio às lutas dos trabalhadores e estudantes das Universidades Públicas Estaduais contra o sucateamento perpetrado pelo governo Cid, que, em números proporcionais,reduziu o orçamento estadual destinado ao custeio e financiamento das universidades públicas. Nestas eleições, a Frente de Esquerda Socialista quer debater um programa que assuma a clara posição contrária à precarização das relações de trabalho, que defenda a realização de concurso público, e o investimento de 10% do PIB em educação.

Queremos discutir no processo eleitoral uma inversão na pauta de **Prioridades Orçamentárias**, e, para tanto, deixar claro que, para atender a todas as demandas populares, suspenderemos imediatamente o pagamento da dívida pública do estado, realizaremos auditorias nesta dívida e nas licitações do governo, e uma vez eleitos, não respeitaremos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prioriza a saúde do sistema financeiro em detrimento das necessidades do povo.

No que toca à **Questão Agrária e Ambiental**, é preciso antes de tudo denunciar da Violência no Campo e fazer uma defesa radical das lutas populares por terra e acesso à água. Para nós, da Frente de Esquerda Socialista, a democratização e controle popular do acesso à água, a extensão das políticas sociais de saúde e educação no campo, a reforma agrária, a defesa da demarcação dos territórios pesqueiros, quilombolas, indígenas e áreas de proteção ambiental e livres da mineração e das eólicas, é o passo fundamental para discutir com os trabalhadores do campo uma política pública consequente de convivência com o semiárido. Esta política pública passa, evidentemente, pelo fim das isenções fiscais ao agronegócio e aos agrotóxicos, e pelo apoio e fortalecimento das práticas agroecológicas e produção orgânica da agricultura familiar.

Partindo desta discussão sobre a convivência com o semiárido e a reforma agrária, a Frente de Esquerda Socialista defende uma **Política Urbana** que tenha como prioridade a universalização do acesso à água e ao saneamento básico. Um programa de Obras Públicas de Moradia e de Regularização Fundiária planejados e executados com a participação dos movimentos populares de defesa da moradia. Precisamos evidenciar, ao longo do debate e do espaço que as eleições nos abrem, o verdadeiro crime contra a dignidade humana que foram as remoções e despejos forçados praticados pelo governo de Cid Gomes e seus aliados.

Ao discutirmos, em nosso programa a Política Urbana, o tema da **Mobilidade** ganha destaque a partir das lutas travadas por trabalhadores e usuários deste serviço público essencial, é por isso que nosso programa parte do apoio às lutas dos trabalhadores rodoviários urbanos e intermunicipais por salário e melhores condições de trabalho e às lutas pelo Passe Livre para a Juventude e Trabalhadores Desempregados. Queremos abordar o tema do Transporte como Direito e não como Mercadoria, defendendo que além de público ele seja também gratuito. É preciso fazer a defesa de um projeto de mobilidade centrado no transporte coletivo em detrimento do individual – Ônibus, Metrôs e Trens – que integre capital e interior, e viabilize o "Direito de Acesso à Cidade", que integre o pedestre e outros modais de transporte, destacadamente a bicicleta.

Na **Saúde**, tema tão sensível a todos nós da classe trabalhadora, precisamos denunciar a precarização do setor, as privatizações e terceirizações em curso, que transformam a saúde em apenas mais uma oportunidade de mercado para grandes grupos econômicos. Por isso a Frente de Esquerda Socialista defende uma política de universalização do acesso à Água e Saneamento Básico, o Fortalecimento da Saúde Primária, uma Política de Tratamento dos Dependentes Químicos a partir de nosso posicionamento político em defesa da Legalização das Drogas, o Fim das Internações Compulsórias e a Defesa da Luta Antimanicomial.

Nascido dos processos de luta, é claro que este programa não pode deixar de tratar da **Participação Popular do Combate às Opressões/Exploração**. Vivemos um processo de profunda e benéfica contestação a um sistema político profundamente antidemocrático. Todas as propostas do governo que sobre Reforma Política têm como único objetivo restaurar a confiança perdida nas instituições sem, contudo, mudar sua natureza de classe e sua metodologia que afasta o povo do processo decisório. Por esta razão, apoiamos as lutas e as formas de organização autônomas dos movimentos sociais, e queremos discutir as políticas públicas estaduais diretamente com as organizações populares da classe trabalhadora e dos estudantes em seus espaços de unidade, por locais de trabalho e moradia.

Políticas Sociais estas que, centradas na efetivação dos direitos humanos, sejam radicalmente opostas à atual omissão dos Governos Federal, Estadual e Municipais no combate às opressões.

Nós, da Frente de Esquerda Socialista discutimos o tema da Opressão compreendendo que, no Capitalismo, ela está ao serviço da super exploração da Classe Trabalhadora, e em razão disto, nosso Programa tem foco na opressão sofrida sobre segmentos da classe trabalhadora. É a partir deste corte de classe que queremos avançar nas discussões sobre as Políticas Sociais de Promoção da Igualdade Social, a Gestão Democrática da formulação e implementação destas políticas, o Combate às diversas formas de violência contra os segmentos sociais historicamente oprimidos.

Neste debate, nós temos posições claras de Defesa do Direito à União Homoafetiva, da Criminalização da Homofobia, de Defesa do Direito ao Aborto, e das Defesa das Quotas Sociais e Raciais para o ingresso nas Universidades Públicas Estaduais e nos Concursos Públicos Estaduais.

Nossa Coragem e nosso Programa vêm das Ruas! É radical, é classista, e não se propõe a "governar para todos". É um programa que nascido dos processos de lutas, dinâmico, aberto, em construção permanente, e que só se efetiva mediante intensa mobilização e participação popular. Porque entendemos que as urnas e as eleições são sim, um importante espaço da disputa ideológica e programática da sociedade, mas temos muito claro que é nas ruas que se trava a verdadeira batalha pela mudança social que precisamos, merecemos e podemos realizar.

1. REALIDADE CONCRETA EM DIMENSÕES

1.1 Natureza

Devemos buscar uma relação harmônica com os fluxos vitais da Natureza, cuja manutenção é essencial para a própria sobrevivência das civilizações (a atmosfera, os cursos de água, os mares, os ecossistemas e sua flora e fauna). A água, a terra, o genoma humano, as culturas, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos e a própria vida devem, para o capitalismo, transformar-se em mercadorias. Nossa vida é hoje dominada pela lógica da sociedade de consumo de massa, baseada na publicidade, no crédito, na obsolescência planejada e na descartabilidade.

As cidades projetadas pelo sistema capitalista (inclusive as do interior), estão reféns da especulação imobiliária e da artificialização do entorno urbano, que destroem a naturalidade do território e o transformam em um deserto de asfalto, concreto e vidro. Assim também é criada segregação social, em que as elites no poder tentam se isolar dos pobres. Nas grandes cidades são construídos condomínios fechados e shoppings. No campo, o agronegócio e a pecuária se apropriam de grandes espaços de terra, criando condições de opressão e de exploração que repudiamos. Se as cidades deixam de ser um espaço dos/as cidadãos/ãs, o estado do Ceará também não nos parece ser.

Estamos nos alienando de forma rápida e profunda do contato direto com a natureza e passando a lidar com ela apenas através de toda uma maquinaria: a praia se transforma em uma espécie de shopping center; as crianças veem animais (com exceção de cães e gatos) na televisão, pensando que frango vem em saco plástico; etc. Precisamos reaprender o que significa alimentar-se bem, saber se comunicar, partilhar, trabalhar, cuidar de si, mas também dançar, dormir e até mesmo respirar. E este é um aprendizado que teremos que fazer juntos, de forma a caminharmos para longe da crise de civilização que ameaçar engolfar e destruir tudo que somos e que alcançamos.

Nosso horizonte deve ser o de estabelecer uma relação sadia da sociedade com a natureza, uma relação de respeito e reconhecimento da necessidade de cuidar dos seus limites; que permita voltar a nos identificar com nossa condição de seres naturais, capazes de empatia com aquilo que vive e de compaixão pelo sofrimento dos seres vivos. Isso exige o estabelecimento de uma nova civilização, baseada, não no controle da natureza, mas no autocontrole dos seres humanos do poder que exercem sobre ela.

A estratégia para alcançarmos tais objetivos é a mudança crescente dos padrões de produção e consumo vigentes no capitalismo, em direção da sustentabilidade ambiental e social, uma intimamente dependente da outra. É preciso criar cidades integradas no território natural e lugar de encontro, troca e crescimento dos seres humanos como sujeitos políticos, como cidadãos respeitados e reconhecidos como tal, detentores de direitos e conscientes do seu papel e da sua força, é nosso horizonte.

1.2 Saber

O conhecimento repousa sobre a experiência e a atividade prática de cada ser humano – que só se desenvolve em sociedade. A educação é a atividade essencial de formação da subjetividade humana. A educação formal e informal são, assim, direitos humanos fundamentais capazes de abrir caminho para a democratização da sociedade através da formação de cidadanias críticas. Compartilhar o saber e o conhecimento é,

desta forma, uma atividade emancipadora no sentido de propiciar empoderamento, a habilidade de compreender o mundo e fazer política para mudar sua situação e a situação dos demais. Necessitamos de uma educação construída por e para mulheres, jovens, crianças, idosos, negros e negras, indígenas, pessoas com deficiência, trabalhadoras e trabalhadores.

Mas o capitalismo amesquinha o saber, transformando-o em adestramento para o mundo do trabalho, formação de mão de obra barata para as empresas. A educação perde seu caráter humanista e se transforma em atividade técnica, de domesticação, internalização de obediência e controle dos futuros cidadãos. Todo conhecimento tradicional é desqualificado e marginalizado por fábricas de títulos – que prometem ascensão social, mas oferecem trabalhadores disciplinados. Com as tecnologias digitais, as condições de difusão do conhecimento foram potencializadas, caso seja vencida a exclusão digital. Mas mesmo o uso adequado da informação, cada vez mais abundante, pressupõe uma formação plena, hoje restrita a minorias capazes de comprá-la.

Nosso horizonte é uma sociedade em que o conhecimento esteja acessível para todos e seja com todos partilhado (das cidades, do campo, comunidades indígenas, quilombolas, praieras, ribeirinhas – todos/as os/as que foram historicamente excluídos do acesso à educação). Assim, queremos valorizar formas de educação formal e não formal como forma de dar novos significados à vida em sociedade. Também queremos aproximar a cultura como modo de pensar a vida e seus sentidos. A política de educação e de cultura deve estar voltada para esta formação de significado e da cidade como comunidade.

1.3 Riqueza

A riqueza, tal qual se apresenta hoje, surge com a desigualdade e, consequentemente, a pobreza. Ela repousa na apropriação desigual da natureza e do que ela pode oferecer, de um lado, e dos frutos do trabalho capazes de gerar mais e mais bens e serviços. Mas a riqueza em uma acepção ampla deveria compreender as condições de uma vida plena, com relações sociais ricas e uma fruição gratificante do ambiente natural e da sexualidade, uma vida de liberdade, criação estética e troca humana.

O capitalismo é intrinsecamente gerador de desigualdades, ampliando-as em uma escala jamais vista na história. Ele empobreceu a vida humana ao estabelecer o dinheiro como parâmetro da riqueza, o lucro transformado em capital como base da dinâmica econômica e o consumo como ideal de felicidade – dividindo os seres humanos entre os que tem e os que não tem dinheiro, conhecimentos, acesso ao espaço público. Preconizam a inclusão, desde que seja na mesma lógica de consumo e mercado. E o que se configura como diferente é posto em categorias não sociais ou apartadas delas, o que leva ao sentimento de inadequação, angústia e muitas outras formas capturadas sob a égide dos jargões saúde mental, segurança pública, violência urbana, dentre outros.

Nosso horizonte é de socialização da riqueza material e criação das condições sociais para o desabrochar de personalidades plenas, capazes de viverem vidas ricas. Nosso horizonte é, assim, o da superação do capitalismo. Isso significa que o combate à desigualdade é a base de qualquer política que pretenda mudar a sociedade. A

redistribuição das riquezas, com a taxação dos ricos e a inversão de prioridades sociais é um primeiro passo nesta direção. Mas a gestão dos bens comuns permitindo seu usufruto por todos e a expansão dos espaços públicos são outras dimensões estratégicas de nossa proposta.

1.4 Poder

O poder, como a riqueza, repousa sobre a desigualdade e está intimamente ligado a ela. Tem poder quem tem capital, quem tem dinheiro, quem pode comprar conhecimento e reconhecimento. Nosso objetivo é socializar entre toda a população não apenas a riqueza, mas principalmente a capacidade de intervir no espaço público e participar das decisões políticas – sem o que se formam novas elites, baseadas em privilégios de poder e saber.

As políticas de governo devem ser, neste sentido, transformações e negações da separação entre governantes e governados, entre políticos e cidadãos. Os políticos devem ser eliminados porque o que eles fazem deveria ser feito por todos e todas e a população tem, potencialmente, todas as condições de se autogovernar, isto é, tomar as decisões que afetam sua vida.

1.5 Direitos Humanos e Lutas Sociais

A luta contra as violações de direitos humanos se fortalece no nosso combate no momento em que o Estado desrespeita/desqualifica as conquistas de lutas históricas em que os movimentos alcançaram nas últimas décadas. O atual governo brasileiro, no bojo da cooptação de movimentos sociais e forças sindicais antes combativas, consolida uma espécie de amordaçamento de tradicionais lutadores pela defesa dos Direitos Humanos. Nesse sentido, faz-se necessário que as organizações que se mantêm do lado contra-hegemônico do mundo, continuem formulando e tensionando o Estado, de modo organizado, para que os Direitos Humanos não sejam tratados como algo de segunda espécie, mas como prioridade para a própria consolidação da democracia em nosso país.

Nosso horizonte aponta para os Direitos Humanos numa concepção que enfatize a coragem necessária para enfrentar os problemas estruturais de uma sociedade desigual como um desafio que se contrapõe à perspectiva do medo e do aumento do policiamento nas ruas das cidades cearenses. É preciso garantir que os Direitos Humanos se consolidem como políticas públicas prioritárias no Estado do Ceará. Só se combate, por exemplo, a violência cearense se outras questões aprofundadas com as desigualdades do Capitalismo forem discutidas com seriedade. Por isso que o PSOL não propõe para a segurança pública um programa que seja descolado das lutas em defesa dos direitos da infância e adolescência, das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das pessoas com deficiência, dos encarcerados, dos idosos, das populações manicomiais, da moradia, das populações de áreas de risco e dos moradores de rua, das questões da terra e da água, dos homossexuais e de tantas outras lutas que compõe o núcleo opressor do sistema do Capital.

2. NOSSOS PRINCÍPIOS

Quais princípios devem guiar nossa ação? Não pode haver ação política sem princípios que reflitam nossa visão de mundo. Nas eleições, sobretudo, nossos princípios devem estar posto à mesa e colocados sob o crivo da prática. Nossa força deve vir da coerência entre os princípios que assumimos e nossa ação concreta.

Para nós, são princípios que devem nortear nossa campanha e nossa ação política permanentemente:

- Reconhecer a opressão e a exploração é um passo, mas apenas o primeiro – Lutamos contra situações de opressões e de explorações, num mundo em que as injustiças e as desigualdades são a norma. Nós reconhecemos esta realidade e a recusamos. O reconhecimento e a recusa fazem parte de um processo de construção da luta que nos alimenta de esperança. Recusamos o Estado e a política tal qual se apresentam a nós, nos sentimos obrigados à sua transformação. Quando recusamos o Estado e a política tal qual se apresentam a nós, nos sentimos obrigados à sua transformação.

- A política como queremos - A Política precisa ser reinventada sempre. A política não é o Estado, muito menos se resume à disputa das eleições. A Política é a vida social em si. O Ser Social se faz na ação sobre o mundo e a política representa o campo de disputa sobre esta ação. Entendemos que há um limite nas atuais formas democráticas, sobretudo, na democracia representativa. Assim, é um princípio ***buscar criar formas e processos de democracia direta e participativa***. Além disso, as atuais formas de democracia representativa estão baseadas em:

- falta de transparência;

- falta de controle da sociedade sobre o Estado; e

- enorme poder do Capital, por meio de setores empresariais, sobre o poder público.

Nossa independência se revela no compromisso de não recebermos recursos de empresas e praticarmos transparência em nossas campanhas. É o exemplo da política como entendemos que deve ser. A melhor pedagogia política é a pedagogia do exemplo.

- Nas lutas populares, a riqueza e o poder são de todos/as - A ação política para nós é ato de solidariedade e de construção coletivas. Ao afirmarmos que a política não é negócio, afirmamos que nosso imperativo não é a acumulação de poder

nem de riqueza. Não estamos orientados a manutenção de indivíduos ou grupos no aparato de poder do Estado. Afirmamos nosso imperativo ético de liberdade e justiça e devemos ser cobrados por isso. A busca desta dignidade humana deve nos orientar.

- Somos natureza - O ser social é ser natural. A crise atual é uma crise de civilização, de sociabilidade. É uma crise de dimensões planetárias que atingirá especialmente as cidades, mas também o campo. O padrão civilizatório atual apartou as sociedades humanas da natureza. Nossa ação deve buscar engajar esforços para novas formas da vida material que aliem produção sustentável, solidária e igualitária. O campo e as formas de produção comunitária e familiar são fundamentais neste processo, mas a cidade deve ser também *lócus* de experimentação destas formas de produção sustentável e solidária. Do alimento à moradia. Do transporte à energia. Meio ambiente para nós não é uma política setorial. É a defesa de um outro modo de vida.

- A vida acima do lucro - Nos posicionamos como anticapitalistas. Somos ecossocialistas, feministas, antiracistas, antihomofóbicos, antiproibicionistas. Defendemos uma sociedade livre de qualquer forma de opressão e exploração. Somos libertários/as. Esta é uma opção que nos orienta na história e na prática concreta. Nos colocamos o desafio de fazer parte da renovação da esquerda no Séc.XXI. Entendemos que as teias da cultura política tradicional – fisiologista e patrimonialista – capturaram muitos/as. Afirmar que a vida está acima do lucro nos orienta a pensar a nossa ação na política e na cidade para deliberar sempre pelas formas que desorganizem os fluxos de exploração e opressão, buscando estimular e organizar processos de auto-organização solidários, colaborativos e participativos.

- Modos de vida. Render-se à prisão do corpo, à prisão do hiperconsumo com sua obsolescência programada tem levado homens e mulheres a uma dependência estético-financeira que afeta, inclusive, a subjetividade humana. A nossa relação com o outro e com o meio ambiente implica uma responsabilidade com a escolha dos modos de vida. As formas de organização familiar da sociedade burguesa, estruturadas no patriarcado, não atendem as possibilidades de vida que vislumbramos. Uma sociedade onde homens e mulheres tenham iguais direitos nos espaços públicos e privados, uma sociedade onde as relações afetivas realizem-se de forma libertária.

- As cidades e comunidades como territórios de resistências criativas. As cidades e suas comunidades são a menor unidade pública em que estamos. Ao mesmo tempo em que nos pensamos brasileiros e cearenses, nos pensamos cidadãos da Fortaleza, de Crato, de Canindé, de Crateús, Iguatu etc. Não opomos o global e o local. Não defendemos que as mudanças estruturais serão fruto de um processo global apartado do local. Cada cidade do Ceará com suas idiossincrasias é uma conjuntura que precisa ser pensada, portanto, nesta teia de relações entre local e global. As resistências que fazemos aqui têm conexões globais. E há muitas resistências. Nossa ação deve sempre estar inspirada e inspirar as cidades como encontro de comunidades de resistência. Os movimentos sociais, as organizações de base, os coletivos autônomos.... É da rede de resistências que surge um processo revolucionário que propomos para uma nova organização do Estado.

3. MATRIZ DE COMPREENSÃO DA REALIDADE E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Gestão Pública, orçamento e transparência

A discussão que o governo federal realizou com os estados, entre 1997 e 1998, no sentido de renegociar as dívidas estaduais, teve a seguinte diretriz: desde que a União consiga rolar os compromissos assumidos a um custo menor ao que seria possível aos estados, a situação do setor público melhoraria. Apesar de ter seu lado positivo, a renegociação das dívidas estaduais apresentou pelo menos três características distorcivas: a) dado que a renegociação foi feita de maneira individual, quanto mais endividado era o estado, maior foi seu benefício em termos de subsídio. Indiretamente penalizou-se os estados que no passado foram mais prudentes quanto ao seu orçamento; b) forneceu aos estados uma espécie de garantia de solvência, estimulando-os a aumentar gastos (ou reduzir receitas) sem a devida precaução contra a sustentabilidade dos déficits orçamentários, pois esperaram contar nova renegociação das dívidas no futuro (o que parece estar se concretizando); e c) altera a alocação de recursos por parte dos estados.

Dado que o governo federal passou a rolar as dívidas estaduais a um custo menor para os estados, estes se sentiram compelidos a gastar suas receitas (como as de privatizações, por exemplo) em investimento e custeio em detrimento do abatimento de dívidas. Com subsídio dado pelo governo federal tornou-se vantajoso mudar a alocação original das receitas estaduais, pois o custo de rolagem da dívida para os estados tornou-se inferior ao retorno proporcionado por outras aplicações. Se os estados usassem tais recursos para abater dívidas, os subsídios dados pela União poderiam ter sido menores.

Em 2010, 12 anos após a renegociação das dívidas estaduais verificou-se que apesar dos estados já terem renegociado suas dívidas com a União, houve crescimento da dívida total. Tal fato pode estar sinalizando para a ocorrência de três eventos: Estados puderam estar aproveitando sua melhor situação para realizarem novas dívidas (como foi o caso do Ceará); ou Estados puderam estar aumentando seus gastos, apostando em futuras renegociações da dívida (também tem acontecido isso que bom, mas não são gastos voltados para as áreas sociais); ou ainda, que existia uma forte rigidez na estrutura de gastos não financeiros dos estados, que poderia impedir a contenção da dívida. A identificação da ocorrência de um destes três eventos possibilitava, à época, sinalização da precariedade da política de renegociação de dívidas estaduais.

Hoje, em 2014, constatamos descontroles de toda ordem, indicadores de irresponsabilidade nas gestões financeiras de municípios, Estados, Distrito Federal e da própria União, passaram a fazer parte de notícias diárias, envolvendo situações cada vez mais comuns.

Temos ainda nesse contexto histórico o processo legal que determinou o refinanciamento das dívidas dos estados pela União por meio da Lei 9.7496/97 veio associado a um conjunto de programas que conjugaram tal refinanciamento a rigoroso

ajuste fiscal e à privatização do patrimônio público dos estados, além de oneroso processo de saneamento de instituições financeiras, assim denominados:

a) Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados – PAF;
b) Programa Estadual de Desestatização – PED;
c) Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público estadual na Atividade Financeira Bancária - PROES

Adicionalmente, os estados foram proibidos de acessar outros tipos de crédito junto a instituições financeiras federais, não lhes restando outra opção fora o pacote de programas estabelecidos pela Lei 9.496/97.

O denominado Programa de Apoio à Reestruturação a ao Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) realizado em cumprimento a acordos prévios do Brasil com o FMI, como mencionado anteriormente foi criados pela Lei 9.496/97.

O Programa contou com a adesão de 25 estados e do Distrito Federal, somente Tocantins não aderiu.

A lei n 9.496, de 11 de Setembro de 1997 estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União da dívida Pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidades dos Estados e do Distrito Federal:

> Art. 1º Fica a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, autorizada, até 31 de maio de 2000, a: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2192-70, de 2001)
>
> I - assumir a **dívida pública mobiliária** dos estados e do Distrito Federal, bem como, ao exclusivo critério do Poder Executivo Federal, **outras obrigações** decorrentes de operações de crédito interno e externo, ou de natureza contratual, relativas a despesas de investimentos, líquidas e certas, exigíveis até 31 de dezembro de 1994;
>
> II - assumir os empréstimos tomados pelos Estados e pelo Distrito Federal junto à Caixa Econômica Federal, com amparo na Resolução nº 70, de 5 de dezembro de 1995, do Senado Federal, bem como, ao exclusivo critério do Poder Executivo Federal, outras dívidas cujo refinanciamento pela União, nos termos desta Lei, tenha sido autorizado pelo Senado Federal até 30 de junho de 1999; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2192-70, de 2001)
>
> III - compensar, ao exclusivo critério do Ministério da Fazenda, os créditos então assumidos com eventuais créditos de natureza contratual, líquidos, certos e exigíveis, detidos pelas unidades da Federação contra a União;
>
> IV - assumir a dívida pública mobiliária emitida por Estados e pelo Distrito Federal, após 13 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2192-70, de 2001)
>
> V - refinanciar os créditos decorrentes da assunção a que se referem os incisos I e IV, juntamente com créditos titulados pela União contra as Unidades da Federação, estes a exclusivo critério do Ministério da Fazenda;(Incluído pela Medida Provisória nº 2192-70, de 2001)
> (BRASIL,1997)

As condições estabelecidas na Lei n.9.496/97 para o refinanciamento das dívidas dos estados especificadas naquele ato em até 360 prestações mensais (trinta anos) previam a cobrança de remuneração nominal pela União composta de **atualização mensal pela variação positiva do IGP-DI, acrescida de juros que variavam entre 6% e 7,5% ao ano, dependendo do estado.**

A combinação da atualização monetária mensal calculada pelo IGP-DI com os juros reais de 6 a 7,5% perfaz uma taxa de juros nominais das maiores do mundo, esse fato criou sérias dificuldades para o Estado do Ceará que paga anualmente ao governo Federal perto de 20% ao ano de juros.

Esse fato interessante a fim de entender o aumento da dívida pública do Estado do Ceará que mesmo sendo amortizada ano a ano, só vêm crescendo, abaixo se demonstra os dados em relação ao PROES:

Tabela 1: Valores Assumidos e Refinanciado pela União e Empréstimo do PROES

Estado	Valor das Dívidas Estaduais assumidas pela União	Data da Assunção	Valor da Dívida Refinanciada ao Estado	Subsídio Inicial	Saldo Devedor Inicial	Saldo Devedor Total Inicial
Ce	138.081.352,60	16.10.97	126.916.824,76	11.164.527,84	126.916.824,76	1.111.636.597,06

Observa-se pela acima que o estado do Ceará teve o valor de R$ 126.916.824,76, pertinente a sua dívida refinanciada pela União em 1997, no entanto no final de 2010 essa dívida já somava o valor de R$ 1.111.636.597,06, fato esse advindo dos altos valores dos juros advindos pela lei 9.496/97.

No entanto, a dívida do Ceará é composta por outras rubricas, abaixo demonstra-se o quadro resumido do crescimento da Dívida no período de 2006 a 2012:

Tabela 2: Composição da Dívida Estadual Fundada

Demonstrativo do Estoque da Dívida Pública R$ 1.000						
Ano	Dívida Interna Total	Dívida Externa Total	Dívida Consolidada Total	PIB	Relação Dívida/PIB	Aumento da Dívida em relação a 2006
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	8,43%	
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6,99%	-9,87%

2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	6,34%	8,22%
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	5,25%	-9,52%
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	5,55%	23,59%
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	6,20%	24,52%
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	6,07%	47,09%

Fonte: Sefaz

Verifica-se pela tabela acima o aumento da Dívida Pública do Estado em 47,09% se comparada com o total dos estoques da Dívida no ano de 2006, esse dado deve ter sido superior em 2013, já que o empréstimo advindo de grandes obras como o Aquário e o Centro de Eventos ainda não tinha sido contabilizados no balanço de 2012 por seus totais.

Outro ponto a ser destacado é que a Dívida Pública no final de 2012 correspondia 6,07% do PIB do Estado do Ceará.

Agora apresenta-se alguns dados da Dívida Pública Externa e Interna através do Anexo XVI da prestação de contas do Estado do Ceará ao final do ano de 2012, no qual irá retratar alguns pontos a tabela 3, evidencia os dados:a tabela 3 apresenta os dados:

Tabela 3: Dívida Estadual Fundada Interna e Externa (Anexo XVI)

Especificação	**Saldo do Exercício Anterior**	**Liberação**	**Variação Monetária**	**Amortização**	**Juros**	**Outros Encargos**	**Saldo para o exercício seguinte**
Dívida Funda Interna - Contratos	2.932.678.189,15	557.449.359,80	85.699.393,35	504.859.408,23	189.746.847	5.665.731,99	3.070.967.534,07
Dívida Funda Interna - Parcelamento	107.836.08,93	0,00	2.050.611,54	27.947.949,54	0,00	0,00	81.938.970,93

Dívida Funda Interna Precatórios	406.147.962,85	19.100.318,75	63.160.278,83	13.586.117,72	0,00	0,00	474.822.422,70
Dívida Externa-Contratos	1.857.798.22,15	254.077.834,54	159.274.117,87	153.796.765,07	30.836.743,30	1.150.102,58	2.117.353.409,49
Total Geral	**5.304.460.683,08**	**830.627.513,09**	**310.184.401,58**	**700.190.240,56**	**220.583.590,20**	**6.817.834,57**	**5.745.082.357,19**

Fonte: SEFAZ

A tabela acima demonstra que o Estado do Ceará pagou no exercício de 2012, o valor **de R$ 220.583.590,20 de Juros advindos da Dívida Pública, destaca-se que esse valor é superior ao alocado na UECE no mesmo ano que teve a despesa de 162.479.638,82.**

Outro ponto a ser mencionado são os valores despendidos pelo Estado para a Amortização da Dívida, Juros, Outros Encargos além da Variação Cambial que somados alcançam o montante de R$ 1.237.776.066,91, valor esse bem superior ao gasto com a Seca pelo governo do Estado que em 2012 investiu pouco mais de R$ 677 milhões no combate a estiagem, mesmo tendo 96% dos municípios em estado de emergência.

Outro aspecto relevante na questão do endividamento trata-se do nível de crescimento da economia estadual nos próximos anos, o qual será fundamental para a redução do mesmo. O Ceará, por sua tradição histórica, é clientelista e autoritário. Práticas de cunho clientelista na gestão pública, bem como um padrão hermético e autoritário da relação entre a gestão pública e a população, ainda se mantém, o que demanda a criação de espaços de controle social e participação popular, conjugando formas de democracia representativa, direta e participativa.

Cabe ressaltar também o crescimento do Estado do Ceará em relação à dívida advinda da privatização do BEC, no qual ano a ano só vem crescendo.

A população não tem papel protagônico na definição das políticas de desenvolvimento de longo prazo e nem ao menos participa e fiscaliza a elaboração/execução do ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA).

Nosso compromisso é com o fortalecimento da cultura política democrática, exercida por mecanismos de controle social, participação e transparência da gestão pública.

3.1.1 Iniciativas comprometidas com uma gestão democrática

3.1.1.1 Maior transparência das contas e contratos governamentais

Uma ínfima parcela da população tem acesso às informações orçamentárias. É necessário que a comunicação oficial permita a transparência das contas governamentais, se utilizando dos meios de comunicação de massa para convocar a população ao Orçamento Participativo, ao Planejamento Participativo e informar sobre a execução orçamentária. Temos o compromisso com a publicação em formato popular e acessível ao grande público das contas públicas e das informações sobre os contratos governamentais e processos licitatórios.

3.1.1.2 Planejamento e Orçamento Participativo

Qual Ceará queremos construir nos próximos 20 anos? Nosso compromisso é, a partir do PPA participativo a ser elaborado em 2007, convocar a população para o debate sobre as alternativas de desenvolvimento de longo prazo, utilizando metodologias que permitam verdadeiramente a valorização das vozes da sociedade e não simplesmente sua legitimação em fóruns que não informam nem permitem debates reais. Da mesma forma, instituiremos o Orçamento Participativo para todo o ciclo orçamentário: da elaboração ao acompanhamento da execução orçamentária, resguardada a participação da diferentes regiões do Estado e dos segmentos populacionais específicos: mulheres, jovens, crianças, homossexuais, negros, deficientes, idosos. Por fim, afirmamos nosso respeito institucional aos conselhos de políticas públicas como espaços de elaboração e acompanhamento das políticas públicas sob encargo do Governo estadual, estimulando a participação livre e independente da população nestes espaços.

3.1.1.3 Redução dos cargos comissionados e da terceirização de serviços essenciais

A nomeação de cargos comissionados e a contratação de pessoal têm sido moedas antigas do jogo político brasileiro. Em geral, as maiorias parlamentares dos chefes de Executivo são montadas a partir da distribuição de cargos comissionados, numa relação nada pública e muito menos institucional entre parlamento, partidos, lideranças políticas e gestores públicos.

Entendemos que para a democracia e o interesse público, é fundamental reduzir os cargos ocupáveis por pessoas externas às carreiras de estado, transformando-os em cargos de preenchimento exclusivo por servidores públicos. Em 2010, o Ceará tinha 2430 cargos (DNS-1 a DAS-1) que podiam ser ocupados por pessoas externas à estrutura estatal, afora os secretários de estado e demais cargos do primeiro escalão. Na campanha daquele ano, propomos uma redução desse contingente para 300 cargos. Seguimos, portanto, propondo uma redução considerável deste contingente.

Da mesma forma, a contratação de empresas terceirizadas, prática comum no estado brasileiro e no Ceará, vem sendo utilizada para burlar a vedação constitucional de contratação sem a realização de concursos públicos, pois a relação entre estes e a empresa terceirizada é uma relação trabalhista privada. Nosso compromisso é com a redução da contratação de empresas terceirizadas, pois esta prática, além de mais onerosa ao estado e ao patrimônio público, tem abrigado condutas absolutamente clientelistas.

3.1.1.4 Qualificação funcional, salarial e revisão dos PCC's

Para haver gestão pública voltada verdadeiramente ao interesse público é fundamental valorizar o trabalhador/trabalhadora do serviço público. A LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido um dos argumentos mais comuns pelos governos atuais para impedir a progressão salarial e reposição de perdas do funcionalismo público. Entendemos que a LRF, mesmo trazendo mecanismos de transparência da gestão fiscal, é voltada quase que exclusivamente para os interesses do capital financeiro, pois especifica limites para as despesas de pessoal, no entanto, permite que as despesas financeiras (leia-se pagamento da dívida pública) sejam realizadas indistintamente.

Nosso governo procurará somar forças a todos os movimentos da sociedade, para a alteração da LRF no Congresso Nacional, a fim de que esta incorpore as reais demandas de efetivação de direitos dos servidores públicos e da população em geral. Porém, mesmo reconhecendo quão draconiana é a LRF, os sucessivos governos do Ceará têm sido mais draconianos que a própria lei, nunca atingindo sequer os limites prudenciais da LRF.

Nosso compromisso com a valorização do serviço público é manter canal de diálogo e negociação permanente com as diferentes categorias de servidores, por meio de câmara própria formada por sindicatos, Governador e secretários vinculados àquela categoria.

Buscaremos a revisão dos PCC's para a reposição dos salários defasados e a adoção de permanente agenda de qualificação profissional a bem do serviço público.

3.1.1.5 Ouvidorias para todos os serviços essenciais

A população dificilmente é ouvida sobre a qualidade do serviço público. É notório que boa parte da população tem reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados. O estado brasileiro estabeleceu políticas e serviços públicos pobres para os pobres. Para alterar este modelo, precisamos dialogar diretamente com os usuários, a fim de incorporar suas demandas e sugestões.

Para tanto, nosso compromisso é com a ampliação de estruturas de ouvidorias independentes e autônomas com mandatos próprios, a fim de acatar denúncias, críticas e sugestões sobre a prestação do serviço público.

3.2 Meio ambiente

"Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, ou mesmo todas as sociedades existentes num dado momento, em conjunto, não são donos da terra. São simplesmente os seus possuidores, os seus beneficiários, e têm que a legar, num estado melhorado, para as gerações seguintes, como boni patrie familae(bons pais de família)".
Karl Marx
O Capital

"Para sair da crise, Ecossocialismo e Bem Viver!"

"El Buen Vivir és una critica radical de la sociedad de consumo y del procutivismo, que someten tanto a los indivíduos a necesidades ilusorias, como a la nauraleza, a los seres humanos, pra explotar de manera infinita los recursos naturales" (Mathieu Le Quang e Tamia Vercoutere, "Ecosocialismo y Buen Vivir", IAEN)

O Ecossocialismo é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão marxista, socialista. É uma crítica, por um lado, ao socialismo não ecológico (URSS, China), tanto pelo autoritarismo burocrático, como pela destruição da natureza. Por outro lado, é uma crítica à ecologia não socialista, ao ecologismo de mercado (capitalismo verde), que considera possível reformar o capitalismo, desenvolver um capitalismo mais respeitoso ao meio ambiente (Michel Lowy).

> "O Ecossocialismo envolve uma transformação social revolucionária, que implique a limitação do crescimento e a transformação das necessidades por uma mudança profunda dos critérios econômicos quantitativos para os qualitativos, com ênfase no valor de uso em vez do valor de troca" (Declaração de Belém,2009).

Ecossocialismo é objeto de pesquisa na universidade pública equatoriana, a partir de um diálogo com a cultura indígena dos povos tradicionais, como os Quéchua e

os Aimara, especialmente da Bolívia e do Equador. Há acadêmicas/os que são militantes e lutadoras/es que produzem teoria, em diferentes partes do mundo, fundamentadas/os na proposta revolucionária de um Socialismo Ecológico que possa dar conta da imensa crise de civilização, com seus contornos sociais, políticos, étnicos, culturais e ambientais, em que a humanidade se encontra mergulhada.

É necessário se pensar na transformação do padrão de consumo. Há uma discrepância gigantesca entre o padrão de consumo das elites dominantes e o das camadas populares. Faz-se necessária também a mudança nas formas de propriedade e no aparelho produtivo. É uma questão de desigualdade social. E precisa ser rompida.

> "o atual sistema capitalista não pode regular, muito menos superar, as crises que deflagrou. Ele não pode resolver a crise ecológica porque fazê-lo implica em colocar **limites** ao processo de acumulação – uma opção inaceitável para um sistema baseado na regra '**cresça ou morra**'" (Löwy, 2005, p. 86, grifo nosso).

Nesse sentido, não há dúvidas de que o mundo está imerso em uma crise ambiental planetária de proporções ainda não vividas pela sociedade humana. Sua face mais cruel, mas não única, são o superaquecimento da Terra e a mudança climática, que se as previsões científicas se confirmarem a vida humana e de tantas outras espécies estarão sob risco de extinção. As pesquisas alertam que apesar desse fenômeno ser global as suas consequências afetam as sociedades e ecossistemas locais. Na verdade, essa crise é um produto da atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento fossilista e produtivista-consumista, e um modo de vida das elites econômicas mundiais baseado no consumo perdulário, que são, a um só tempo, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos; não só em escala regional ou nacional, mas em nível planetário.

Nesse cenário, a tarefa premente em relação à dimensão ambiental no estado do Ceará, será explicitar a construção de uma cultura de gestão para o estado que seja radicalmente democrática, social e ambientalmente justa, com equidade étnica, de gênero e de classe, de modo a combater o desenvolvimento desta crise, compreendendo a relação existente entre o local e o global. Isso significa expor uma crítica à generalização das práticas ambientalmente insustentáveis, que se expressam através de: medidas que consolidam o consumismo, de políticas que fortalecem o capital imobiliário, o transporte privado, o crescimento de uma matriz energética indesejável, a degradação de espaços verdes, a apropriação privada dos

espaços públicos e a propagação e reprodução de conflitos ambientais. No capitalismo, fortalece-se a divisão sociedade-natureza e é direcionada pela busca constante do lucro, que só é possível pela exploração descontrolada do trabalhador/da trabalhadora e da natureza.

Abordando a questão ambiental a partir da noção de justiça ambiental, evidencia-se que, invariavelmente, as consequências negativas da degradação ambiental são concentradas, sistematicamente, sobre as populações mais pobres e despossuídas de poder de decisão nas arenas públicas. A segregação social é também ambiental. Vejamos, as áreas destinadas às populações pobres, não por coincidência são as mesmas consideradas de "risco ambiental", seja pela ameaça de deslizamentos, enchentes ou por estarem próximas de fontes de poluição, como aterros sanitários, indústrias, esgotos, etc. Essas áreas tendem sempre a ser as mais degradadas, poluídas, com péssimas condições de saúde, trabalho e lazer. Isso ocorre porque essas áreas se encontram à margem dos interesses de acumulação de capitais, principalmente do setor imobiliário, e das políticas públicas que asseguram qualidade de vida. Além disso, o acesso e o uso dos bens da natureza ocorrem de maneira diferenciada em nosso estado, a partir de uma distinção socioeconômica e de interesses de mercado. Observa-se, por exemplo, que em 2014 o Ceará está enfrentando uma de suas secas mais severas, onde por um lado, deixou centenas de famílias em diferentes municípios sem abastecimento de água e sem políticas de incentivo às práticas de convivência com semiárido. Mas, por outro lado, não falta água para o agronegócio, para a mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria e para o Complexo Portuário do Pecém. A questão central, portanto, não é uma simples e despolitizada "escassez de água e recursos materiais", mas se trata de problematizarmos os diferentes usos sociais e apropriações desses bens. Para que e para quem a água, energia, terra, alimentos e recursos materiais são destinados em nosso estado? Para atender quais demandas? Quais grupos tem seu acesso e uso comprometido e quais são beneficiados? A gestão ambiental da cidade precisa constantemente fazer essas perguntas e procurar respondê-las.

Percebe-se também a existência de uma inter-relação entre o capital privado e o Estado na efetivação dos projetos ditos de desenvolvimento. Onde por um lado as empresas entram com uma parcela de capital para gerar emprego e renda (mesmo que em número reduzido e muitos deles precários e sem priorizar a mão-de-obra local) e o Estado, por outro lado, entra com a viabilidade desses projetos, principalmente no tocante à infraestrutura, investimentos ou isenções fiscais. Há uma relação de mútuo

beneficiamento, para empresas e Estado, mas que exclui, desapropria e inviabiliza as práticas sociais das populações pobres e de minorias étnicas.

A política ambiental adotada nas gestões do governo do PT esteve em perfeita sintonia com as opções adotadas pelos governos estaduais, no âmbito econômico. Efetivou-se nesse período uma trajetória de desenvolvimento de caráter neo-extrativista, uma espécie de versão reformulada do velho desenvolvimentismo, mas com algumas distinções importantes. O modelo atual caracteriza-se pelo crescente processo de desindustrialização nacional e de reprimarização da pauta exportadora, com a exploração intensiva de energia, alimentos e matérias-primas (*commodities*) direcionadas para o mercado externo, principalmente o asiático, que corresponde a 32,1% das exportações brasileiras. Os exemplos de que esse modelo de desenvolvimento adotado degrada e esgota a natureza e os/as trabalhadores/as são inúmeros. O avanço das fronteiras para exploração de bens materiais da natureza gera conflitos ambientais, pois coincide com áreas protegidas, terras indígenas e quilombolas, territórios de pescadores/as, agricultores/as e povos tradicionais. Esses povos, que historicamente desempenham o papel de guardiões da natureza, têm agora suas práticas ambientais ameaçadas pelas atividades hegemônicas de mercado, seja pelas grandes e pequenas mineradoras, pelo agronegócio, as monoculturas e a geração de energia.

O atual governo estadual tem seguido à risca o mesmo modelo de desenvolvimento em perfeita sintonia com as políticas nacionais. Transforma-se no imaginário empresarial o nordeste da "região problema" para um "território de negócios", onde a estratégia desempenhada pelo governo é criar as condições para que novos investimentos sejam feitos em nosso estado, principalmente para os setores do agronegócio, geração de energia e mineração. Esse processo, como permanentemente tem alertado pesquisadores, movimentos sociais e comunidades atingidas, não está isento de conflitos e impactos socioambientais.

Por isso, propomos a criação da Secretaria da Ecologia, Desenvolvimento Social e Justiça Ambiental para que toda a política de desenvolvimento esteja submetida à Justiça Ambiental e a Economia Ecológica. Portanto, todas as políticas que se refiram à Indústria, Agricultura ou Infraestrutura estarão fundamentadas nessas bases teóricas, onde terão três coordenadorias subordinadas à secretaria para cada um desses grandes temas. E propomos também que, vinculado à secretaria, esteja o Conselho Estadual de Meio

Ambiente (COEMA), mas em um formato reformulado, de maneira que seja assegurada a paridade entre governo e sociedade civil.

3.2.1. ÁGUA E POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

O objetivo central de uma política de águas, sob a ótica efetivamente popular e democrática, deve ser: garantir água de boa qualidade a toda a população. Considerando-se a escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, faz-se necessário estabelecer as seguintes prioridades de ações:

3.2.1.1- Redução da vulnerabilidade às secas:

As secas são fenômenos naturais e, portanto, não se pode pensar em combatê-las, mas em conviver com elas. Um governo socialista de um estado semi-árido terá como compromisso fundamental o aumento da garantia associada ao abastecimento. Em situação regular, o Ceará tem água suficiente para suas necessidades. No entanto, nos anos mais secos, o racionamento se faz necessário, trazendo consigo sérios impactos para a saúde e para a economia da sociedade, particularmente para a população favorecida.

Para reduzir essa vulnerabilidade nos **propomos a trabalhar a bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento e gestão**, pois ela tem características essenciais que nos permitem uma integração multidisciplinar com inúmeras vantagens (tem fronteiras bem delimitadas, oferece oportunidade para o desenvolvimento de parcerias e resolução de conflitos, permite a participação da população local no processo de decisão, estimula a participação da população e a educação ambiental, etc.). Nesse contexto **propomos seis linhas de ação:**

(a) gestão democrática da oferta, para garantir prioritariamente ao abastecimento humano;

(b) gestão da demanda, reduzindo o desperdício em setores altamente deficitários, como abastecimento e irrigação;

(c) gestão da qualidade da água, garantindo melhor padrão durante as secas, quando os reservatórios encontram-se mais poluídos;

(d) política de reuso de água, favorecendo não somente a redução da poluição dos corpos d'água (menor taxa de lançamento de esgotos), como também aumentando a oferta.

(e) construção de um programa de fiscalização e incentivo a interligações à rede (respaldado e discutido com os municípios através de normas municipais que condicionem os domicílios a se interligarem em áreas com cobertura de esgotos para maior qualidade da ação das redes;

(f) programa intensivo de conscientização da população sobre a necessidade de se preservar a quantidade e a qualidade da água.

3.2.1.2- Universalização do acesso aos serviços de saneamento:

Uma das metas a atingir é a universalização dos serviços de saneamento: água potável (tendo como fontes cisternas de placa, adutoras e poços para a população rural; assim como barragens estratégicas); esgoto coletado e tratado; lixo coletado, tratado e corretamente disposto; águas pluviais devidamente drenadas. A rigor, de acordo com a Constituição Federal, o saneamento é uma atribuição municipal. No entanto, considerando-se a baixa capacidade financeira e técnica dos municípios, o governo estadual tem um papel fundamental como colaborador, aglutinador e estimulador na política de saneamento. Além disso, o Estado é o controlador da CAGECE, que atende (abastecimento de água e esgotamento sanitário) a 153 dos 184 municípios cearenses.

No Ceará, apenas 30% da população (em 17% cidades) têm acesso a serviços de coleta de esgoto. Além da baixa cobertura, um fator a ser superado é a questionada e nada transparente paridade entre a cobrança da taxa de abastecimento de água e de coleta de esgoto. Mesmo considerando que a infra-estrutura necessária para a coleta e tratamento do esgoto é mais cara que a infra-estrutura de abastecimento d'água, os serviços devem ser calculados de forma diferenciada.

Comprometemo-nos a rever e dar transparência às planilhas de cálculo das taxas de serviços de água e esgoto. Para tanto, propomos a criação de mecanismos de aferição das tarifas através da implementação de uma Câmara Técnica paritária.

A ação do Estado junto aos municípios justifica-se também pelo fato que os dejetos líquidos e sólidos (isto é, esgotos e lixo) são a maior fonte de poluição das águas e uma das maiores causas de doenças. Por isso, cabe a um governo popular articular os municípios e facilitar sua ação no sentido de garantir a universalização dos serviços de saneamento.

Apenas nove sedes municipais no Estado do Ceará possuem aterro sanitário**,** mas todos com problemas de organização, gestão, localização e poluição de manaciais. Isto, em grande medida, revela o atraso das políticas de saneamento ambiental levado a cabo pelos governos que se sucederam. São as cidades de Maracanaú, Caucaia (que inclui Fortaleza), Pacatuba, Aquiraz, Sobral, Quixadá, Juazeiro, Iguatu e Itapipoca. Uma dificuldade para ampliar o número de aterros é a ausência de capacitação. Comprometemo-nos com o fortalecimento da capacitação técnica dos municípios, visando dotá-los de recursos humanos capazes de elaboração, planejamento e gerenciamento de programa de resíduos sólidos. Programa emergencial de geração de infraestrutura de aterros sanitários nas cidades situadas ao longo dos grandes vales perenizados, que se constituem vetores importantes de contaminação desses recursos hídricos.

A geração de resíduos sólidos tem aumentado muito devido à ideologia consumista à qual estamos submetidos. Em 2012, no Ceará, foram geradas, por dia, 9.060 toneladas de lixo e, dessas, foram coletadas 7.106 toneladas. Do coletado, apenas 44,6% tiveram destino adequado (aterro sanitário). Sabendo dos inúmeros problemas causados pela destinação incorreta do resíduos sólidos no Estado, **incentivaremos o cumprimento da Lei nº.12.305/2010 através do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, planejando e executando ações de interesse comum nas regiões metropolitanas, nas regiões e microrregiões do Estado, além de controlar, fiscalizar e orientar os municípios para a implementação da gestão compartilhada, coleta seletiva, logística reversa, instituição de tarifas, regulação e fiscalização sanitária e ambiental.**

No que se refere a esgoto, dados do IBGE (2012) indicam que, no Ceará, apenas 55% da população urbana e 5% da rural são atendidos com sistema de esgotamento sanitário adequado (rede coletora e fossa séptica). Isto significa que destes 55% apenas uma parte de esgoto gerado é tratada, o que significa que grande parte do esgoto gerado,

acaba sendo despejado “in natura”, geralmente em corpos d’água. Como a maioria dos nossos rios é intermitente e a geração de esgoto é contínua, muitas vezes, o que corre no rio não é água e sim esgoto.

Devemos considerar ainda que fossa séptica só deve ser usada em locais nos quais não haja possibilidade de fazer rede coletora e sistema de tratamento de esgoto. Sendo assim, nossa proposta é ampliar a rede coletora de esgoto de todo o Estado, ampliar o número de estações de tratamento de esgotos e promover tratamento eficiente de esgoto para que este possa ser reusado em diversas atividades (recuperação de áreas degradadas, agricultura (com exceção de alimentos que são ingeridos crus), recarga de aqüíferos, irrigação de jardins, lavagem de ruas, etc). Devemos nos lembrar que 99,9% dos esgotos são água que podem ser reaproveitados.

3.2.1.3- Gestão democrática das águas:

No campo da política pública de águas, a mais relevante iniciativa de controle social são os comitês de bacia, já amplamente difundidos no Ceará. Atualmente os comitês têm visto seu papel esvaziado, pois não têm sequer representantes juntos ao CONERH, não têm sido consultados para tratar de temas tão relevantes quanto a tarifação pelo uso da água bruta, nem têm gerido os recursos financeiros oriundos de suas bacias, como previsto nas leis Federal e Estadual.

Água não deve ser tratada como mercadoria, mas um direito fundamental à vida, portanto o controle sobre a política de águas deve ser público, da sociedade e do Estado. Uma das tarefas centrais do nosso governo é, portanto, discutir a revisão da lei estadual das águas, uma vez que seu eixo político não atende às demandas da sociedade.

A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) “responsável hoje pelo gerenciamento e disciplinamento de mais de 90% das águas acumuladas no Estado, de forma descentralizada, integrada e participativa. Estão sob a administração da Companhia, 144 dos mais importantes açudes públicos estaduais e federais, além de reservatórios, canais e adutoras da bacia metropolitana de Fortaleza” e que tem como missão “Gerenciar os recursos hídricos de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população”, necessita ser fortalecida do ponto de

vista do corpo técnico, através de capacitação, reciclagem e aumento do quadro de funcionários. Além disso, outros órgãos estaduais de extrema importância para a gestão de recursos hídricos (FUNCEME, SEMACE, ARCE) também precisam ser fortalecidos.

3.2.1.4- Conservação ambiental:

A política de águas deve estar intimamente conectada com a política ambiental, pois as intervenções em qualquer ponto da bacia hidrográfica podem afetar a qualidade e a quantidade da água armazenada nos reservatórios. A erosão, os nutrientes, os resíduos sólidos e líquidos e os agrotóxicos são os principais fatores de poluição. Nesse sentido, **a política de águas não pode ficar restrita a rios, açudes e aquíferos, mas deve estender-se a toda a bacia hidrográfica, incluindo aí uma política de proteção de nascentes, matas ciliares, vegetação associada às zonas úmidas a fim de garantir a renovação da água e suas funções ecológicas. É necessário ainda priorizar a implantação do instrumento de gestão (previsto na Lei Federal 9.433/1997) denominado enquadramento dos corpos d'água**, que consiste em definir política e democraticamente os usos permitidos para cada corpo hídrico, de acordo com sua qualidade e quantidade.

3.2.1.5- Projetos atuais de infra-estrutura:

A ação dos governos de Tasso, Ciro, Lúcio e Cid foram (e continuam) no sentido de garantir água para os empreendimentos de setores da economia por eles representados. Assim, o caminho das águas desses governos tem destino certo: a Região Metropolitana de Fortaleza-RMF e as indústrias do Complexo do Pecém.

Levantamento dos gastos com infraestrutura hídrica no estado indica que cerca de 2/3 dos recursos dos últimos anos foram destinados à construção do chamado Canal de Integração, que pode transpor para a RMF 22 m^3/s, exatamente a vazão regularizável do açude Castanhão. Isso significa que a ideia central é garantir as águas do Castanhão para o distrito industrial do Pecém. Ideia essa nunca mencionada nos discursos oficiais dos governos anteriores como forma de convencimento da sociedade para a construção do referido açude. Vale salientar que a água que abastecerá o castanhão está prevista para vir da transposição das águas do rio São Francisco. Quanto ao aspecto econômico, troca-se o potencial de produção agrícola e pecuária do vale do rio Jaguaribe pelo abastecimento das indústrias que irão se instalar no Complexo Portuário do Pecém.

É necessário elaborar, de forma democrática e participativa, um plano de uso das águas do Canal, atendendo aos princípios de desenvolvimento ambientalmente referenciado e de justiça e equidade sociais.

3.2.2 - POR UM CEARÁ LIVRE DE AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS: EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR AGROECOLÓGICA E DA AGRICULTURA FAMILIAR

A contaminação das águas, dos solos e o comprometimento da saúde de agricultores (as) e consumidores (as) são algumas das consequências da utilização de venenos na agricultura. Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, que tem causado diversos impactos aos ecossistemas e à saúde humana, pois estão ligados a diferentes tipos de cânceres e doenças associadas. A utilização de organismos geneticamente modificados também é uma ameaça pois inviabiliza a existência e reprodução de espécies nativas da flora, compromete a soberania alimentar e autonomia dos/as agricultores/as e também gera insegurança à saúde de consumidores/as e agricultores/as, uma vez que não há segurança nenhuma de que os alimentos modificados ingeridos não causarão malefícios à saúde. Já existem estudos que relacionam alguns transgênicos à diferentes casos de canceres. **Propomos um Programa de transição para a Agroecologia, com Reforma Agrária Popular e Agroecológica, tendo como público prioritário a Agricultura Familiar**. **Também é nosso compromisso, declarar o Ceará Território Livre de Agrotóxicos e de Transgênicos, objetivo que deve ser alcançado à médio prazo.**

Dentro dos princípios da economia solidária, deveremos incentivar redes de produção e de comercialização, beneficiamento e processamento de produtos da Agricultura Familiar Agroecológica. Efetivar programas de criação de Pequenos Animais (Caprinos, Ovinos), de Apicultura atendendo a agricultura familiar e a vocação ambiental do estado.

São visíveis os efeitos danosos das ações dos conglomerados fortemente capitalizados e que praticamente dominam todo o mercado agrícola. Os tratados internacionais de liberação comercial trazem em seu bojo um histórico de violação do Pacto Internacional dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Há uma negação do direito humano à alimentação adequada. Este programa teria a função de proteger e impulsionar a agricultura familiar. O programa valorizará a dieta

regional e a proteção da biodiversidade. Os produtos adquiridos deverão suprir as necessidades nutricionais e atender as populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos/as.

Promover o remonte das estruturas governamentais de planejamento, extensão e pesquisa agrícola e realizar a adequação das legislações sanitária, comercial e tributária à agricultura familiar. Uma das fontes de financiamento do governo estadual tem sido empréstimos junto a instituições financeiras multilaterais (IFM´s). Muitas dessas instituições são organismos públicos e têm o Estado Brasileiro como um de seus maiores acionistas. Os juros, amortizações e serviços pagos anualmente por essa dívida contraída, são os responsáveis pela retirada do orçamento do Estado, dos percentuais necessários à efetivação de políticas sociais. Além do mais, acessar recursos desses organismos significa submissão a condicionalidades, definidas para atender à agenda neoliberal. O Projeto São José, como o Prodetur e outros, são exemplos de execução de políticas determinadas pelas IFMs.

Por um Ceará sem agrotóxicos!

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo: no ano passado, foram utilizados no país nada mais nada menos do que 1 BILHÃO DE LITROS, o que dá uma cota média de 5 litros por habitante. Este triste "campeonato" está ligado ao modelo de produção do agronegócio, incentivado pelo Governo Federal: a monocultura latifundiária e exportadora de commodities agrícolas para gerar divisas em nossa balança comercial.

Essa lógica também se reproduz no Ceará. Não há um controle rigoroso e detalhado de consumo, vendas e circulação dos agrotóxicos no estado. Os dados do censo do IBGE de 2006 apontaram o Ceará como o quarto estado brasileiro em número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos. Além disso, desde 2010 o Ceará, seguido do Rio Grande do Norte, lidera o ranking de exportação do setor de fruticultura no país. Isso se deve ao grande investimento feito pelo governo federal e estadual na expansão do agronegócio no nordeste, através de recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Plano Plurianual de 2012-2015 prevê recursos na ordem de 6,9 bilhões de reais para ampliar a área irrigada em 193.137 hectares e instalar novos perímetros em 200.000 hectares.

Os efeitos causados pela utilização descontrolada e abusiva de agrotóxicos desde o campo até o consumidor final são alarmantes. Ao serem inseridos no meio ambiente, os agrotóxicos degradam a fauna e flora, interferindo no ciclo natural e ocasionando desequilíbrio biológico. Na sua aplicação, através da pulverização, esses agentes químicos se dispersem no ar, alcançando comunidades vizinhas e, consequentemente, sendo carregados pelo vento e pelas chuvas para os rios, contaminando assim o solo, as águas superficiais, o lençol freático, as plantas e os animais, dentre estes, os seres humanos.

Os impactos sobre a saúde humana são gravíssimos. Através de estudos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), restou comprovado que a uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) não evita a contaminação do agricultor que faz a aplicação. Pesquisa do Núcleo TRAMAS da Universidade Federal do Ceará comprovou que há uma incidência muito acima da média de casos de câncer entre camponeses da Chapada do Apodi, onde agrotóxicos são utilizados em grande escala.

Além disso, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), mostrou que produtos como arroz, alface, mamão, pepino, uva e pimentão, possuem níveis fortes de contaminação em 90% das amostras coletadas, o que significa que nossa população está ingerindo venenos como alimentos. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, dos produtos comercializados no Brasil, 14 já foram proibidos no resto do mundo!

A utilização extensiva dos venenos agrícolas em nosso país recebe um injustificável e absurdo incentivo tributário. Os Secretários de Fazenda dos Estados e da União celebraram o Convênio 100/97 (CONFAZ) que concede benefício fiscal do ICMS, reduzindo a base de cálculo dos produtos agrotóxicos em 60% sobre a alíquota, ficando a critério de cada Estado conceder ou não um maior benefício que o firmado no convênio. No Estado do Ceará, esse "benefício" para a indústria (e malefício para a população) é ainda maior: através do Decreto Estadual n° 24.569/97, o Governo do Estado isentou os agrotóxicos da incidência do ICMS em 100%!

Como se não fosse o bastante, foi firmado o Decreto Federal 7.660, de 23 de dezembro de 2011 dando isenção total para esses produtos na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Também foram reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e sobre a receita bruta

decorrente da venda dos agrotóxicos no mercado interno (Decreto Federal 5.630, de 22 de dezembro de 2005). Isso tudo não aparece na fala de representantes do agronegócio, como Katia Abreu, ao dizer que alimentos produzidos com agroquímicos são mais baratos dos que os agroecológicos. Com tantos incentivos e isenções! Situação insustentável, ainda mais quando se sabe que a agroecologia e a permacultura são alternativas viáveis e amigáveis à saúde e ao meio ambiente!

Assim, o PSOL, nosso candidato a governador, deverá **propor a revogação de todos os decretos e atos normativos que hoje garantem isenção**, **abatimento e/ou incentivo econômico, financeiro e/ou tributário para a fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos em nosso estado,** ao tempo em que, coerente com sua proposta de uma verdadeira Reforma Agrária Popular e Agroecológica, livre de agrotóxicos.

3.2.3 - ZONA COSTEIRA E POVOS DO MAR

A zona costeira é um território de extrema complexidade socioambiental, por isso, singular. Possui uma rica biodiversidade e uma diversidade enorme de ecossistemas. Tem a função ecológica de servir como local de moradia, alimentação, sobrevivência e reprodução para diversas espécies da fauna marinha e terrestre do nosso estado. Além da importância da faixa de praia e outras unidades geomorfológicas, abriga também extensas áreas de ecossistema manguezal, com peculiar fauna e flora e que serve como berçário para a reprodução de animais. É, portanto, uma região extremamente sensível às ações antropogênicas, e que precisa de políticas públicas específicas para salvaguardar seu equilíbrio ecológico.

Além da riqueza em biodiversidade, a zona costeira não é um "território vazio" ou inabitado. Ao contrário, historicamente esses territórios são reivindicados e ocupados por comunidades tradicionais de pescadores/as, agricultores/as, quilombolas e indígenas. Essas populações estabelecem relações ancestrais com seus territórios e mantem através de suas tradições uma relação equilibrada com a natureza. É para essas populações que as políticas públicas voltadas à zona costeira devem atender, garantindo autonomia, trabalho, saúde, acesso à cultura e lazer, educação. Além disso, garantir também que a pesca industrial não inviabilize a artesanal, através de políticas de incentivo e financiamento.

Porém, em função das suas características ecológicas e das belezas naturais, a zona costeira sempre foi disputada por projetos econômicos ditos de desenvolvimento, que competem entre si e com as populações já existentes, gerando diversos impactos e conflitos socioambientais. No Ceará, os mais relevantes são os projetos de pesca industrial, carcinicultura, turismo predatório e de massas e mais recentemente a instalação de parques de energia eólica.

Hoje, o Ceará é o segundo estado no país em número de parques eólicos instalados. Essa energia que é considerada "limpa", em função de não emitir à atmosfera gases de efeito estufa, tem se mostrado "suja" de acordo com movimentos sociais e comunidades atingidas. Isso ocorre porque a lógica com que a mesma é instalada e operada em nosso estado, mas também no nordeste como um todo e em outros países, tem provocado diversos conflitos e impactos na zona costeira. Em função de dois aspectos principais: primeiro que a instalação e operação dos parques tem inviabilizado as práticas espaciais tradicionais das populações onde são instalados, fazendo com que as populações tenham que alterar significativamente seu modo de vida e suas tradições; e segundo que a lógica de instalação é a lógica de mercado, realizada em larga escala, com grandes parques e número elevado de torres, em função da necessidade das empresas maximizarem seus lucros e obterem retorno financeiro com o investimento realizado. Porém, isso vai de encontro à dinâmica da zona costeira, que é um ecossistema frágil, composto por dunas e lagoas interdunares, além dos manguezais e de todas as populações humanas que ali vivem.

A instalação de parques eólicos no Ceará vem destruindo e alterando significativamente os territórios, seja com impactos ambientais (rebaixamento do lençol freático, aterramento de lagoas e terraplanagem das dunas, etc) ou impactos sociais (aumento de doenças, aumento da prostituição, aumento do uso abusivo de drogas, condições precárias de trabalho, etc) que são relatados pelas comunidades atingidas, pesquisadores/as e movimentos sociais.

A política de incentivo à energia eólica em nosso estado tem que ser repensada com urgência. Para que a energia eólica seja considerada realmente uma alternativa não basta ter apenas viabilidade econômica. Para ser viável social e ambientalmente é preciso garantir equidade social e ambiental, com justiça ambiental, impedindo que novos parques que serão instalados gerem conflitos e impactos aos ecossistemas e populações locais. Por isso, **essa fonte energética tem que ser implementada em**

pequena escala, de forma descentralizada, garantindo autonomia na geração e preferência no uso pelas populações que residem ao redor.

Assim, propomos:

- Exigir EIA/RIMA para todos os projetos de energia eólica a serem instalados na zona costeira e na região serrana do estado;

- Elaborar através da SEMACE, SEINFRA e demais órgãos competentes um amplo Diagnóstico de Impactos Sinérgicos da Zona Costeira. Analisando detalhadamente todos os impactos cumulativos aos ecossistemas da zona costeira derivados dos diferentes projetos de carcinicultura, energia eólica, turismo e pesca industrial. Os projetos são diferentes, os impactos também, mas todos eles afetam a mesma região da Zona Costeira, por isso através desse diagnóstico poderemos ter uma visão mais abrangente da atual situação de vulnerabilidade da zona costeira para orientar a ação dos órgãos competentes e da formulação de novas políticas públicas específicas;

- Elaborar com ampla participação popular o Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Ceará, contemplando quatro Microzoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do Estado, quais sejam: Apodi, Ibiapaba, Araripe e Maciço de Baturité, bem como a atualização do ZEE já existente da Zona Costeira e sua respectiva Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. Assim regulamentaremos, dentre outras coisas, o uso, ocupação, manejo sustentável de áreas ambientalmente instáveis do Estado como o Bioma Caatinga, Serras Úmidas e áreas susceptíveis à desertificação em Irauçuba/Centro-Norte e Inhamuns.

No Ceará, há uma política frágil ou inexistente para o setor pesqueiro artesanal a partir da atuação de instituições públicas. O que prevalecem são ações pontuais e pouco sistemáticas por parte do estado que inviabiliza uma atuação mais eficaz quando se trata de pesca artesanal.

A pesca artesanal é uma atividade que se realiza em âmbito familiar, pois envolve homens, mulheres e jovens. Isso significa políticas adequadas para os homens que vão para o alto mar, para as mulheres trabalhadoras da pesca, coletoras de algas e marisqueiras, cultivadoras de algas e ostras, salgadeiras de pescado e trabalhadoras no beneficiamento do pescado. E oferta de alternativas para a juventude e a infância.

A receita obtida pelo setor pesqueiro do Ceará tem sido de 80 milhões de dólares anuais, a partir de uma produção média anual de 17.500 toneladas; deste total 82,7% são advindos do setor artesanal, o que situa a importância também econômica da atividade. A partir dessa realidade, o setor artesanal afirma-se devido às condições ambientais combinadas à simplicidade tecnológica que caracteriza a atividade artesanal, bem como o aproveitamento da propulsão natural (ventos).

No Ceará e ao longo de toda a zona costeira brasileira, existem conflitos e competição entre a pesca artesanal e a pesca empresarial/industrial. O declínio da produção lagosteira é provocado e o empobrecimento do setor artesanal é uma de suas trágicas consequências. Nesses casos, o Estado tem atuado face ao conflito de maneira débil, seja se omitindo de uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos entre estes setores, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores. Através de sua política pesqueira, o Estado provocou um aumento da concentração de capitais, ao investir maciçamente nas grandes empresas. Ignorou, ainda, a riqueza e complexidade das formas organizativas locais da produção artesanal.

Para lidar com situações conflitivas, regulamentações sobre zoneamentos têm sido introduzidas com o duplo objetivo de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Zonas pesqueiras nas quais práticas destrutivas e intensivas têm sido banidas ou deslocadas, onde se aplicam exclusões sazonais e onde as pescas artesanais usufruem direitos de uso exclusivo, são características comuns de muitas políticas pesqueiras nacionais e regionais. Tais políticas são destinadas a proteger locais de reprodução ou crescimento de espécies importantes, prover reservas de biodiversidade e refúgios de espécies e, ainda, defender as pescas artesanais.

As zonas pesqueiras têm sido estabelecidas para: proteger o ambiente, resguardar direitos dos trabalhadores da pesca artesanal, minimizar conflitos entre usuários de artes de pesca diferenciados e minimizar custos de fiscalização. Os pescadores que reivindicam a criação de zonas exclusivas de acesso às embarcações propulsionadas à vela serão os principais responsáveis pela gestão dos ecossistemas em parceria com as instituições responsáveis, explorando os recursos de maneira sustentável e tomando, se necessário, medidas apropriadas no sentido de recuperá-los. Serão eles os guardiões dos recursos marinho-costeiros e esse deve ser o seu campo de ação coletiva. Mas como é o Estado quem, em última

instância, tem a responsabilidade de exercer a tutela sobre os recursos marinho-costeiros, será preciso procurar dar lugar a um sistema de cogestão. Os direitos e os deveres dos pescadores que serão representados por uma organização própria e aqueles do Estado, deverão ser claramente definidos e reexaminados de tempos em tempos. Esse sistema descentralizado traduzir-se-á, na prática, pela criação de comitês para gestão municipais e/ou regionais e para os direitos de acesso, que formarão uma rede coordenada dentro da qual serão tratados os problemas de partilha dos recursos entre os setores vizinhos e os diferentes que continuarão coexistindo e atuando em áreas contíguas.

Se a pesca artesanal se afirma no contexto da pesca no Brasil, isso se deve também à participação das mulheres no contexto familiar dos pescadores artesanais ou em atividades complementares à pesca e/ou ao seu papel muitas vezes como protagonistas de iniciativas produtivas. É necessário restabelecer o equilíbrio entre os papéis masculinos e femininos nas sociedades pesqueiras, captando o potencial de desenvolvimento das mulheres. Em matéria de gestão dos recursos, elas podem tomar iniciativas, fazer pressão para defender os direitos dos pequenos pescadores, organizar os créditos mútuos, por exemplo, tendo assim, na comunidade um papel valorizado do ponto de vista da dimensão pública.

A falta de informações sobre os diversos aspectos da pesca artesanal, notadamente as características socioeconômicas e culturais das populações concernentes, constitui uma das maiores dificuldades quando se trata de tomar decisões e formular políticas públicas adequadas para a pesca artesanal. É necessário que a coleta de dados socioeconômicos sobre a pequena pesca seja um objetivo prioritário: demografia, equipamento, custos e lucros, censo dos pescadores e de embarcação, organização da mão de obra, crédito e investimentos, infraestruturas sociais.

Nosso programa reconhece a pesca artesanal como atividade geradora, socializadora de renda e trabalho e afirmadora da cultura e tradições dos povos do mar. Ela será prioridade em nosso governo representando uma ruptura com todos os governos anteriores. Partindo desse entendimento, apresentamos as seguintes propostas:

- Estabelecer zonas exclusivas de pescarias, com acesso exclusivo às embarcações pesqueiras com propulsão eólica. Instaurar-se-á os "direitos de acesso

territoriais" — anteriormente denominados zonas de pesca exclusivas — para uso de pescadores/as artesanais

- Criar as Reservas Extrativistas de Tatajuba (Camocim) e Área Reservada Marinha de Beberibe e de Icapuí.

- Realizar a imediata demarcação da linha de Preamar — média para efetivo conhecimento público de áreas da união, com vistas à regularização do uso e ocupação do solo, priorizando o uso para moradia e uso em atividades tradicionais

- Criar um Fundo de Incentivo à Pesca Artesanal, cujo objetivo é fomentar e promover os seguintes aspectos:

a) O desenvolvimento de infraestrutura para a pesca artesanal;

b) A infraestrutura de apoio à fiscalização nos municípios;

c) A capacitação e assistência técnica aos pescadores artesanais e às suas organizações;

d) A comercialização dos produtos pesqueiros.

- Implantar, como política pública estadual, escolas diferenciadas para os Povos do Mar no Ceará, vinculando educação, cultura e trabalho em sua proposta curricular.

- Constituir um fundo que deverá materializar a vinculação necessária entre educação e trabalho, em que os processos produtivos estudados tematizem os desafios do próprio local, sendo o caminho produtivo o exercício de aprendizagem.

- Apoiar à produção e comercialização de pescado destinadas ao consumo interno e a proporção nas relações comerciais (compra e venda e escambo) intermunicipais.

- Cortar subsídios a toda atividade pesqueira que incida sobre estoques de recursos sobreexplorados (ex. Lagosta);

- Apoiar a exploração e gestão de recursos sub-explorados;

- Descentralizar e efetivar uma gestão da pesca artesanal de maneira compartilhada;

- Apoiar a criação de áreas reservadas marinhas a partir de experiências demonstrativas e áreas de gestão compartilhada, com ampla participação das comunidades envolvidas;

- Integrar as políticas pesqueiras com as ações de gestão costeira;

- Estabelecer interface das políticas pesqueiras com políticas de ordenamento do uso e ocupação do solo na zona costeira e de terras da união, dando prioridade de uso e ocupação para as comunidades e atividades tradicionais;

- Não permitir financiamento a empreendimentos turísticos de grande porte que promovam o desalojamento de famílias locais e a descaracterização cultural da comunidade e da paisagem;

- Apoiar a agricultura familiar nas regiões litorâneas, como mecanismo complementar na produção de alimentos;

- estimular o Turismo como atividade complementar, valorizando a pesca artesanal e outras manifestações culturais tradicionais;

A aquicultura depende vitalmente dos ecossistemas nos quais está inserida — e estes devem ser mantidos em equilíbrio para possibilitar a manutenção da atividade. A aquicultura, tendo como objetivo o aumento do consumo de pescado no Brasil e no Ceará, é ainda o maior desafio a ser enfrentado, já que se utiliza de recursos naturais como a água, e de um modo não sustentável.

Em nosso estado e no Nordeste brasileiro uma das atividades em maior expansão é a do cultivo de camarão, com uma produção que se destina a exportação. A partir de um padrão de consumo, são geradas pressões para o desenvolvimento da atividade que tem provocado a privatização de áreas das quais, as populações costeiras e ribeirinhas tiravam seu sustento. O Relatório da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados constatou que os viveiros de camarão promoveram grandes impactos ambientais dentre eles: i) desmatamento do manguezal, da mata ciliar e do carnaubal; ii) soterramento de gamboas e canais de maré; iv) bloqueio do fluxo das marés; v) contaminação da água por efluentes dos viveiros e das fazendas de larva e pós-larva; vi) salinização do aqüífero. Some-se a esses impactos, o uso indiscriminado de agrotóxicos na lavagem diária dso camarões, cuja água utilizada é jogada nos rios, lagoas ou na própria terra, o que tem provocado a morte de inúmeras pessoas nas regiões aonde estes cultivos estão localizados.

No Ceará, persistem conflitos com as populações tradicionais em várias localidades: (Curral Velho e Aranaú em Acaraú, de Cumbe, Porto do Céu, Cajazeiras, Jardim, Cabreiro, Tabuleiro e Volta em Aracati(CE), São José e Buriti em Itapipoca(CE), Camondongo, Passagem Rasa em Itarema(CE), No litoral leste, os maiores problemas se concentram no estuário do rio Pirangi em que há o

comprometimento de sua capacidade de carga, com o adensamento intensivo de cultivos; situação semelhante à do estuário do Jaguaribe.

Os dados oficiais publicados pela ABCC5 falam na geração de 3,5 emprego/hectare cultivado. Entretanto, o relatório do IBAMA(2004) levantou em uma média de 0,6 empregos/há, o que corresponde a 60 empregados (relações formais) em uma fazenda de 100ha. Na carcinicultura o que observamos é uma predominância dos pequenos produtores em números absolutos, já que 90,35% possuem empreendimentos de dimensões menores que 20 ha. Contudo, quando analisamos os empreendimentos de grande porte, estes, apesar de representarem somente 4% do total, concentram 47,6% das áreas cultivadas.

Os maiores entraves verificados até o momento paraa aqüicultura são as questões relativas à poluição causada pelas fazendas: disseminação de enfermidades entre os organismos cultivados e destes para espécies nativas, dependência dos suprimentos mundiais de farinhas e óleo de peixe (componentes básicos das rações de peixes de animais carnívoros), e os conflitos pelo uso da terra e da água.

Portanto, o desafio imposto são diretrizes para a sustentabilidade do setor que conjuguem desenvolvimento com equidade social e uma abordagem preventiva, contando com o decisivo apoio do Estado, da iniciativa privada e da sociedade, para a conservação dos ambientes costeiros e aquáticos. No Brasil, cerca de 62 espécies vêm sendo cultivadas, sendo peixes (51), crustáceos (5), moluscos (4), anfíbios (1) e algas (1). A produção e adaptação de tecnologias de cultivo exigem trabalhos experimentais complexos, com detalhamentos necessários a serem observados, daí porque se justifica a seleção de somente algumas cadeias produtivas. Em função dessa realidade, não é suficiente investir somente na cadeia produtiva do camarão marinho ou nas cadeias produtivas do agronegócio.

Para atingir metas de inclusão social e segurança alimentar no estado do Ceará, é fundamental pensarmos em algumas cadeias produtivas de Aquicultura familiar.

- Ampliar as áreas de cultivos de ostras e algas no Ceará.

- Consolidar a cadeia produtiva desses produtos para que as populações locais sejam protagonistas dessa produção.

- Garantir a conversão gradual das atuais carciniculturas de pequenos produtores em policultivos, garantindo crédito para que estes desenvolvam suas atividades de maneira autônoma.

- Garantir a recuperação de APPs degradadas pela atividade de carcinicultura, buscando aproximar-se ao máximo da situação anterior ao impacto.

- Estimular o consumo de algas na alimentação humana e diversificar os produtos alimentícios derivados das algas.

- Estabelecer um limite de exploração para carcinicultura por bacia hidrográfica. Os limites devem ser baseados no consumo de água e na disponibilidade de água da bacia hidrográfica.

- Não efetivar novos licenciamentos para o cultivo de camarão até que seja produzido no estado, um inventário das áreas de manguezal, bem como das áreas de camarão cultivadas até hoje (em hectares) e a delimitação da capacidade de suporte do estado do Ceará por estuário para a atividade da carcinicultura.

- Estabelecer um padrão para emissão de efluentes da carcinicultura e criar um sistema de monitoramento das águas.

- Garantir o zoneamento de áreas adequadas à aquicultura.

- Buscar linhas de crédito para aquicultura familiar sustentável (algas, sururu, mexilhão etc.).

- Adequar das linhas de financiamento (crédito) à realidade das populações costeiras.

- Publicizar, através da Internet, de campanhas, nas escolas etc. o processo de licenciamento e exigências legais para implementação de pequenos cultivos, no sentido de evitar o logro (corrupção) nesse processo.

- Em caso da aquicultura em bacias, o direito da outorga deve ser concedido pelo Comitê de Bacias com assessoria da COGERH, que deve produzir as informações técnicas necessária à gestão pública dos recursos hídricos.

- O licenciamento deve ser feito integradamente, envolvendo a SEMACE, o IBAMA e as administrações municipais e ainda faz-se necessário a criação de formas de controle social.

- Promover a criação de promotorias estaduais especializadas em meio ambiente por bacia hidrográfica, para mediar os conflitos pelo uso da água, bem como assegurar os princípios da política nacional de recursos hídricos (princípio do múltiplo uso).

3.2.4. POPULAÇÕES INDÍGENAS: DEMARCAÇÃO DAS TERRAS JÁ!

Os povos indígenas, que à época da colonização estavam organizados em 42 povos, têm uma longa história de resistência no Ceará, enfrentando bravamente os conquistadores, retardando por décadas a efetiva colonização do interior do nosso Estado. A violência da invasão européia dificultou a memória acerca dos povos indígenas, pois a guerra contra estes se fez sem registro nem documentação escrita. Sem o registro escrito sabe-se apenas das crueldades mais gritantes.

Com a promulgação da "lei de terras" no Brasil, em 1850, segundo a qual eram considerados proprietários aqueles que possuíam registro em cartório da posse da terra, foi garantida a propriedade aos invasores europeus no território brasileiro, marginalizando legalmente os antigos habitantes, que passaram a ser gente sem terra. Na segunda metade do século XIX, o governo da província decretou que "no estado do Ceará não haviam índios", empreendendo ações de extermínio e etnocídio. Muitos sobreviventes do massacre passaram a ocultar a identidade indígena para não serem vitimados por novos ataques. Desse modo, num contexto de perseguição e preconceito no passado, vários povos deixaram de reivindicar a identidade indígena como forma de garantir a própria sobrevivência.

Hoje os territórios indígenas continuam sendo invadidos, suas matas destruídas e seus manguezais espoliados com a instalação de fazendas de camarão em cativeiro, turismo em escala industrial, monocultura do côco, a implantação de projetos de assentamento e de irrigação, além da atividade mineradora.

A conflitualidade gerada pela pressão por novas áreas para a expansão dos grandes projetos econômicos, significam uma ofensiva sobre a manutenção dos territórios de diversas comunidades que não foram completamente integradas ao modelo de funcionamento da sociedade capitalista, e que portanto mantém relações com o seu entorno a partir dos valores de uso dos bens naturais, em prol da manutenção da subsistência, empreendendo atividades agrícolas e extrativistas. Por outro lado, a necessidade de reprodução do capital, que em crise busca encontrar saídas para a permenente expansão, avança sobre os territórios aprofundando as injustiças ambientais, num processo de acumulação por espoliação, que privatiza os bens naturais e expulsa as populações de sua terra, o que tem resultado no aumento de conflitos no campo.

No plano político há um ataque aos direitos que com a nova constituinte de 1988 no Brasil, foram reconhecidos. As demarcações de terra e a reforma agrária nunca alcançaram tão baixos índices. Se durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso foram 145 áreas homologadas (equivalente a 41 milhões de hectares) e nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva esse número caiu para 84 áreas (18 milhões de hectares), no governo de Dilma Rousseff foram apenas 10 áreas homologadas (966 mil hectares). Por outro lado a força e o espaço que ganharam os setores empresariais ligados ao extrativismo, à pecuária e ao agronegócio, demonstra que há um verdadeiro ataque que já tem significado retrocessos.

É necessário que a política indígena seja também focalizada pelo governo estadual, de maneira a integrar ações afirmativas para os povos indígenas do estado à política executada pela FUNAI, IBAMA, Ministério Público Federal, FUNASA e Polícia Federal.

O Ceará é o Estado mais atrasado em nível nacional no que diz respeito à regulamentação fundiária e a demarcação de terras indígenas. São 17 etnias; dessas somente 1 possui sua terra demarcada.

Nesse sentido, envidaremos os esforços necessários para cumprir a pauta de reivindicações dos povos indígenas e agilizar os processos já em andamento, num esforço conjunto com os órgãos federais responsáveis pela questão indígena:

a) Viabilizar a demarcação das terras indígenas já identificadas e delimitadas no Ceará: Tremembé de Almofala, Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé;

b) Embargar as extrações de minérios dentro das terras indígenas, como prevê a Convenção 169 da OIT;

c) Fortalecer, junto à FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), os programas voltados à saúde dos povos indígenas;

d) Promover concurso público para a contratação de professores indígenas para as escolas indígenas, incentivando uma educação voltada à realidade desses povos, de modo a incorporar a valorização das suas dimensões étnico-culturais;

e) Criar uma Secretaria de Assuntos Indígenas com a função de apoiar, assessorar e mediar conflitos, na perspectiva da identificação de terras indígenas e de viabilizar o processo administrativo de identificação das terras indígenas já programadas, tais como: Tremembé de Queimadas, no Acarau; Tremembé de São José e Buriti, em Itapipoca, e Kanindé em Aratuba e Canindé; e dos outros Povos que aguardam essa providência no Ceará;

f) Promover a colaboração dos órgãos estaduais com ações de fiscalização de obras e empreendimentos orientados as terras indígenas, em ação conjunta com FUNAI, IBAMA e Policia Federal.

3.2.5. ENERGIA PARA QUE, PARA QUEM E COMO? O SETOR ENERGÉTICO NO CEARÁ

O modelo de desenvolvimento brasileiro, centrado na exportação de *commodities* agrárias e minerais possui um elevado custo social e ambiental. Ao longo da última década, há um aumento significativo da produção e consumo de energia elétrica no Brasil. Esse aumento do consumo tem sido impulsionado principalmente

pela expansão da produção industrial que, num contexto de reprimarização da pauta exportadora, concentra-se nos setores de cimento, aço, alumínio, ferro-liga, petroquímico, de papel e celulose (Bermann, 2011). Se tomarmos os dados da produção energética brasileira no ano de 2013, observamos que o total de energia elétrica consumida pelos setores destinados a produção de *commodities* (indústria do ferro gusa e aço, ferro ligas, de papel e celulose, do cimento, indústria química, setor de mineração e pelotagem e o setor de metais não ferrosos) – foi de 24,32% da total consumida no país, maior que o consumo residencial no ano (Brasil, 2014).

Nesse contexto, a política energética dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-Atual) apresenta a perspectiva estratégica, conforme o Plano Nacional de Energia 2030 (Brasil, 2007), de ampliar a produção e oferta de energia elétrica de modo a garantir eletricidade a baixo custo para a produção de *commodities* com preços competitivos no mercado internacional. É dessa forma que grandes projetos hidroelétricos são postos em construção, especialmente na região amazônica, prolifera-se a instalação de parques eólicos, de usinas termoelétricas e usinas nucleares, promovidos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento.

O que não fica evidente nas propagandas governamentais que promovem este modelo de desenvolvimento sob a insígnia de sustentável é que essas *Commodities* embutem nos seus baixos preços uma lógica de exploração humana e da natureza (Freitas & Porto, 2006). Essa avalanche de empreendimentos energéticos que se espalham pelo Brasil vem deixando um nefasto rastro de significativos impactos ambientais, afetando inúmeras comunidades através de remoções forçadas de seus territórios tradicionais ou da inviabilização da reprodução do seu modo de vida devido à degradação ambiental que promovem.

Estes empreendimentos buscam atender simultaneamente a duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação de capital e a do ordenamento territorial. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados territórios, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (Vainer, 1992).

O Estado do Ceará se insere nesse contexto através de sérios conflitos ambientais provocados pela instalação de parques eólicos em toda sua zona costeira, pela instalação de uma usina termelétrica no Complexo Industrial e Portuário do Pecém e pelo Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato, que visa atender a demanda de combustível para a ampliação do número de usinas nucleares, bem como de fertilizantes e ração animal para o agronegócio. Esses empreendimentos afetam sobremaneira povos tradicionais em seus territórios, comunidades indígenas e camponesas.

A crise climática é o maior desafio posto para a humanidade no século XXI:

O sistema climático terrestre tem sido impactado fortemente pela ação antrópica. Desde o advento do período industrial, a composição química da atmosfera se modificou significativamente. A concentração de alguns dos principais gases de efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e halocarbonetos – inexistentes na atmosfera natural) se alterou, provocando impactos relevantes sobre o balanço energético do planeta.

Particularmente, o incremento de mais de 40% na concentração de CO_2 desde o período pré-industrial até hoje tem levado a alterações substanciais no sistema Terra. Em um século, a temperatura média global aumentou 0,89 graus, sendo que o ritmo de aquecimento foi especialmente acelerado nas últimas décadas. A cobertura de gelo marinho no Ártico tem declinado vertiginosamente, com uma redução de quase 80% no verão de 1979 até os dias de hoje. A ocorrência de eventos extremos como enchentes, secas e ciclones tropicais (furacões e tufões) têm crescido em frequência e/ou intensidade, conectando as serras do Rio de Janeiro (com deslizamentos mortíferos) às Filipinas (que foram devastadas por tufões como o Bopha e o Haiyan) ao Nordeste Brasileiro (que sofre uma seca recorrente de vários anos). A acidificação dos oceanos, resultante da dissolução do CO_2, levou a um incremento de mais de 30% na concentração de íons H^+, já levando ao comprometimento de várias espécies que dependem da fixação de carbonato para sua existência.

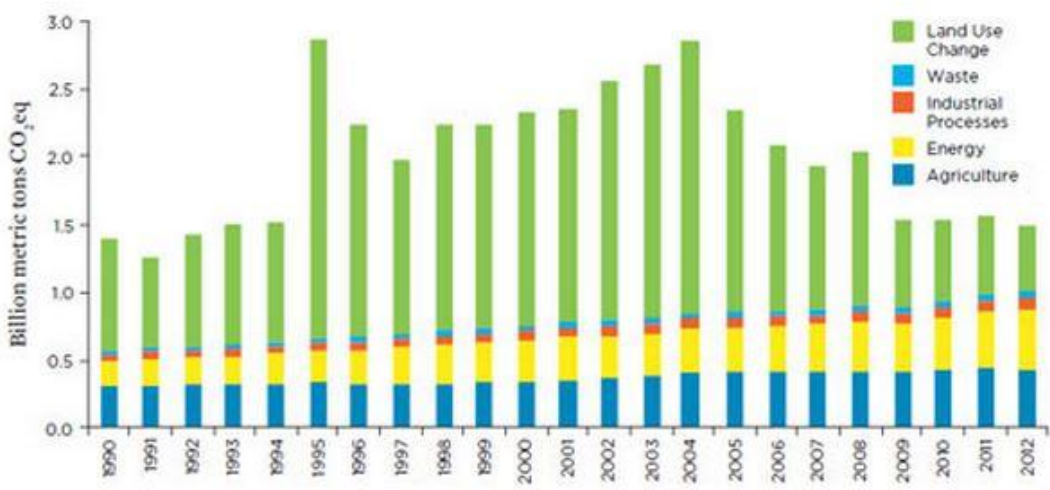
Essa é uma realidade que ameaça profundamente a própria existência da espécie humana e de inúmeras outras espécies que conosco compartilham este planeta. Diante disso, é evidente que é preciso incidir fortemente, rapidamente, prioritariamente, sobre a

emissão de gases de efeito estufa. Além disso, é preciso preparar e proteger as camadas mais vulneráveis da população ante as alterações climáticas que já sejam irreversíveis. As camadas expoliadas da população (os/as mais pobres, os países menores e mais pobres, os trabalhadores e as trabalhadoras, as mulheres, etc.), que menos contribuem com o desbalanço do ciclo do carbono e com a crise climática são precisamente as mais expostas aos seus efeitos!

Globalmente, a principal fonte de emissões de CO_2 é a queima de combustíveis fósseis. Nos trópicos e no Brasil em particular, o desmatamento e queimadas se são o principal contribuidor para as emissões (ou próximo disso) e se somam à queima de petróleo, carvão e gás natural. Tais processos precisam ser atacados na raiz, em qualquer programa que se pretenda genuinamente de esquerda no século XXI, posto que é uma ameaça decisiva às condições materiais de existência de nossa própria espécie.

Segundo o Primeiro Relatório de Avaliação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, o Brasil efetivamente reduziu suas emissões nos últimos anos. Mas isto se deveu essencialmente às restrições de créditos a desmatadores. A figura a seguir mostra claramente que embora o Brasil tenha retornado suas emissões aos níveis do início dos anos 90, a composição das emissões mudou significativamente. O uso da terra (desmatamento/queimadas) deixou de ser a componente claramente dominante das emissões para dividir esse "posto" com a produção de energia (incluindo eletricidade e transporte).

Ora, isso se deveu a escolhas claras em relação ao "modelo de desenvolvimento" brasileiro nos últimos anos. A resposta ao aumento da demanda energética se deu via uma combinação do resgate de projetos de grandes barragens hidroelétricas (como Belo Monte) com o uso maciço de energia termelétrica (continuidade de um programa de incentivo do governo de FHC)



através de unidades a carvão, óleo e gás. Além disso, a frota automobilística cresceu exponencialmente nos últimos anos, com preços pouco competitivos para o etanol, levando a um consumo extremamente elevado de derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel). Ademais, deve-se frisar a realização de uma série de leilões de petróleo, gás e carvão, repassando para corporações privadas a possibilidade de exploração dessas reservas fósseis em território brasileiro (incluindo da Amazônia a águas territoriais em quase todo o litoral – incluindo o cearense – e, claro, a camada do pré-sal).

O semiárido é uma das regiões potencialmente sob maior risco, face as mudanças do clima.

Uma atmosfera mais quente é capaz de armazenar mais vapor d'água, o que implica tanto em uma maior dificuldade em saturá-la (ou seja, atingir o ponto em que o vapor passa a se condensar, produzindo nuvens), especialmente em regiões naturalmente secas (áridas ou semiáridas) quanto em uma maior quantidade de "matéria-prima" para sistemas precipitantes (nuvens, tempestades, etc.) uma vez que eles se formem (especialmente em ambientes naturalmente úmidos). Isso faz com que extremos climáticos tanto como chuvas quanto como enchentes sejam ambos exacerbados com o aquecimento do sistema climático global.

Os cenários futuros de mudanças climáticas não deixam claro, pelo menos até o momento, se há uma tendência a um aumento ou diminuição da precipitação média sobre o Nordeste Brasileiro e o Ceará em particular. No entanto, é bastante claro que há uma tendência significativa de elevação da temperatura (especialmente nas porções mais internas do continente) e, portanto, da taxa de evaporação, especialmente em cenários de maiores emissões, ou seja, ainda que haja um aumento modesto no total de chuvas, é muito provável que a perda de umidade do solo e a redução do nível dos reservatórios seja um fator dominante no futuro, com impactos extremamente sérios sobre a agricultura e a segurança hídrica.

É evidente que uma maior amostragem é necessária a fim de se aferir uma tendência e detectar um efeito que possa ser atribuído às mudanças climáticas globais, mas é certo que o norte do Nordeste brasileiro e o Ceará em particular foram recentemente assolados por estiagens recorrentes. Os anos recentes de chuvas abaixo ou muito abaixo da média histórica ocorreram, por sinal, sem a incidência do fenômeno El Niño (tradicionalmente um inibidor muito importante das chuvas na região),

contribuindo para uma baixa considerável no nível dos reservatórios cearenses. Tais condições atípicas podem servir de amostra de um futuro com secas cada vez mais e mais severas. Vale ressaltar, porém, que, por conta do mesmo processo físico que exacerba as secas, as chuvas tendem a se concentrar mais em poucos eventos extremos, que podem contribuir para degradar o solo (especialmente em áreas que tiveram retirada da cobertura vegetal natural) e enchentes urbanas (já amplificadas pela impermeabilização dos solos e canalização dos rios)

É preciso preparar-se para os danos já inevitáveis e irreversíveis do aquecimento global

Ainda que as emissões antrópicas de gases de efeito estufa sejam efetivamente contidas, algumas alterações no sistema climático já são inevitáveis e possivelmente irreversíveis. A presença continuada de concentrações de dióxido de carbono em valores em torno de 400 ppm já seria suficiente para promover um aquecimento extra de cerca de um grau, para além do já ocorrido desde o período pré-industrial, com todas as suas consequências (em termos de degelo das calotas, elevação do nível do mar, mudança nos padrões de secas e enchentes, etc.).

Daí, e especialmente porque os setores mais vulneráveis a essas alterações são precisamente os mais pobres nas cidades, os trabalhadores rurais, as comunidades tradicionais, etc. é preciso proteger esses segmentos.

O entrelaçamento do conhecimento acadêmico e tradicional é fundamental, nesse sentido, para disseminar técnicas agrícolas, compartilhar variantes de cultivares mais aptas às condições de plantio num clima alterado.

A recuperação de áreas degradadas, a recomposição das matas ciliares para proteção dos rios, o reflorestamento mediante espécies nativas se colocam como medidas inadiáveis, no campo.

O uso da água precisa ser redimensionado, a fim de que não haja colapso de abastecimento urbano e de que a mesma esteja acessível ao conjunto da população rural. É evidente que o uso da água, na forma atual, é incompatível com o risco climático imposto ao semiárido, especialmente num cenário de aquecimento global.

Por fim, **as cidades também precisam se preparar para os eventos extremos, revertendo-se parte da impermeabilização da superfície, protegendo, ampliando e recuperando as áreas verdes urbanas, promovendo arborização (novamente via espécies nativas), recuperando os rios urbanos, redimensionando o sistema de drenagem urbana, fortalecendo os sistemas de aviso meteorológico e defesa civil, etc.**

Mas há limites para a adaptação: é preciso reduzir as emissões e garantir uma radical democracia energética

Há limites muito estritos para estratégias de adaptação. Se há chances de adaptar (não sem custos e dificuldades) nossa pequena agricultura e nosso sistema hídrico às condições de aquecimento global de 2 graus, por exemplo, bem mais difícil, custoso e, eventualmente inviável, é a adaptação a um planeta 3, 4, 6 graus mais quente. No limite, o aquecimento global esperado pela queima de todas as reservas fósseis no planeta pode tornar a maior parte das áreas continentais do planeta inabitável para nossa espécie.

Um programa socialista no século XXI precisa ser, necessariamente, um programa de preservação das condições materiais mínimas para subsistência da espécie humana e do restante da biota terrestre. Assim sendo, ele precisa incluir, em seu centro, a minimização das alterações climáticas antrópicas e de seus efeitos.

Em primeiro lugar, isso implica em uma **reformulação profunda da matriz energética**. Além de uma redução significativa dessa demanda (orientada tanto para uma maior eficiência energética quanto para a própria redução dessa demanda, inibindo a produção de bens supérfluos e combatendo a obsolescência programada), fontes fósseis precisam ser urgentemente substituídas por outras, com um mínimo de emissões de CO_2, renováveis e socioambientalmente justas (o que exclui, por óbvio, a energia nuclear).

O Ceará, tradicionalmente, se constituía num estado importador/consumidor de energia, mas, no período recente, esse quadro tem se modificado, com o advento de unidades geradoras de energia, incluindo termelétricas a carvão e gás, eólicas e unidades solares fotovoltaicas.

As unidades térmicas, com destaque para a UTE-Pecém, foram instaladas na lógica de alimentar a instalação de outros empreendimentos, com destaque para outras

empresas no CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém), como a siderúrgica e a refinaria. Somente essa unidade, movida à queima de carvão (o mais ineficiente dos combustíveis fósseis, isto é, o que mais produz CO_2 por unidade de energia elétrica gerada), em plena geração, é responsável pelo lançamento anual, na atmosfera, de carbono equivalente à queima de pelo menos 3 parques do Cocó. Além disso, para que suas turbinas se movimentem e suas caldeiras se resfriem são necessários em média 800 litros de água por segundo (com outorga concedida de até 993 litros por segundo, água suficiente para abastecer uma população de 600 mil habitantes). Para além da produção de CO_2, é preocupante a emissão de outros poluentes (como material particulado e outros gases) e a ocupação de terrenos de povos originais, como os Anacé.

No caso das eólicas, ainda que se trate de uma energia considerada limpa em função da não-emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, a lógica do modelo de desenvolvimento voltada para o lucro a tem colocado em contradição com as comunidades tradicionais da zona costeira de nosso estado.

Nesse contexto, um conjunto de medidas precisa ser adotado, ao mesmo tempo assegurando uma redução significativa das emissões em nosso estado e garantindo uma radical democracia energética.

O centro, em primeiro lugar, se voltará para **zerar a geração de eletricidade a partir de fontes fósseis. De imediato, todo e qualquer subsídio (incluindo desconto no uso da água) será retirado e um cronograma será estabelecido para desativação total das termelétricas no estado.** Na compreensão de que a energia nuclear não é alternativa aceitável para mitigação das mudanças climáticas, também **deverão ser canceladas as iniciativas de extração de urânio e qualquer hipótese de instalação de usina nuclear.**

Um programa de energias renováveis democraticamente construído e socialmente justo deverá ser implementado, paralelamente a essas medidas. Deve ser dada prioridade ao zoneamento costeiro, a fim de identificar localidades com mínimo impacto socioambiental para aproveitamento energético nas formas eólica e maremotriz. Em particular, no caso da energia eólica (caso em que o capital adota a "energia certa" da maneira errada, instrumentalizando-a para atacar as comunidades litorâneas), alternativas locacionais serão estudadas.

Mas o centro da política estará na **descentralização da produção energética**. Energia solar e eólica de pequeno porte poderá levar eletrificação ao conjunto das comunidades isoladas que assim o desejarem. Nas cidades, o aproveitamento fotovoltaico nos telhados das próprias casas representará, já de início, uma redução muito expressiva do consumo líquido de energia no estado, ao mesmo tempo em que o abatimento na conta de energia atuará como mecanismo de distribuição de renda. **O governo estadual, nesse sentido, adotará uma política de subsídio à instalação de painéis fotovoltaicos (gratuitamente para famílias pobres e com linha de crédito facilitada para as demais).**

É necessário realizar um **inventário das emissões de carbono** em nosso estado, a fim de neutralizá-las. Tal inventário servirá de subsídio para as políticas de mitigação constantes do **Plano Estadual de Mudanças Climáticas**, a ser elaborado incluindo também medidas de adaptação.

Mineração de urânio: a trajetória de uma morte anunciada - De Caldas, passando por Caetité e vindo para Santa Quitéria

Está em fase de licenciamento ambiental o Projeto Santa Quitéria de mineração da jazida de urânio e fosfato de Itataia, localizada na divisa entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, situada a 212 km de Fortaleza. Segundo as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB (INB, 2011), a reserva geológica é de 142,5 mil toneladas de urânio associado ao fosfato, sendo a maior do Brasil. O urânio, metal radioativo considerado estratégico, tem sua mineração controlada pela União, através da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e executada pela INB (CNEN, 2010). Em 2008, após licitação realizada pela INB, a empresa Galvani foi escolhida para exploração do fosfato associado ao Urânio e foi formado então, entre essas duas empresas, o Consórcio Santa Quitéria. Na sequência, foi iniciando o processo de licenciamento ambiental para exploração da jazida.

O atual governo cearense assinou no início deste ano um protocolo de intenções para viabilizar a instalação do empreendimento (Lima, 2014). A cifra de R$ 870 milhões acordada entre o consórcio Santa Quitéria e o Governo do Estado será garantida por recursos estaduais, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e em parte pelas

empresas. O Governo do Estado se responsabilizou pela construção de obras de infraestrutura com estradas e uma adutora, que levará, numa das regiões críticas e que mais sofreu com a última seca, água do açude Edson Queiroz para o Empreendimento.

A exploração da mina de Itataia, em Santa Quitéria, será feita a céu aberto e em cava, durante 20 anos. O minério ocorre desde a superfície até a profundidade de 180 metros. O que interessa é obter urânio e derivados fosfatados (fertilizante e alimentação animal). Os demais elementos associados são chamados de estéril porque não têm valor econômico. A estimativa é uma produção anual de 1.600 toneladas de concentrado de urânio e 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados (Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, p. 6).

A justificativa apresentada para o Projeto Santa Quitéria é a necessidade de ampliar a produção de concentrado de urânio, que será utilizado para fabricação de pastilhas de combustível nuclear para movimentar as centrais nucleares. O objetivo do governo federal é ampliar a participação das centrais nucleares na matriz elétrica brasileira, com redução da dependência externa de urânio enriquecido, através da duplicação da produção de concentrado de urânio (Brasil, 2010). O planejamento energético brasileiro para 2030 prevê que, entre 2014 e 2030, a cada quatro anos, entre em funcionamento uma usina nuclear com capacidade de geração de 1.000 MW, dobrando para 3% a participação da energia nuclear na matriz energética nacional (Barros & Pereira, 2010).

Quanto à mineração do fosfato em Santa Quitéria, este vem atender a demanda crescente de produção de fertilizantes pela expansão do agronegócio. A meta do governo brasileiro é aumentar até 2022 em 100% o volume de exportação de produtos agrícolas, através do incremento de 60% da produção de grãos, 40% a produção de frutas, 50% a produção de cana de açúcar e 60% a produção de carne bovina, dentre outros produtos agrícolas (Brasil, 2010). Fica claro desta forma, que a política de desenvolvimento para os próximos anos é a ampliação do agronegócio e de sua cadeia destrutiva, de ampliação da fronteira agrícola sobre os ecossistemas naturais, com a utilização intensiva de agrotóxicos e esgotamento do solo.

Porém, os impactos ambientais, riscos e danos à saúde de diversas comunidades próximas e inúmeros acidentes com vazamentos de material radioativo verificados na mineração de urânio em Caetité-BA, único projeto de mineração de urânio em

funcionamento no Brasil e em toda América Latina, em funcionamento desde o ano 2000, alertam para os perigos da atividade.

Contaminação ambiental por urânio foi verificada em Caetité e no município vizinho de Lagoa Real, conforme relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia, que detectou concentração de urânio em poços de captação para abastecimento para consumo humano superior aos limites máximos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Coelho et al., 2008). Foi também constatado, por meio de análise de absorção óssea, que a concentração média de urânio medida em dentes de moradores é 100 vezes maior do que a média mundial (Prado, 2007).

Além disso, uma recentemente pesquisa realizada por pesquisadores da Fiocruz e da Comissão de Pesquisa e Informação Independente sobre Radioatividade – CRIIRAD, apresenta no relatório *Justiça Ambiental e Mineração de Urânio em Caetité: Avaliação Crítica da Gestão Ambiental e dos Impactos à Saúde da População,* revela indícios de que o aumento dos casos de câncer observados em Caetité-BA estão potencialmente associados à radiação presente no entorno das instalações da INB. O relatório também conclui que o monitoramento ambienta realizado pela INB na Bahia é "ineficaz" (Vilasboas, 2014).

Que garantias terão as comunidades de que não haverá vazamentos para o solo, contaminação dos cursos d'água e do ar como ocorreu em Caetité? A manta elástica que ficará na base do aterro, e que serve para impedir a passagem da água da chuva, terá resistência e duração suficiente para suportar todo período de radioatividade do fosfogesso descartado? E como será feito o monitoramento dos níveis de radiação? Os exemplos de Caldas e Caetité, os riscos de contaminação são muito altos!

Em todas as etapas da mineração de urânio existem riscos de contaminação para os trabalhadores. Nos locais onde ocorrerão as atividades de lavra, deposição de resíduos, estocagem de minérios, beneficiamento industrial e acessos internos, as possibilidades de acidentes e de contaminação são maiores. Os riscos de contaminação também recaem sobre os residentes e as atividades produtivas que desenvolvem. Tal como já ocorre em Caetité, onde o excedente da produção agrícola da agricultura familiar tem sua venda comprometida em virtude do temor dos compradores de que esteja contaminado.

De acordo com o EIA/RIMA do projeto, o yellow cake (concentrado de urânio) será transportado em caminhões da mina até o Porto de Mucuripe, em Fortaleza. São mais de 200 km de estradas que ligam Santa Quitéria, Canindé, Maranguape, Caucaia e Fortaleza. Na capital, os caminhões transportadores deverão cruzar bairros e avenidas de elevada densidade populacional. São vias de tráfego intenso em que normalmente ocorrem congestionamentos.

Evidentemente que os equipamentos de transporte do concentrado de urânio agravarão ainda mais as condições de trafegabilidade de automóveis e de transporte coletivo. As dificuldades de coordenação entre o deslocamento terrestre e o embarque marítimo do urânio, também contribuirão para aumentar os riscos da exposição de uma carga radioativa sob condições de elevada temperatura. Os riscos de acidentes, de vazamentos e de contaminação estão presentes ao longo do deslocamento.

Que desenvolvimento é este apregoado pela INB/Galvani que, ao mesmo tempo, degrada o ambiente e põe em risco a vida das pessoas e de outras espécies? Que modelo extrativista é este que beneficia apenas os empresários e políticos, que se aproveita de uma suposta situação de penúria, para piorar a vida das gerações atuais e futuras? Já não basta o que está acontecendo em Caetité, na Bahia, que já está marcada por desastres ambientais, sociais, desestruturação de culturas e incidência de cânceres na população?

Não há dúvidas que os interesses das empresas envolvidas no negócio do urânio e de fertilizantes são puramente econômicos. Claramente, é a reafirmação de um modelo extrativista que agride, degrada e destrói territórios em que se desenvolvem atividades em completa harmonia com as condições ambientais neles existentes.

Diante do histórico de acidentes e impactos ambientais verificados na exploração de urânio em Caetité-BA, compreendendo o modelo de desenvolvimento no qual ele se insere e características do Projeto Santa Quitéria apresentamos **nossas principais propostas frente ao empreendimento:**

1. **Intervir juntos aos órgãos públicos competentes pelo licenciamento ambiental do empreendimento para garantir amplo e irrestrito acesso de toda população implicada e interessada pelo projeto às informações referentes ao empreendimento, questionando-as ativamente quanto à**

veracidade de modo a zelar pelo direito à informação de qualidade e autêntica;

2. **Fiscalizar e intervir quando necessário para que as comunidades e toda população potencialmente atingida pelo empreendimento possa participar de espaços de debate e tomada de decisão sobre o mesmo, o que no caso implica na vigilância para garantir da participação popular no processo das audiências públicas;**

3. **Zelar pela garantia da equidade e justiça ambiental, bem como para que a autonomia dos territórios seja respeitada na decisão quanto à implementação ou não deste empreendimento;**

4. **Priorizar, em absoluto, o abastecimento hídrico para atender as necessidades de populações humanas e de animais, frente às demandas desse e de outros projetos agrícolas, mineiros ou industriais;**

3.2.6. POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E DIALÓGICA

Construir conceitos de Educação Ambiental pressupõe clarificar a Educação que se concebe. "... e a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo." (ARENDT, 1972, p. 223)

Assim, desde a tenra infância a sociedade deve assumir a responsabilidade de melhoria do mundo, do ponto de vista social, ambiental, cultural, etc. E essa responsabilidade não é tão somente institucional, é também, familiar e individual.

" ***A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele*** *e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos jovens. A educação é ,também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum.*" (ARENDT, 1972, p. 247; grifo nosso)

Entende-se que Educação é uma responsabilidade de todos/as. Mas compreende-se também que é um campo de lutas, onde se deve assumir em qual trincheira se posicionar.

Nesse sentido, é importante frisar qual concepção de Educação, e por conseguinte de Educação Ambiental, se difunde aqui. Trata-se de uma Educação (Ambiental) fundamentada em Paulo Freire, pois concebe a Educação como elemento de transformação social embasada no diálogo, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de opressão impostas às maiorias sociais pela dominação capitalista, no exercício da cidadania e no entendimento da complexidade da vida, em sua totalidade.

Apesar de Paulo Freire não categorizar a Educação, nem se declarar ambientalista, seu contributo para Educação Ambiental é surpreendente. E está registrado na sua ilustre participação na conferência de abertura da Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada durante o Fórum Global/Rio-92 - evento paralelo à Conferência Oficial Rio-92. (LOUREIRO, 2006)

A Educação Ambiental deve assumir uma postura dialógica, onde sujeitos são também agentes, com história, cultura e consciência. Daí a defesa de se fazer Educação com o/a outro/a, respeitando sua identidade e individualidade. Essa construção deve conduzir para superação do senso comum, ampliando a capacidade crítica e dialógica. A Educação Ambiental pode e deve promover a prática social reflexiva e teoricamente fundamentada. Essa relação com a/o outra/o deve envolver capacidade crítica, acesso e assimilação de diferentes saberes, na busca da transformação da realidade, uma ação conscientizadora mútua. Uma Educação Ambiental deve se livrar de preconceitos e estereótipos e atentar para a diversidade étnica e cultural.

Essa Educação Ambiental deve ser uma educação para o presente pois o futuro não é conhecido. Isso não quer dizer que não se planeje. Não. A questão é que devemos nos concentrar nos problemas atuais e não adiar suas soluções; não relegar esses problemas para as gerações vindouras. "*Há que se buscar novas alternativas de aprendizagem, que vislumbrem e incorporem as mudanças pretendidas na formação deste indivíduo idealizado para o mundo atual."* (MEDINA e SANTOS, 2011, p.25). As futuras gerações devem receber as benesses e não os ônus. Para tanto, exige-se

cuidado para com as/os outras/os, exige-se amorosidade. (Maturana, 1995; 2002). Essa amorosidade gera liberdade e autonomia para ensinar-aprendendo, aprender-ensinando.

"**Ao pensarmos na contribuição da Educação Ambiental**, para a edificação de um mundo social e ecologicamente mais justo, nada mais oportuno e urgente que **aceitarmos o desafio de inventar novas metodologias que nos auxiliem a edificar espaços de convivência a partir da solidariedade, da cooperação, da tolerância e do amor**, não só com os demais seres humanos mas, sim, com todas as demais formas de vida existentes no planeta-terra. Ou por que não dizer no universo?" (BARCELOS, 2010, p. 21, grifo nosso)

Essa concepção de Educação Ambiental distancia-se da ideia de instrumentalizar escola e educadoras/es para "preservar a natureza". **A Educação Ambiental aqui concebida não é só ferramenta ou instrumento. Ela imputa o debate de que escola é essa; que natureza é essa. Ela nega a homogeneidade de ideias e de modos de vida; ela nega a superficialidade do debate teórico. Ela está posicionada do outro lado da trincheira, oposta à educação tradicional e conservadora.**

"Objetivamos, sim, definir as premissas que fundamentam uma tendência crítica que enfatiza a Educação Ambiental como uma visão paradigmática diferenciada *da* e *na* educação e que, pela explicitação do contraditório, torna compreensível os diferentes modelos encontrados em projetos e programas formais, informais e não formais." (LOUREIRO, 2006, p. 21)

3.2.7. PERMACULTURA COMO FERRAMENTA DE SOBERANIA

Cada vez mais a preservação e convivência com o meio ambiente deve estar integrada ao nosso cotidiano. Nossas ações, atitudes e consumo consciente devem eliminar os impactos que estamos causando no meio ambiente e ainda buscar melhorá-lo diante da situação dramática que passa o nosso planeta. Para alcançarmos esses objetivos é preciso uma convivência ambiental que permita as pessoas compreender que tipo de atuação é necessária para garantir a vida e a qualidade para todas/os. A educação ambiental à luz da permacultura é um caminho a ser trilhado para o cuidado com as pessoas e com a natureza, pois esta é a sua proposta ética. A permacultura perpassa a educação formal para nortear as atividades de uma escola, um bairro, um município até ter contagiado por todo o Estado do Ceará com esse cuidado com a natureza, essa que fazemos parte.

A permacultura permite compreender, observar e aproveitar os recursos fundamentais de uma cidade como a água, o solo, o clima e as plantas numa perspectiva realmente sustentável. **Propomos, neste governo, a criação de uma escola de permacultura tendo na sua grade curricular a educação biocêntrica, a**

agroecologia, a bioconstrução, a captação e aproveitamento eficiente da água, a utilização de energias renováveis como a solar e eólica, a meliponicultura (abelha nativa sem ferrão), agrofloresta, quintais produtivos, horta mandala e tantas outras ferramentas que reduzem os impactos no meio ambiente e melhoram a saúde das pessoas com atividades na natureza e produção de alimentação saudável.

Será incentivada nas escolas uma reflexão sobre a permacultura com gestores, docentes e discentes para uma mudança de atitudes que façam melhor proveito dos recursos como a água, o solo, o clima e as plantas integrados a atividades escolares.

3.2.8. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO**

Outra ferramenta de fundamental importância para salvaguardar a biodiversidade, os ecossistemas, a qualidade de vida da população e as atividades de comunidades tradicionais em nosso estado são as Unidades de Conservação (UC).

As UCs são áreas naturais protegidas pelo Estado (em nível nacional, estadual ou municipal) que são escolhidas em caso de uma das seguintes tipologias: i) se possuírem características naturais relevantes; ii) que desempenham funções ecológicas importantes e/ou nichos ecológicos específicas; iii) grau de endemismo da biocenose de fauna e/ou flora; iv) em áreas com elevado grau de vulnerabilidade e fragilidade; v) locais com grande beleza cênica, contemplação, cultural ou com potencial para ecoturismo; e vi) em áreas onde são realizadas atividades sustentáveis de extrativismo, pesca ou agricultura por comunidades tradicionais.

Elas são criadas com objetivo de garantir a manutenção da biodiversidade, de suas características naturais e do equilíbrio ecológico, além disso, essas áreas contribuem para regular o clima, abastecer os mananciais de água e proporcionar qualidade de vida às populações. No Brasil o conjunto de UCs constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que organiza as UCs em duas categorias - Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável – conforme as possibilidades de uso direto ou indireto dos bens materiais naturais presentes.

As UCs de Proteção Integral são mais restritivas do que as de Uso Sustentável, onde não é permitido o uso direto da Natureza, são permitidos apenas usos indiretos, com finalidades específicas e acompanhadas pelo órgão público. Esse tipo de Unidade corresponde as primeiras que foram criadas no mundo, a partir da iniciativa dos EUA, e sob uma lógica de que quanto mais "áreas intocáveis" fossem criadas, melhor para a sustentabilidade do planeta. Porém, depois de anos de experiências e estudos com as UCs, existe um acúmulo dentro da comunidade científica de que essa correlação não se

efetiva na prática. Ao contrário, a sustentabilidade dos ecossistemas depende muito mais de mudanças nas atitudes das pessoas, da reestruturação radical na relação da sociedade capitalista com a natureza e de políticas públicas voltadas à proteção dessas áreas. Por isso, em todo o mundo, em especial no Brasil e no Ceará, as UCs de Uso Sustentável estão presentes em maior número.

No Ceará, o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), órgão ao qual a SEMACE é vinculada, é responsável por administrar 20 Unidades de Conservação estaduais, sendo 7 de Proteção Integral e 13 de Uso Sustentável e o Corredor Ecológico do Rio Pacoti. (Lista completa das UCs no Estado e suas localizações, ecossistemas e área total: http://www.semace.ce.gov.br/monitoramento/areas-naturais-protegidas/ucs-estaduais/)

Para cada UC deve ser elaborado um Plano de Manejo, com objetivo de estabelecer o zoneamento e as normas que devem reger o uso e manejo da área e de seus bens materiais naturais. Como instrumento de gestão as UCs devem dispor de um Conselho Gestor, constituído por representantes de órgãos públicos, sociedade civil e da população residente nas áreas próximas. O princípio da participação democrática deve ser o elemento principal a ser respeitado na elaboração do Conselho Gestor e do Plano de Manejo, afim de que sejam criados instrumentos com ampla participação da sociedade civil, garantindo os anseios da sociedade e das populações residentes.

Porém, apesar do Estado já contar com um número significativo de Unidades de Conservação, o número ainda é muito pequeno, se forem considerados a dimensão do Estado e a quantidade de áreas importantes que se encaixam em uma das tipologias citadas acima e que não estão protegidas ainda (Mapa das UCs Estaduais http://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/UC_CEARA_A4.jpg).

Além disso a criação de novas UCs deve respeitar os usos sustentáveis e atividades tradicionais já existentes nos locais e não servir para inviabilizá-las, restringi-las ou remover essas populações de suas localidades. Historicamente são essas populações que têm cumprido o papel de "protetores e gestores" da Natureza de forma sustentável e garantindo o equilíbrio ecológico. É preciso, inclusive, garantir a partir de políticas públicas a permanências das mesmas em seus territórios e incentivo e apoio financeiro para suas atividades. Dentro disso, temos algumas propostas:

- Propomos que a partir do Macrozoneamento do Estado se identifique as áreas que se encaixam em uma das tipologias citadas acima e que sejam criadas novas UCs no Estado, priorizando as de Uso Sustentável. Assegurando a ampla participação da sociedade civil na elaboração do Plano de Manejo e da constituição do Conselho Gestor. Enquanto o Macrozoneamento não estiver finalizado, sugerimos que a identificação de áreas importantes para se criarem

novas UCs seja feito através da consulta às organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e pesquisadores da área;

- Que seja feita a regulamentação definitiva do Parque Ecológico do Cocó, em decorrência de ser uma área de fundamental importância ecológica para o Estado e do alto grau de vulnerabilidade e fragilidade;

- Em função da dimensão do Estado e dos desafios que a proteção dos ecossistemas nos impõe, propomos ampliar o quadro de servidores públicos efetivos da SEMACE e a criação de cargos públicos efetivos para o CONPAM, que serão preenchidos por meio de concursos públicos de provas ou provas e títulos, para atuarem como gestores das UCs, fiscais, gestores e analistas ambientais com especializações definidas para o controle e monitoramento da qualidade ambiental do âmbito estadual.

- No palmilhar do controle e monitoramento ambientais, propomos um aprimoramento tecnológico dos instrumentos de proteção ambiental, tais como criação de laboratório de análise de solos, análises de agrotóxicos e aperfeiçoamento do laboratório de análise de efluentes; implementação de estações de monitoramento da qualidade do ar.

3.3 Educação

Acreditamos que a educação deve ser compreendida como um direito e não como mercadoria. Defendemos uma educação realmente pública, laica, gratuita, de qualidade e orientada a serviço da classe trabalhadora. Combatemos a lógica do individualismo e da competição que a classe dominante tenta transladar para as redes educacionais. Construímos uma perspectiva educacional calcada no respeito à diversidade, ao direito à livre orientação sexual, no combate às relações desiguais de gênero e no combate a todas as formas de opressão. Esses são princípios que defendemos. Assim, uma política de educação transformadora deve estar orientada nessa perspectiva, como exercício pleno da liberdade criativa e transformadora dos seres humanos e não como uma forma de adestramento e conformação ao sistema produtivo capitalista.

Mesmo considerando que a partir da segunda metade da década de 1990 houve uma expansão nacional das matrículas no Ensino Fundamental, com movimento equivalente no estado do Ceará, é importante frisar que essa ampliação de acesso ainda não ocorreu para os alunos do ensino médio. Ao mesmo tempo, consideramos necessário reafirmar que o direito à educação, para ser efetivado na sua plenitude, precisa garantir a universalização das matrículas, precisa criar condições de permanência dos estudantes nas escolas e, sobretudo, precisa assegurar que as crianças, adolescentes e jovens tenham acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, de modo que lhes permita o exercício pleno da cidadania. A permanência dos/as alunos e alunas na escola passa também pelo estabelecimento de relações sociais que prevejam as diferenças criam condições para elas não se coloquem como uma barreira de desigualdades de poderes. A escola é para nós um espaço para a construção, com dignidade humana, de diferentes identidades.

3.3.1 Princípios norteadores para a educação como um direito

3.3.1.1 Solidariedade e responsabilidades coletivas, face ao individualismo e competitividade

O direito à educação é parte dos direitos humanos, que são indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inadiáveis. O artigo 205 da Constituição Federal propugna a educação como um direito de todos e uma obrigação do Estado, secundado pela família e pela sociedade, enquanto o artigo 208 institui a educação básica como obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, reafirmando-a como direito público subjetivo.

O sistema de ensino atual, resultante da subordinação às regras das Instituições Financeiras Multilaterais (IFM) na figura do Banco Mundial, tem servido para perpetuar as desigualdades e manter a segmentação de classes sociais. Em função disso, os segmentos sociais mais impactos pela fragilização das escolas públicas brasileiras são aqueles constituídos pelas populações pobres das grandes cidades, pelos negros, pelos estudantes do campo e, dentre elas, as mulheres.

Acreditamos que a emancipação humana a partir da auto-organização da população de forma solidária, será possível se for garantida a educação como um direito humano, orientada para lhe permitir "ler" criticamente o mundo como primeiro passo para modificá-lo. Nessa concepção de processos educativos, as avaliações não podem se

pautar numa lógica meritocrática, porque esta é excludente. Queremos uma escola que emancipe e transforme e não que reproduza as desigualdades e injustiças próprias da educação bancária.

3.3.1.2 Democratização da gestão

A gestão participativa é fundamental na construção de uma educação transformadora e de qualidade socialmente referendada. Pensar a escola pública de forma integral significa não apenas reconhecê-la como espaço de apropriação dos conhecimentos, mas como espaço de socialização, algo fundamental para mudança de hábitos, comportamentos, valores e visões de mundo. Nossa concepção de escola pública considera como princípio o exercício da democracia direta da comunidade por ela atendida, o que dá sentido a própria idéia de escola como a constituição de comunidades de aprendizagens para a emancipação humana.

Neste sentido, deverão ser criados canais de participação que dêem conta das necessidades específicas, e que, ao mesmo tempo, estabeleçam elos entre os espaços de formulação e execução da política de educação. Nossa concepção se diferencia daquelas que têm sido praticadas no Ceará através de sedutores "slogans" que são repetidos nas propagandas oficiais. Nessas práticas, tudo se reduz a "convidar" a comunidade escolar para participar da "execução" das medidas que continuam a ser desenhadas e implementadas a partir dos gabinetes da administração central ou das CREDES. Ao tempo em que parece traduzir uma concepção de participação popular, possui a característica perversa de manter intocadas as diretrizes políticas de determinada secretaria, transferindo para o local onde são aplicadas aquelas diretrizes (as escolas e seus dirigentes) as responsabilidades de seus sucessos ou de seus fracassos.

Entendemos que a melhor forma de contemplar a democracia participativa na gestão escolar deve ser através da formação de **colegiados consultivos** para cada segmento da comunidade (professores, funcionários e pais e alunos), pois são eles os mais aptos para debater e encaminhar posições sobre os mais variados aspectos da vida educacional. Na constituição dos **Conselhos Escolares**, os representantes desses segmentos têm assento, onde devem encaminhar e defender aquelas posições discutidas e deliberadas pelo seu colegiado específico. Esta no nosso horizonte a democratização da gestão escolar, através da participação efetiva da comunidade escolar.

No que se refere à eleição de diretores e diretoras, defendemos um processo exemplar; estes continuarão sendo escolhidos a partir de "consultas às comunidades escolares", mas para garantir a dimensão educativa nesse processo, a escolha será precedida de momentos de reflexão sobre as práticas escolares, bem como sobre as condições materiais para tal. Nesse processo pais, estudantes, professores e demais funcionários constroem uma radiografia da escola, suas instalações e seus funcionamentos. Consideramos ser insuficiente a simples realização de debates entre os candidatos para as apresentações de suas propostas, pretendemos envolver a comunidade escolar num diagnóstico mais preciso das condições de funcionamento das escolas. É essa "leitura" que permitirá à comunidade um mergulho mais profundo nas "propostas de cada candidato/a", avaliando-a em função da problemática anteriormente identificada.

3.3.1.3 Recursos públicos exclusivamente para a gestão dos equipamentos públicos

O processo de terceirização corresponde a uma ofensiva do capital para fragilizar a classe trabalhadora, pois desobriga o Estado das responsabilidades de empregador e as transfere para o setor privado; o Estado perde sua titularidade.

A terceirização, portanto, contribui para o processo de privatização e, diferentemente do que muitos afirmam, este processo é mais oneroso para o Estado, além de possuir uma essência antidemocrática. Compreendemos como fundamental a utilização de recursos estatais para a gestão dos equipamentos públicos, vinculados às esferas de controle social e a importância da realização de concursos públicos.

A legislação brasileira prevê a vinculação de 25% dos impostos estaduais para a educação; como primeiro passo no sentido de avançarmos no resgate da dívida educacional com a população cearense, propomos a ampliação dessa vinculação para, no mínimo, 30% desses impostos. A aplicação desses recursos pressupõe uma atividade permanente de acompanhamento do orçamento estadual, necessitando transparência e publicização das contas públicas, compromisso que será assumido desde o início da nossa gestão.

Outra fonte de recursos que permitirá um aumento nos percentuais de arrecadação do estado do Ceará é a destinação de "uma parcela do lucro líquido das empresas estatais" (Educação Pública de Qualidade, 2011)[1], que pode ser estimada em 5% desse valor para a compra de materiais e equipamentos escolares, por exemplo.

Com os atuais padrões de arrecadação, as unidades federativas como o Ceará não têm recursos para custear a educação básica em seus estados, a não ser mediante padrões de precariedade (instalações deficitárias, falta de equipamentos e carreiras profissionais pouco atrativas), por isso é essencial o exercício do Regime de Colaboração entres união, estados, distrito federal e municípios com responsabilizações equivalentes às capacidades arrecadatória de cada ente federado.

3.3.1.4 Efetivação do Direito à Educação

Defendemos incondicionalmente **a efetivação do direito à educação**, que, como direito, deve acolher a todos e todas; em função disso, terão atenção hierarquizada na nossa gestão, as pessoas com deficiências, os povos quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos, os povos do mar, os grupos LGBT e os idosos, dando ênfases a processos escolares diferenciados, por conta das matizes identitárias em questão.

Trata-se, entre outras coisas, da garantia da permanência do conjunto dos estudantes nas escolas, considerando-as como espaços de vivências coletivas

---

1 Texto produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em: http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQieducativo_2Edicao.pdf

baseadas em um currículo amplo, que reduza o abismo cultural entre as vidas cotidianas de cada segmento específico e os saberes curriculares veiculados nos programas escolares.

3.3.1.5 Valorização dos/as profissionais da educação

Na última greve dos professores estaduais do Ceará alcançamos algumas conquistas, diante da histórica luta. Conquistamos a ampliação definitiva de carga horária, 1/3 para planejamento como rege a Lei do Piso e um aumento no salário inicial para atender o valor inicial da tal lei, entre outras vitórias. No entanto, para aumentar salários o governo recheou nossa carreira de gratificações frágeis, como PVR-Fundeb que, assim como outras gratificações, podem ser retirada, por isso uma de nossas reivindicações é o aumento salarial no vencimento base.

É importante ressaltar que não basta para valorizar o/a professor/a a aplicação da lei do piso, conforme ela está. O crescimento do valor do piso mesmo sendo maior que a inflação anual do país, ainda é pífio em relação ao que o professor/a merece. Por isso, outra reivindicação histórica da categoria é uma reformulação da carreira (tabela salarial). Diferente dos/as professores/as da prefeitura, nós, estaduais, temos uma carreira comprimida, onde um professor/a evolui poucos anos (especialista – 4 níveis, mestre – 3 níveis e doutor – 2 níveis) e estagna, não progredindo mais na carreira. É necessária a valorização do professor, respeitando assim sua ascensão na carreira, investindo na sua formação e dando condições básicas de educar os/as filhos/as dos trabalhadores/as.

Diante dessa necessidade, não se pode dividir carreiras e diferenciar professores/as, como o atual governo faz. Dividir nossa carreira, para que o vencimento inicial que a lei do piso obriga não tenha efeito proporcional nos demais níveis superiores foi o principal ataque do governo Cid Gomes. Diferenciar profissionais, entre efetivos e temporários, diante da fragilidade do contrato de trabalho desses professores é desrespeitoso, humilhante e injusto. Não se pode aceitar a forma de como é tratada pela SEDUC os professores que possuem contratos temporários, sem garantias e poucos direitos, estes não recebem 1/3 de férias, há atrasos nos seus pagamentos e não recebem vale refeição, mesmo trabalhando, às vezes, mais de 40 horas/semanais. Além disso, são ameaçados pela gestão caso participem de movimentos paredistas. É necessário dar uma maior garantia a estes/as professores/as e ouvir suas reivindicações para acabar com a precarização dos trabalhadores/as que constroem uma educação pública de qualidade.

A carência de professores nas escolas estaduais não está em sintonia com número de vagas ofertadas no último concurso (3 mil). Nesse ano foi divulgado que aproximadamente 60% dos professores do Ceará são temporários, por essa razão é urgente à realização de concurso que preencha o número real de vagas nas escolas e mais professores possam conquistar sua estabilidade profissional.

3.3.2 Iniciativas comprometidas com uma educação de qualidade

3.3.2.1 Educação Integral

Os alunos e alunas da rede estadual de ensino têm direito de acesso aos bens da cultura socialmente acumulados. Considerando os princípios de solidariedade e responsabilidade coletivas, defendemos que este acesso não se constitua numa apropriação acrítica dos conteúdos da cultura erudita, mas de uma compreensão que contribua para **uma "leitura de mundo" mais densa completa e coletiva,** elementos importantes para a construção dos parâmetros de atuação e inserção social de todos/ as.

A concepção de "educação integral" que defendemos incorpora, necessariamente, as amplas possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos que vão para além de abordagens científico-conteudistas que prevalecem atualmente nas escolas; trata-se de uma escola que incorpore elementos da cultura geral, da cultura humanística e da cultura formativa de modo a equilibrar, em função dos anseios, necessidades e possibilidades de cada estudante, o desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das capacidades de operar intelectualmente.

As várias manifestações das artes, como o teatro, a música, as artes plásticas e produções áudio-visuais deverão compor um arcabouço de possibilidades que ofertadas às crianças, adolescentes e jovens, possam lhes permitir o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, ao mesmo tempo em que se lhes serão oferecidas possibilidades de compreensões das interações no mundo do trabalho.

Não nos referimos à concepção limitada da idéia de ocupar integralmente o tempo dessa juventude mantendo-a nas escolas preocupadas unicamente com a garantia de um trabalho manual alienante. Todas as ações da nova escola devem fazer parte de um projeto de formação humana que através das ciências, das artes, dos esportes, que contribua para o desenvolvimento pleno das pessoas de qualquer idade; não queremos uma educação utilitária que apenas oriente os estudantes para a disputa predatória de uma possível vaga "no mercado de trabalho"; para nós, a continuidade dos estudos em nível superior também faz parte do direito à educação, portanto deve estar presente nos horizontes de todos os alunos da rede pública estadual.

3.3.2.1 Qualidade social na educação

I – Um novo paradigma pedagógico

Os resultados das avaliações oficiais têm evidenciado que os/as jovens terminam suas escolarizações apresentando sérias limitações na elaboração e compreensão de textos e na realização de operações matemáticas elementares, afastando-se significativamente do conjunto de conhecimentos esperados após um percurso escolarização, o que indica que a escola não tem cumprido o seu papel social e político de "ensinar" e esse fracasso não pode ser debitado nas contas pessoais dos alunos e de suas famílias ou dos professores, como tem sido feito reiteradamente, pelo discurso oficial.

É preciso que os gestores reconheçam que a democratização das matrículas no ensino fundamental trouxe para a escola um contingente de estudantes que, até então,

estava excluído da cultura escolar que, em boa parte dos casos, é oriundo de famílias onde elementos da cultura letrada (jornais, revistas, livros, etc.) eram/são raros, não havendo, portanto, quaisquer surpresas no fato de apresentarem, no início de suas escolarizações, baixas taxas de aprendizagens. Os sistemas públicos de educação não estão preparados para acolher esse singular contingente de alunos, orientando suas práticas pedagógicas para as suas necessidades e, no mais das vezes, atribuem aos estudantes e professores o ônus do fracasso do sistema educacional, desse modo, o fracasso do sistema é debitado nas contas pessoais dos indivíduos.

Seguindo essa compreensão, a rede escolar do Ceará deverá elaborar uma "pedagogia adequada" aos diferentes alunos de nossas escolas. A tarefa não é pequena, pois não se resume a um treinamento localizado de "novas e redentoras" práticas pedagógicas. Pressupõe uma mudança na concepção do processo ensino-aprendizagem, atribuindo papéis ativos, ainda que diferentes, para professore/as e aluno/as, oposto às práticas de uma "pedagogia tradicional" que atribui atitudes de um "receptáculo passivo" para os/as estudantes.

II – Um novo paradigma de formação de professores/as em serviço

Uma nova compreensão do processo pedagógico e, dentro deste, novas compreensões dos novos papéis de professores, coordenadores e alunos implicará, necessariamente, na implantação de uma nova concepção de formação de contínua de professores. Esse novo programa de formação em serviço deverá estar, assentado em grupos de trabalho que atuem na e a partir das próprias escolas, alimentados por coordenadores, que discutindo problemas específicos do dia-a-dia, possam evoluir, a partir de processos coletivos de elaborações pessoais. Da mesma forma que desejamos uma formação crítica dos alunos/as, precisamos de uma formação crítica dos professores/as para que possam, na comunidade escolar, experienciar o amadurecimento de debates que estão postos na sociedade e que a escola ou se priva ou apresenta de forma alienante.

Trata-se de superar a prática, razoavelmente comum, de realização de cursos curtos de formação, oferecidos nos intervalos dos períodos letivos, ou de reuniões periódicas de grupos de profissionais vindos de escolas e realidades distintas, cuja intenção não pode ser maior do que o treinamento de procedimentos mais ou menos mecânicos, parte deles devidamente "equacionados" em programas apostilados, como se estes pudessem dar conta da complexa problemática da escola brasileira neste começo do século XXI.

Os cursos de especialização ou mestrados profissionalizantes, podem ter sentido se equacionados dentro de uma estratégia maior, da necessária qualificação/densificação de profissionais que atuem a partir da administração central ou das regiões administrativas, cujas formações, hoje desatualizadas, ficaram abandonadas durante muito tempo.

3.3.2.3 Instalações e equipamentos

I – A escola, com um espaço bom para se estar

A escola precisa constituir-se em num lugar agradável de estar, onde estudantes sintam prazer em voltar no dia seguinte. Banheiros higienizados, refeitórios limpos, quadras esportivas, espaços de recreações e jogos, ambientes convidativos para leituras, pátios arborizados, jardins cuidados e recantos para estar e conversar deveriam ser elementos naturais nas definições dos projetos arquitetônicos das escolas públicas.

Salas de aula agradáveis, planejadas com adequados padrões de conforto térmico, luminosidade e acolhimento, não devem ser privilégio de poucos e sim direito universal.

Também defendemos que as instalações do espaço escolar propiciem a acessibilidade aos portadores(as) de deficiências, que devem ter condições de atendimentos que os coloquem em situação de igualdade, segurança, autonomia para que possibilidades de elaborar as construções do conhecimento coerentemente com nossa opção pela educação inclusiva.

II – A escola, um espaço gostoso de aprender

Para além de ser um espaço bom para se estar, e para não descuidar da intencionalidade que lhe deve ser própria (princípio da educação integral), a escola precisa equipar-se com equipamentos e materiais que são essenciais para estimular as diversificadas e criativas aventuras no campo da cultura. Mais do que ter agradáveis bibliotecas e salas de leitura é preciso garantir que nesses espaços crianças e adolescentes encontrem livros didáticos, para-didáticos e literatura infanto-juvenil, juvenil, revistas e uma variedade de outras publicações que possam conduzi-las pelas novas veredas que deverão abrir-se no mundo das letras.

Nossa gestão assegurará a navegação pelos mares da *web*, para tanto, dotará as escolas de equipamentos de informática e acesso à rede mundial de computadores, além de lhes garantir uma significativa quantidade de materiais lúdicos e educativos, disponíveis em mídia digital e com acessos locais.

Serão disponibilizadas instalações laboratoriais e materiais que ofereçam condições adequadas para que os experimentos, próprios das disciplinas de Ciências da Natureza, por exemplo, possam constituir-se em elementos usuais das elaborações de conteúdos, aliados a uma nova compreensão da relação ensino- aprendizagem.

De modo semelhante, as vivências com linguagens artísticas (artes musicais, dramáticas e plásticas) serão valorizadas como estratégias de ampliação do papel educativo das escolas, entendendo-as como relevantes para o desenvolvimento pleno das potencialidades e sensibilidades. Para tanto, serão garantidos espaços condições para que professores e alunos constituírem-se em grupos, ensaiar e produzir peças teatrais, apresentações de dança ou de grupos musicais. Naturalmente, as atividades esportivas também serão estimuladas.

Ainda que sejam desejáveis, não são necessárias as construções nas escolas, de ateliês específicos para cada uma dessas áreas, pois poderá ser incorporada ao projeto arquitetônico, a concepção de salas de múltiplos usos que tenham isolamento acústico e possam ser usadas para atividades de música, dança e teatro.

As salas de experiências também serão projetadas com a mesma lógica de múltiplos usos, permitindo assim que as aulas de artes plásticas possam se beneficiar desses espaços.

Para dinamizar jogos e brincadeiras, além dos espaços de recreação e das quadras desportivas, que são essenciais, serão disponibilizados aos professores de educação física materiais e equipamentos específicos (bolas para jogos diferentes, além de redes, colchões, bastões, fitas, arcos e similares) que possibilitem o acesso ao amplo acervo histórico da cultura corporal.

3.3.2.4 Financiamento da educação pública

Com a promulgação da lei 13.005, de 25 de junho de 2014, os gestores da educação pública brasileira terão que organizar os orçamentos das suas redes tendo em vista a implantação, em dois anos, "custo aluno qualidade inicial" que, nas estimativas iniciais, aponta para valores muito distintos daqueles praticados pelas escolas públicas cearenses. Como os valores que não forem supridos pelas arrecadações no estado (juntando-se as vinculações dos impostos estaduais e municipais) deverão ser complementados pela União, em função do regime de colaboração e da estratégia 20.10 do PNE recentemente aprovado, é bastante provável que antes do final da nossa primeira gestão no governo estadual já possamos praticar valores "aluno-ano" mais próximos com aqueles compatíveis com a escola que estudantes precisam, e têm direito.

3.4 Saúde

3.4.1. Concepções

O Programa de Governo para a área da saúde estará referenciado no cuidado com a saúde numa perspectiva socioambiental e ecossocialista, expressas nas seguintes diretrizes:

Defesa da Vida: reconhecimento e valorização de todas as formas de vida na natureza e de sua inter-relação com a vida humana; ênfase no respeito à dignidade humana, sem discriminação e preconceito, considerando as diferenças e as diversidades sexuais e raciais, desenvolvendo processos focados na (re) constituição de identidades culturais tradicionais e auto-cuidado individuais e coletivos;

Determinantes e produção social da Saúde: desenvolvimento de ações de governo transversais e intersetoriais, dialogando com os saberes e lutas populares matriciados pelas diversas secretarias, intervindo nos fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença para propiciar a inclusão social, a sustentabilidade e a promoção da saúde da população cearense.

Dialogo com os movimentos sociais e comunitários e atuação/trabalho comunitário no campo da saúde: Constituição de redes de apoio social para ações integradas com organizações não governamentais, movimentos sociais e universidades, que deverão viabilizar as seguintes propostas:

Estimular políticas de saúde estratégicas que contribuam para superar as desigualdades regionais e intra-regionais, na perspectiva de um desenvolvimento social comunitário integrado e includente, através das seguintes ações:

Articular a rede pública de saúde nos processos de desenvolvimento local, estimulando sua integração à vocação histórica, cultural e ambiental dos lugares;

Promoção de apoio logístico e técnico da Atenção Primária à Saúde e da Estratégia Saúde da Família que avance em uma perspectiva comunitária;

Criação de ações intersetoriais de Atenção Primária Ambiental: O conceito de atenção primária ambiental, através do uso dos princípios de atenção primária à saúde e do desenvolvimento sustentável, é uma ferramenta possível de co-construção de responsabilidades compartilhadas com a natureza e os moradores e moradoras da comunidade. Os principais objetivos da atenção primária ambiental consistem em desenvolver ações para melhorar a saúde da comunidade e do meio ambiente a partir da participação coletiva de todos os sujeitos envolvidos no processo, construindo um ambiente saudável em nível local.

Participação Popular: Desenvolvimento de estratégias de Educação Popular em Saúde orientada para a população e para as comunidades e fortalecimentos dos espaços de participação popular em saúde nos espaços institucionalizados e não institucionalizados.

3.4.2. Integração da Rede de Saúde no Estado do CE

Compreendendo, a partir de certos nortes que traçamos, o que de fato queremos para a saúde não só no nosso estado mas em todo o Brasil (e por que não no mundo?), podemos agora mostrar um panorama no qual seja possível ver o que temos no cenário atual; como isto está em completo antagonismo com nossas ideias; e o que podemos fazer para mudar.

O cenário de saúde do Estado do Ceará é caótico, assim como muitos outros cenários, porque parte de um princípio imediatista, no qual os projetos visam unicamente dar visibilidade ao governo, ou seja, a grande maioria das ações dos governantes tem por objetivo enaltecer sua própria gestão.

O exemplo maior que temos atualmente na saúde do Ceará são as UPAs, projeto encabeçado pelo Governo Federal através do qual os diversos entes federativos recebem verbas federais para construir estas unidades de Pronto-Atendimento. Para um governo imediatista como atualmente temos no Ceará é uma proposta ótima, pois representa a construção, a edificação de mais uma obra, ou seja, é uma forma excelente de fazer propaganda de como o governo está trabalhando.

Contudo diversas fontes da imprensa comum divulgam como o funcionamento destas Unidades é precário e como é ruim o processo de inauguração:

"Onze Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Ceará estão prontas, mas sem funcionamento. Com as unidades paradas, a população tem de recorrer a unidades de cidades vizinhas e enfrentam longas filas. Na UPA de São Gonçalo do Amarante, antes mesmo da inauguração o local já precisa de reparos." (Fonte: Portal G1 do Ceará em 21/10/2013)

"A UPA do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, foi projetada para atender uma média de 300 pacientes por dia com perfil de urgência. A unidade foi instalada em área estratégica, no complexo portuário. O local está parado há um ano e já tem materiais enferrujados e estrutura danificada." (Fonte: Portal G1 do Ceará em 21/10/2013)

"Também estão paradas as UPAS de Pentecoste, Aracoiaba, São Benedito, Canindé, Crateús, Iguatu, Juazeiro do Norte, Tauá, Quixadá e Horizonte. As unidades foram promessas de campanha do governador Cid Gomes, em 2010, e foram concluídas no prazo estabelecido, porém sem funcionamento." (Fonte: Portal G1 do Ceará em 21/10/2013)

Notícias como esta nos fazem refletir e perceber que **todo tipo de obra do atual governo visa unicamente os fins de eleição**, haja vista que atualmente a maioria destas unidades passou a funcionar, obviamente devido ao período de eleição pelo qual passaremos em outubro. Fica fácil entender então o conceito imediatista.

Este mesmo cenário por ser transposto ao que foi a construção dos Hospitais Regionais, tanto Norte quanto do Cariri. Obras faraônicas sem nenhum projeto completo que contemplasse seu funcionamento adequado tão logo fossem concluídas, acarretando prejuízos maiores aos cofres públicos e produzindo uma saúde sem qualidade à população assistida. Além do fato de permanecerem como verdadeiras "ilhas" dentro do contexto da regionalização da Saúde, inviabilizando o melhor e mais adequado uso dessas estruturas. No fim das contas apenas mais obras para que a atual gestão possa se mostrar nos meios de propaganda

Além disso, podemos também vislumbrar outro grande marco negativo à saúde do estado que impregna o atual governo: **a completa desvalorização dos trabalhadores de saúde**. Muitas das unidades sejam UPAs ou hospitais que o Governo atual construiu não tiveram seus serviços prontamente inaugurados por falta de pessoal contratado e até hoje isso persiste em muitos locais.

"Quem procurou a Unidade de Pronto Atendimento -UPA da cidade de Quixadá, no Sertão Central cearense, recebeu mais uma vez a triste informação de que estava sem médico. Essa é a segunda vez na semana." (Fonte: http://revistacentral.com.br/ em 12/06/2014)

Vários destes locais se utilizam de contratos temporários e/ou seleções com prazos anuais para fazer a contratação dos profissionais, o que torna o vínculo extremamente precário e induz uma completa falta de responsabilidade nestes profissionais que se sentem cada vez mais desestimulados com seu trabalho. Contudo ao invés de melhorias vemos na verdade uma transferência de responsabilidade sobre esses problemas para os profissionais de saúde que saem como culpados por tudo de ruim que aconteça aos pacientes.

Além disso, ainda devemos mencionar as precárias condições de trabalho pelas quais se submetem os profissionais. Para ilustrar isso podemos também usar o cenário da UPAs. A ideia original das UPAs é servir como uma espécie de ambulância fixa, sendo contudo capaz de resolver situações que não necessitem de internação ou que necessitem por curto período (até 48 horas). Todavia o que vemos, através de relatos de colegas que trabalham nestas unidades, é que cada dia mais temos estes espaços de leitos temporários, servindo para manter pacientes em situações graves por longos períodos devido a falta de vagas nos hospitais. Então são diversos os exemplos de pacientes vítimas de AVC (Acidente Vascular Cerebral – conhecido como derrame) e de Infarto Cardíaco que, por não conseguirem vaga nos hospitais de referência como HGF e Messejana, ficam "internados" nas UPAs, sendo este cenário mais comum no interior.

Isto reflete não só o mau funcionamento destas unidades (UPAs) como também um completo desajuste da Rede de Saúde do Estado que, via de regra, é incapaz de fazer uma boa regulação de leitos e serviços de urgência/emergência seja pela carência de estrutura física e tecnológica, seja pela humana (falta de pessoal qualificado).

Então através desta breve visão de cenário, vemos que há muito que ser feito, mas em especial **é preciso mudar o foco**. Deixar de agir para fazer propaganda e passar a **planejar estratégias que de fato possam culminar na melhoria da saúde da população cearense**. Para isso o **governo deve assumir seu papel fundamental enquanto articulador das ações de saúde do Estado através das Comissões Intergestoras Bipartites**. Estas comissões tem por objetivo articular as diversas gestões municipais a fim de distribuir e coordenar melhor as ações de saúde por todo o estado. Um bom exemplo disso são as ações em Saúde Mental através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Como nem todo município é capaz de gerir uma unidade como esta, torna-se necessário que o ente estadual articule uma quantidade de municípios suficiente para agregar os pacientes que necessitem de um CAPS e instalá-lo no melhor lugar possível, garantindo que o conjunto daqueles municípios façam a gestão de cuidados de saúde para todos os pacientes. A mesma ideia é válida quando falamos nos diversos tipos de cuidados à saúde: Atenção à gestante; Rede de Urgências e Emergências; rede de cuidados domiciliares e os diversos programas relacionados como Programas de Reabilitação Funcional e Motora.

Com isso temos o Estado como uma força motriz capaz de **fortalecer** aquilo que chamamos de **Redes de Saúde**. Dessa forma teremos maior qualidade na prestação dos serviços de saúde, dando uma assistência melhor a quem mais precisa.

Além disso, **o Estado deve assumir seu papel enquanto gestor da saúde** em todos os seus aspectos: administrativo, financeiro, fiscal, etc, abandonado de uma vez a ideia privatista de delegar estas e outras funções a Organizações Sociais e afins como é o caso do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH) que atualmente gerencia toda a rede de Atenção Primária da cidade de Fortaleza, – compreendida pela quase totalidade de seus profissionais como tendo sido transformada em uma rede de Urgência e sem nenhum vínculo mais com os conceitos de Atenção Primária do SUS – além dos hospitais Waldemar de Alcântara (Forteleza), Regionais do Cariri (Juazeiro do Norte) e do Norte (Sobral) e todas as UPAS de Fortaleza.

Conferir a gestão de todos estes aparelhos a uma única Organização Social, além de ferir em nosso ponto de vista os princípios do SUS no que tange seu âmbito público, é uma forma clara de destruir as prioridades do Sistema Único de Saúde, retirando o foco do cuidado à saúde das pessoas e passando-o para formas de se obter lucro com saúde. Apesar de serem consideradas sem fins lucrativos, são inúmeros os exemplos que temos de OS que desviam dinheiro público através de licitações fraudulentas e corruptas. No caso do ISGH, a sua própria história traz a tona como isso é plausível apesar de fatos concretos ainda não existirem. O trecho abaixo foi retirado do site do Jornal O Povo e também de notas publicada do Sindifort (Sindicato de Servidores do Município de Fortaleza).

"O Sindicato de Servidores do Município de Fortaleza (Sindifort) entra nesta sexta-feira, 2, com uma representação contra a Prefeitura de Fortaleza e as terceirizações no setor da Saúde. A ação, que será apresentada à Procuradoria Regional do Trabalho – 7ª

Região pede o fim da "terceirização ilegal de mão de obra correspondente à contratação de trabalhadores para atividade fim através de empresa intermediadora de mão de obra".

A entidade argumenta que a "Constituição prevê que o acesso a cargos ou função pública seja precedido por concurso público. Duas formas principais são usadas para burlar essa imposição constitucional: o abuso na contratação temporária direta pela administração pública e a contratação de mão de obra terceirizada através de empresa interposta. No caso do Município de Fortaleza, estes dois expedientes vem sendo recorrentemente usados gestão após gestão".

Atualmente, a contratação de terceirizados para os equipamentos de saúde de Fortaleza é feita por meio do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH). Ele substitui o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Apoio à Gestão em Saúde (IDGS) – organização social (OS) que, até o fim da gestão Luizianne Lins (PT), regia os contratos de 5,2 mil funcionários."

"Nem o IDGS, nem o ISGH foram escolhidos através de licitação. A lei prevê possibilidade de contratação direta de organizações sociais, desde que os serviços estejam inseridos no âmbito das atividades fins previstas no estatuto da entidade e constantes no contrato de gestão.

Embora o contrato ainda não tenha sido firmado, a ISGH já caiu em campo e começou a atuar em unidades de saúde na área da Regional VI."

"O ISGH foi criado em 2002 para cuidar da administração do hospital estadual Dr. Waldemar Alcântara – dirigido, à época, pela atual secretária de Saúde do Município, Socorro Martins. Ela aparece em documentos oficiais como diretora do ISGH e do Hospital até 2007. De acordo com a edição de 26 de dezembro de 2012 do Diário Oficial do Estado, Socorro também integrou o conselho de administração do Instituto até o ano passado.

Perguntada sobre o vínculo com a entidade agora contratada pela Prefeitura, Socorro disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que não possui mais ligação com o Instituto. A assessoria explicou que a secretária havia chefiado o Instituto apenas nos anos em que esteve à frente do Hospital Waldemar Alcântara. E que, depois da primeira experiência, o ISGH cresceu e passou a firmar contratos com outras unidades, independentemente de Socorro Martins."

Apesar dos textos trazerem informações mais focadas na gestão municipal de Fortaleza, as impressões que tiramos deles podem e devem ser refletidas para a gestão estadual. Então perceba claramente o dano que este tipo de Organização causa não só a saúde das pessoas diretamente, mas também ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

Fica muito transparente que **no âmbito dessas Organizações Sociais está presente uma nova forma de Nepotismo, possibilidades inúmeras para fraudes (já que nem**

a contratação pelo município/estado requer licitação) e extinção de diretos trabalhistas.

3.4.3. Uma Saúde de qualidade também dentro do Trabalho em Saúde.

De forma mais propositiva é importante ressaltar alguns campos de interesse não só do usuário, mas também do trabalhador em saúde que merecem e devem ser repensados quando falamos num processo de gestão no âmbito do Estado do Ceará.

Sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras

Desenvolvimento de uma política de emprego que contemple direitos sociais e trabalhistas, adotando a contratação por concurso público, para as atividades de prestação de serviços em saúde;

Apoio logístico para a consolidação dos Planos Estadual e Municipal de Cargos, Carreira e Salários no setor Saúde;

Desenvolvimento de normas e legislação para regular as relações e contratos de trabalho para os serviços de Atenção Primária a fim de subsidiar a Comissões Intergestoras;

NÃO À ADMINISTRAÇÃO PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO ISGH!!!

Constituição de espaços, mecanismos e instrumentos de gestão colegiada e participativa, para as políticas públicas de saúde, fortalecendo a participação dos trabalhadores na gestão do SUS;

Estímulo à melhoria dos espaços e condições de trabalho, assegurando ambientes seguros e saudáveis para o trabalho em saúde; e formas permanentes de apoio psico-social às equipes de saúde, em sua lida com o sofrimento humano.

VALORIZAR O TRABALHADOR É MELHORAR A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA!!!

Constituição de uma rede de educação permanente para os profissionais de saúde, integrando as instituições de ensino e pesquisa para desenvolvimento de projetos e programas de integração e ação conjunta entre instituições e serviços de saúde;

ESTIMULAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS TRABALHADORES!!!

Sobre investimentos em Ciência e Tecnologia

Articular as necessidades de conhecimento em saúde com as políticas das instituições financiadoras de C&T e com os centros de pesquisa, principalmente as Universidades, fortalecendo o vínculo destas instituições com a Rede para formação de profissionais com perfil mais adequado ao contexto de saúde do Estado;

Implantar o Sistema Estadual de Avaliação em Saúde, com ênfase nos processos de avaliação permanente de estruturas, processos e resultados em saúde;

Apoio ao desenvolvimento e integração dos Sistemas Municipais de Informação em Saúde e apoio à decisão gerencial, proporcionando apoio logístico para o desenvolvimento de políticas municipais de informação e comunicação em saúde.

Desenvolver espaços e fóruns permanentes de intercâmbio de experiências em sistemas e serviços de saúde;

Estimular a produção e a publicação de experiências e artigos científicos no campo da gestão e da atenção à saúde, como forma de disseminar tecnologias, saberes e práticas em saúdes produzidas em âmbito locais;

Desenvolver programa de divulgação e comunicação de informações sobre saúde, em mídias e meios de comunicação de âmbito local, municipal, micro e macrorregional;

Sobre a Assistência Farmacêutica

Investimentos na produção de insumos (medicamentos, tecnologia e meios de apoio diagnóstico) no âmbito do estado;

Organização e integração de redes de economia de escala para a aquisição de insumos por parte dos municípios;

Garantia de financiamento tripartite equivalente (Ministério da Saúde, Secretarias Estadual de Saúde e Municipais) para a aquisição de medicamentos para a Rede de Atenção Primária (previstos na Relação Estadual de Medicamentos e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite);

Ordenação de protocolos para a aquisição de medicação de alto custo e desenvolvimento de protocolos clínicos para a aquisição de insumos terapêuticos e diagnósticos;

Apoio à produção de insumos fitoterápicos; de forma articulada também à promoção de empreendimentos populares, com apoio das universidades;

Definição de critérios de eqüidade e eficiência para orientar os modos de incorporação tecnológica.

3.4.4. Participação Popular na Construção da Saúde

Com o movimento sanitarista da década de 80, externalizou-se a necessidade de um sistema de saúde que fosse democrático, universal, integral e equânime, culminando com a criação do SUS, onde sua própria legislação prevê a participação popular como um de seus princípios. Porém o que vemos na prática é que essa participação ocorre de forma muito discreta, servindo mais para validar decisões tomadas de forma unilateral pelo Governo do que para atuar ativamente nas construções das políticas implementadas.

Uma prova disso são as atitudes tomadas pelos Governos atuais, onde as práticas imediatistas sobrepujam ações pensadas a longo prazo, não se preocupando verdadeiramente com o acesso à saúde pelos que mais precisam. É assim quando se valoriza uma oferta de saúde curativa em detrimento de práticas preventivas, oferecendo serviços em formatos caros e ineficientes, que interessam mais aos donos do capital que aos usuários carentes de cuidados. É assim quando controi-se com o dinheiro público e entrega-se aos empresários, como tem feito os governos Cid e Roberto Cláudio ao colocarem a gerência dos nossos Hospitais Regionais, das UPAs e dos Postos de Saúde de Fortaleza nas mãos do ISGH, uma organização social teoricamente sem fins lucrativos, mas de interesses e práticas duvidosas, que serve como uma intermediadora entre Estado e Usuário, oferecendo um serviço de baixa qualidade, explorando trabalhadores e ganhando muito.

Por isso, não interessa a quem está atualmente no poder que o Povo possa promover o Controle Social, formulando e orientando as políticas públicas, pois vícios como esses poderiam não ocorrer, já que interessam apenas aos donos do capital. Mas nós do PSOL propomos uma gestão descentralizada, onde a Participação Popular seja estimulada e garantida, sendo o Povo o principal ator das decisões em saúde, criando estratégias, podendo controlar, fiscalizar e deliberar sobre as ações, onde seja combatido o atual modelo hegemônico, criador de doenças.

Acreditamos num sistema de saúde que seja diverso, baseado na co-gestão, na autogestão, na autonomia e na solidariedade, feito pelas próprias pessoas que usam o serviço, baseado nas necessidades locais dos cidadãos, que vivem em harmonia com o ambiente e o protegem e o conservam.

Defendemos o fortalecimento dos Conselhos de Saúde Municipais e Estadual, que sejam compostos na sua maioria por usuários, incluindo pessoas com patologias e deficiências, entidades indígenas, movimentos sociais e populares organizados(movimento negro, LGBT, mulheres...), trabalhadores, ambientalistas, comunidade científica, e outros, pois acreditamos que apenas um sistema democrático e participativo possa suprir as reais necessidades dos usuários que mais precisam, garantindo um SUS 100% público, universal e de qualidade.

3.5 Mobilidade

a. Apoio às lutas dos trabalhadores rodoviários (urbanos e intermunicipais) por salário e melhores condições de trabalho.
b. Transporte como direito e não mercadoria.
c. Fortalecimento do transporte público (ônibus, metrôs e trens) e não individual , para fortalecer a mobilidade urbana e humana.
d. Passe livre (metrôs), para juventude, desempregados – rumo à tarifa zero.
e. Publicidade nos contratos e concessões com as empresas do transporte público.
f. Fim das isenções fiscais.
g. Crítica ao modelo de mobilidade pensado para Copa.

3.6 Direitos Humanos, segurança humana e proteção social

Os Direitos Humanos disputam espaço no Brasil por meio de lutas históricas nos campos da política e da sociedade. É notável como a perspectiva da justiça social torna-se cada vez mais antagônica aos projetos hegemônicos de sociedade. Cada avanço deve ser comemorado e cada retrocesso deve ser repudiado nesse palco de disputas.

As lutas pelos Direitos Humanos no contexto estatal se deparam diretamente com a própria institucionalização de inúmeros violações de direitos. O próprio palco da política ainda é fortemente um espaço onde os posicionamentos retrógrados e conservadores insistem em constituir uma dominação sólida. Não há um compromisso público que garanta politicamente um trato adequado aos Direitos Humanos. A passagem de figuras como Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal é um dos retratos dessa conjuntura desfavorável.

É cada vez mais difícil combater as violações de direitos que se dão dentro e fora do Estado. A democracia atual, no bojo da clara cooptação de movimentos sociais e forças sindicais antes combativas, consolida uma espécie de amordaçamento de tradicionais lutadores pela defesa dos Direitos Humanos. Nesse sentido, faz-se necessário que as organizações que se mantem do lado esquerdo, do lado popular e do lado contra-hegemônico do mundo continuem formulando e tensionando o Estado, de modo organizado, para que os Direitos Humanos não sejam tratados como algo de segunda espécie, mas como prioridade para a própria consolidação da democracia em nosso país.

Hoje, o Brasil vive um momento de crise política que amplia esse universo das violações. No contexto das manifestações de junho de 2013 até os dias de hoje, por exemplo, tivemos um avanço considerável de perseguição aos direitos constitucionalmente garantidos como os de livre manifestação política e de opinião, além da coerção ao próprio direito de ir e vir de todo cidadão. De lá para cá foram inúmeras prisões ilegais e arbitrárias de manifestantes em todo o Brasil, além do uso desproporcional da força dispersiva por parte das polícias brasileiras utilizando indiscriminadamente das armas não-letais como as bombas de gás lacrimogêneo, os sprays de pimenta e as balas de borracha. O recrudescimento penal e o aumento da militarização das polícias, da política e da vida social também são notórios.

No Ceará, esse cenário também não é diferente. Episódios como os da desocupação do Parque do Cocó, da remoção das mais de quatrocentas famílias da comunidade do Alto da Paz, da violência contra os moradores do Cumbe e a repressão aos grevistas da construção civil nas proximidades do Shopping Rio Mar são exemplos claros do nível de embrutecimento do aparelho repressor estatal. A Polícia Militar do Estado do Ceará, segue o modelo das polícias brasileiras, se configurando como um aparato que revela todo o caráter classista e racista do modelo de segurança pública brasileiro. Faz-se necessário, nesse sentido, cada vez mais a luta pela Desmilitarização da Polícia e da Política, buscando um modelo de segurança pública que se volte para a

consolidação dos Direitos Humanos, para as práticas de alteridade e que viabilizem as possibilidades de mediação de conflitos comunitariamente.

Situar os Direitos Humanos numa frente em que aponte a coragem necessária para enfrentar os problemas estruturais de uma sociedade desigual é um desafio que se contrapõe à perspectiva do medo e do aumento do policiamento nas ruas das cidades cearenses. É preciso garantir que os Direitos Humanos se consolidem como políticas públicas prioritárias no Estado do Ceará. Só se combate, por exemplo, a violência cearense se outras questões aprofundadas com as desigualdades do Capitalismo forem discutidas com seriedade. Por isso que o PSOL não propõe para a segurança pública um programa que seja descolado das lutas em defesa dos direitos da infância e adolescência, das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das pessoas com deficiência, dos encarcerados, dos idosos, das populações manicomiais, da moradia, das populações de áreas de risco e dos moradores de rua, das questões da terra e da água, dos homossexuais e de tantas outras lutas que compõe o núcleo opressor do sistema do Capital.

Compreendemos que é obrigação lutarmos em diversas frentes, juntos da sociedade, dos movimentos sociais, das organizações sindicais, dos movimentos estudantis, dos movimentos populares e das diversas organizações lutadoras da área dos Direitos Humanos na tentativa de desenvolver ações como:

- Reconhecer e fortalecer o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, ampliando as políticas de educação nesse seguimento;
- Reconhecer e fortalecer o Comitê Cearense pela Desmilitarização da Polícia e da Política, criado no ano de 2013, dando voz aos seus debates e levando a pauta para o seio da sociedade civil;
- Assegurar a discussão sobre a legalização das drogas, questionando o proibicionismo e as atuações policiais nesse campo, que ceifam diversas vidas diariamente em todo o país e aqui em nosso estado também;
- Problematizar a questão da luta pela moradia na cidade, garantindo que o direito de morar seja fundamentalmente assistido e repudiando todas as tentativas de remoções forçadas e violentas por parte do Poder Público;
- Dar autonomia aos Órgãos Periciais;
- Instalar o Conselho de Segurança Pública do Estado do Ceará;
- Combater severamente a política de criminalização dos movimentos sociais e a violência policial com ações que não estimulem uma cultura da violência;
- Adotar medidas emergenciais para superar a crise no Sistema Penitenciário;

- Reformular os conteúdos programáticos das academias de polícias, tornando estas instituições mais humanizadas;
- Fortalecer a luta pela Reforma do Judiciário e o Combate à Impunidade;
- Fortalecer e rever o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas da Violência (PROVITA);
- Acabar com a tortura e maus tratos em delegacias e presídios;
- Fortalecer a Defensoria Pública;
- Melhorar a infra-estrutura e de pessoal das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, fornecendo-lhes a qualificação necessária a esse tipo de atendimento bem como criar outras Delegacias nos municípios com ou acima de 60.000 habitantes como preconiza a Lei Estadual;
- Garantir o debate sobre a legalização do aborto, numa perspectiva da luta pela saúde e pela autonomia da mulher e de seu corpo;
- Realizar ações afirmativas para combater a violência doméstica contra crianças, adolescentes

e mulheres;

- Fortalecer o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Priorizar políticas públicas em defesa da infância e da juventude;
- Combater a violência contra LGBTT;
- Criar uma Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com a inclusão de um Setor encarregado

dos Direitos Humanos dos/as homossexuais (Promoção da Livre Expressão Sexual);

- Implantar serviço Disque Cidadania Homossexual no estado do Ceará;
- Estabelecer Programa de formação em Direitos Humanos da Policia Militar do Ceará, em parceria com as organizações comunitárias do movimento homossexual, de sensibilização para

  um atendimento cidadão e não homofóbico;
- Estabelecer um programa de capacitação de todos/as os/as servidores/as públicos/as estaduais,

  em Direitos Humanos, em parceria com as organizações comunitárias do movimento

homossexual, para que prestem atendimento não discriminatório à população LGBT,

estimulando a convivência harmoniosa, inclusive com colegas homossexuais;

- Estabelecer Programa de capacitação dos/as funcionários/as do sistema de transportes

  intermunicipal (em parceria com as empresas de transportes), em Direitos Humanos, em

  parceria com as organizações comunitárias do movimento homossexual, para que prestem

  atendimento não discriminatório à população LGBT, estimulando a convivência harmoniosa,

  inclusive com colegas homossexuais;

- Estender os direitos previdenciários para os/as companheiros/as estáveis do mesmo sexo,

  dos/as servidores/as estaduais;

- Aprovar Lei estadual que estabelece punições a estabelecimentos comerciais que discriminarem em decorrência da orientação sexual;

- Excluir dos processos licitatórios empresas que tenham sido condenadas, em decorrência de

  discriminação por orientação sexual, de acordo com a Constituição Federal, que proíbe qualquer tipo de discriminação;

- Viabilizar com recursos do orçamento estadual políticas de promoção dos Direitos Humanos

  de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais;

- Inclusão na política estadual de habitação as composições diversas de família, reconhecendo

  as uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo, como as demais uniões civis;

- Combater o racismo e qualquer tipo de preconceito em nossa sociedade;

- Promover uma política de atendimento, defesa e promoção dos Direitos Humanos das pessoas com o vírus HIV/AIDS, idosos e pessoas com deficiência;

- Garantir a cidadania das pessoas com deficiência, assegurando-lhes a acessibilidade aos espaços públicos, removendo as barreiras arquitetônicas, implementando nos

órgãos públicos a Linguagem Brasileira de Sinais/LIBRAS e BRAILLE e sinais de trânsito;

- Criar um espaço institucional para elevar e disseminar os Direitos Humanos como uma política pública;
- Fortalecer os Conselhos de Direitos, tornando-os independentes e autônomos;
- Criar ouvidorias e corregedorias fortes, independentes e autônomas;

Acesso à Justiça e Segurança Pública

Considerando o período entre 2002 e 2012, o município de Fortaleza ocupa o terceiro lugar entre as capitais do País com maior taxa de homicídios juvenis (de 15 a 29 anos) e a segunda posição entre as capitais brasileiras na taxa geral de homicídios, ficando atrás apenas de Maceió.

Em todo o Estado, no ano de 2013, alcançamos a marca trágica de 50,83 vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (Homicídio Doloso, Latrocínio e Lesão corporal seguida de morte) para cada 100 mil habitantes, compreendendo o número bruto de 4.462 mortes em apenas um ano. Em 2014, até o mês de maio, já contamos com 1992 vítimas letais, considerando-se inclusive aquelas decorrentes de intervenção policial.

Ao analisar os crimes violentos contra o patrimônio (variados tipos de roubo, excetuando-se o latrocínio), verifica-se no Ceara o contingente de 7.693 casos apenas nos três primeiros meses do ano em curso. Em 2013, o mesmo tipo de infração alcançou a assustadora taxa de 585,68 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, resultando no total de 51.414 ocorrências oficiais.

Por outro lado, a cada gestão, politicas reconhecidamente fracassadas ou insuficientes são retomadas com um volume crescente de investimento, criando notícias – não mais que isso - “de impacto”, mas sem efeito social relevante ou, o que é pior, gerando consequências negativas no ciclo de violências. A solução encontrada pelos governos para dar conta da (in)segurança pública, para superação ou diminuição da violência causada, justamente, por menos investimento na área social, tem se restringido a reformas superficiais (troca de secretários sem alteração no modelo de atuação) ou mais Estado repressor e punitivo (área policial e prisional): ocupação militar de áreas populares, propostas de redução da maioridade penal, restrições às liberdades, práticas higienistas e de “limpeza social”, aumento da segregação espacial e apelos de punições

cada vez mais severas (prisão perpetua, pena de morte, castração química), entre tantas outras medidas fragmentadas, escapistas e de pouco efeito sobre os reais motores da conflitualidade social (quando não possuem "efeitos colaterais" negativos), mas com forte apelo eleitoral.

A proposta abaixo, ainda que inicial e parte de um processo mais amplo de elaboração colaborativa e horizontal, leva em consideração a premissa de que um programa socialista e democrático não pode se esquivar de elaborar criticamente a temática da segurança pública, por muito tempo relegada, tanto teórica como empiricamente, ao conservadorismo. No entanto, sob pena de incorrer em erros históricos praticados por uma "esquerda punitiva", deve centrar esforços em fazê-lo pela defesa da vida e à luz dos *direitos humanos*, consagrados não apenas nos parâmetros nacionais e internacionais, mas sobretudo acumulados pelos lutadores e lutadoras que resistem contra a violência institucional ao longo dos tempos, particularmente em nosso país. Na prática, isso significa que segurança pública exige investimentos preventivos em educação, saúde, assistência social, oportunidade de trabalho e renda, cultura e formação e valorização dos servidores públicos, inclusive da categoria policial.

Esta tarefa nos impõe, por um lado, a crítica radical ao crescente fenômeno da criminalização da pobreza, em especial da juventude, e, por outro, a superação do medo e da insegurança generalizada que se relaciona, complexamente, com fenômenos de tipo defensivo ou meramente punitivos, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil.

Nesta perspectiva, a crítica ao tradicional sistema penal e repressivo, com foco nas suas instituições e nas práticas de seus agentes, é estratégica e necessária para a compreensão e o enfrentamento das mazelas sociais dos tempos em que vivemos, em especial no que diz respeito à estigmatização da condição de destituição econômica, ou seja, à condenação preconceituosa e antecipada com base em características físicas, sociais, econômicas e/ou geográficas que supostamente revelariam a periculosidade de determinados segmentos.

O sistema criminal – que, como aduz Zaffaroni (2001), não se restringe ao controle social institucionalizado, mostrando-se diverso de sua idealização normativa – possui relação direta com a política e o modo de produção econômico em vigor. Vale recordar a célebre frase de Walter Benjamin: "para os oprimidos o estado de exceção é a regra". Tal estado de exceção baseia-se na suspensão da ordem jurídica, sobretudo dos direitos fundamentais, das classes subalternizadas. Dissemina-se na dinâmica desse sistema, em especial através do grande encarceramento e da atuação repressiva e

extremamente letal do aparato policial, atingindo seletivamente a população em situação de rua, moradores de favelas e bairros populares, ocupações urbanas, movimentos sociais do campo e da cidade e minorias sociais e étnicas.

No mundo contemporâneo se assiste a um processo de tratamento penal da miséria, no qual os oprimidos por vezes não necessitam praticar crimes para serem alvos do poder punitivo; sua mera existência autoriza a imposição da violência estatal, uma vez que preenchem o perfil do "inimigo público" a ser combatido. No caso brasileiro, em especial, encarnado na figura do traficante de drogas. Basta, portanto, ser jovem, negro e morador de periferia para ser, em virtude dos estereótipos construídos sobre tal grupo, vítima da seletividade penal.

É tarefa urgente, também, enfrentar a criminalização dos movimentos sociais no campo e na cidade. Ao lado da policização e judicialização do cotidiano, se disseminou no Estado a criminalização das resistências, o silenciamento dos insurgentes e as estratégias preventivas e repressivas para coibir mobilizações e protestos populares, a exemplo de passeatas e manifestações de grevistas. Qualquer obstáculo às aspirações do grande capital é duramente rechaçado, seja contra aqueles que sobraram ou vivem às margens da sociedade de consumo, seja contra aqueles que dedicam suas vidas à transformação da sociedade.

Segurança Pública e acesso à Justiça são, portanto, questões essenciais para a construção de uma sociedade promotora de dignidade. A violência, além de consistir em um dos desdobramentos da questão social, é também elemento que alimenta a sua reprodução. Caracterizadora da distribuição da segurança em nosso país, a desigualdade ilustra os padrões de vitimização, segregação espacial, social, política e cultural, os processos de estigmatização individuais e comunitários, a seletividade na incidência das políticas de proteção e das políticas sociais mais gerais.

As consequências danosas das desigualdades demandam a necessidade de reformulação do próprio conceito de segurança - e, por conseguinte, da aplicação invariável da mesma formula de "combate à violência" e "guerra às drogas" - dissociando-o da ideia de repressão e de modelo meramente reativo para tomá-lo como direito a ser reivindicado por toda população e garantido pelo Estado. Direito que historicamente tem sido distribuído de forma desigual, agravado pela transferência cada vez maior dessa responsabilidade para o setor privado.

A segurança privada avançou a passos largos desde os anos de 1970 e, muitas vezes, é exercida ilegalmente por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e guardas

municipais, muitas vezes agenciados por seus superiores hierárquicos no serviço público. Faltam mecanismos que garantam a responsabilização e prestação de contas dos agentes e empresas da segurança privada. Consequentemente, alguns setores são mais penalizados, ou duplamente penalizados, como é o caso da juventude, em especial a parcela negra e pobre, visivelmente exterminada pela violência policial e pela ausência de políticas públicas universalizantes.

Tal aquecimento do mercado da segurança e a respectiva disseminação e sofisticação de estratégias e dispositivos de autoproteção dos mais privilegiados, constituem mais um sintoma de distanciamento de classes e reestruturação do espaço e da vida urbana que promovem uma guetização indesejada, pois a própria espacialidade citadina também educa: a vigilância permanente atualiza a estigmatização do Outro como ameaçador e educa não para o diálogo, a liberdade e o respeito às diferenças, mas sim para o ódio de classe (amalgamado com o ódio racial), para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse.

Outro ponto a ser superado diz respeito à violência policial e ao incentivo que tal pratica encontra dentro da própria corporação e da política de segurança vigente. Como se não bastasse a tradição violenta e seletiva da polícia militar após duas décadas de regime autoritário, contando com repressão ilegal e clandestina, permanece nos tempos atuais o incentivo ao abuso e crueldade no campo do policiamento ostensivo, muitas vezes disfarçados de "gratificações" aos trabalhadores da área. Experiências anteriores em outros Estados apontam, no entanto, que determinados tipos de gratificação por "mérito" estimularam ainda mais a violência institucional e aumentaram, por outro lado, o número de agentes de segurança mortos ou feridos.

Claro está que existem muitos profissionais que cumprem suas atividades com honestidade e dignidade mas, no seu conjunto, as instituições policiais "continuam a funcionar como se estivéssemos em uma ditadura ou como se vivêssemos sob um regime de *apartheid* social. Constrói-se uma espécie de 'cinturão sanitário' em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o negligenciamento para com a polícia, no momento da repactuação democrática, em certa medida, acabou contribuindo para a perpetuação do modelo de dominação social defendido pelos setores mais conservadores. Ou seja, *essa negligência apresenta-se muito mais como estratégia do que uma indiferença política propriamente dita*" (Soares, 2003).

A afirmativa acima, vinda de um ex-secretário de segurança e pesquisador do campo, nos revela o tamanho da tarefa a ser enfrentada no remodelamento do aparato de segurança, em nível federal e estadual, para a superação do que se banalizou como habito na corporação policial: violência arbitraria, extorsão e humilhação, além de chacinas, formação de grupos de extermínio e de milícias, alterações constantes na cena dos crimes policiais, espancamentos, torturas, excursões punitivas em bairros populares, mortes deliberadas disfarçadas de "autos de resistência" e abusos sexuais.

O uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos ou mesmo abertamente criminosos – como a tortura e a execução – além de intoleráveis no Estado Democrático de Direito, em nada contribuem para reduzir os índices de conflitualidade. Antes, destroem a confiança nos agentes que deveriam zelar pela garantia de direitos, além de atingir os setores mais vulnerabilizados, a exemplo de negros e homossexuais. De acordo com especialistas, as melhores policias do mundo são aquelas que criaram uma cultura interna de respeito às diferenças e de cordialidade no trato com os cidadãos, ainda que estes estejam em conflito com a lei.

Tal logica, herdada de um militarismo que contradiz a própria ideia de segurança, faz com que os policiais percebam a si como "combatentes" e aos transgressores (da lei ou da "ordem") como "inimigos", estimulando uma percepção dos valores legais e garantistas como obstáculos à sua eficiência, e não como objetivos aos quais deveriam se vincular. Os "inimigos", fabricados segundo as conveniências do poder, modificam no decorrer da história ("vadios", "subversivos", "favelados"), introduzindo a dinâmica da guerra no Estado (Zaffaroni, 2007). Avessa e, em realidade, pouco acostumada ao controle externo, a corporação policial permanece, destarte, quase sem sofrer responsabilização aos constantes abusos cometidos.

Segurança pública é, essencialmente, uma concepção política. A violência e a letalidade policial consistem, portanto, numa escolha deliberada da lógica de segurança historicamente adotada. Enfrentar tais matrizes no sentido da desmilitarização da polícia e da política de segurança consiste, assim, em um dos focos centrais do nosso plano de governança. O aparato policial deve coibir e investigar a violência, jamais reproduzi-la. Isso pressupõe um modelo oposto à lógica de militarização da vida urbana, pois a transformação da urbe em um espaço sociopolítico, econômico e cultural seguro e prazeroso consiste em um desafio civil. Assim, referimo-nos ao direito à segurança

como “segurança dos direitos”, uma vez que o investimento exclusivo no policiamento ostensivo é incapaz de lidar com matrizes da conflitualidade social.

Ainda que não haja consenso significativo a respeito das estratégias que possam oferecer um novo paradigma para a ação policial propriamente dita, incluindo os programas de “policiamento comunitário”, existem alternativas das quais se pode extrair recomendações extremamente validas para a elaboração de um plano de segurança que vise, sobretudo, a garantia dos direitos humanos.

Diante de tais considerações, propomos:

- Elaboração de diagnósticos sensíveis às realidades locais (e, em grandes cidades, realizados por bairros) e constantemente atualizados, visando a ação preventiva. Dados como perfil das vítimas, *modus operandi* das infrações, local, data e hora são essências para superar as improvisações, a violência institucional e aumentar a produtividade da política de segurança. Tal diagnostico deve ser feito considerando-se pesquisas de vitimização e um sistema de georreferenciamento, informações estas extremamente relevantes para alocação e aplicação adequada de investimentos (policiamento, iluminação, articulação com demais políticas, etc.). Quanto mais a política criminal atuar com informações precisas sobre o histórico e a realidade, mais chances terá de prevenir os delitos e os crimes, deixando de atuar como uma espécie de “modelo hospitalar” para diminuir e evitar as ocorrências. Assim, faz-se necessário investigar como, concretamente, a violência e a insegurança se manifestam em cada espaço e em cada momento;

- Em sequência ao mapeamento de territórios de conflitos e violência, dirigir equipamentos e serviços como praças, iluminação pública e vias de lazer que promovam encontros e bem viver;

- Realização de policiamento comunitário. Um policiamento comunitário não pode ser confundido com políticas de tolerância zero ou de criminalização; práticas estas que tem recebido inúmeras e fundamentadas críticas de especialistas, não tendo demonstrado resultados sólidos na diminuição dos crimes e desfazendo qualquer laço de confiança entre as forças de segurança e as comunidades, além de estimular condutas

contraditórias e violentas. O policiamento comunitário consiste em uma estratégia organizacional que parte de uma premissa de cooperação (e não de vigilância), através de ação proativa, integrado às demais políticas públicas, estimulando a participação dos e das moradores e moradoras na prevenção da violência e na mediação de conflitos, além da integração com os demais equipamentos existentes através de ações educativas;

- Criar Agências Comunitárias de Resolução de Conflitos, contando com agentes mediadores;
- Considerando que a maior taxa de vitimização encontra-se entre os jovens, a política de segurança deve atuar de forma integrada com as medidas de incentivo ao esporte, à cultura e ao lazer, reforçando os laços comunitários e o direito à convivência familiar e comunitária;

- Garantir as ações previstas no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes;

- Humanização das delegacias e integração por sistema informatizado; reduzindo o tempo de espera para a realização dos Boletins de Ocorrência que, em algumas delegacias chega a superar 3 horas;

- Delegacias da mulher onde ainda não existem, com um corpo técnico qualificado para tratar com a problemática especifica;

- Atingir as recomendações do SINASE para a realização de Medidas Socioeducativas em regime fechado aos adolescentes em conflito com a lei, implementando equipes profissionais em numero suficiente para efetividade e qualidade da responsabilização e do acompanhamento de egressos do sistema;

- O investimento da qualificação e reforma das polícias é fundamental, valorizando-as, revigorando suas lideranças saudáveis, estimulando seu comprometimento com o trabalho preventivo, com os direitos humanos, apoiando sua presença interativa e dialógica nas comunidades;

- Realizar uma Formação policial que estimule uma doutrina democrática e humanizada de policiamento visando a progressiva desmilitarização; integrando, inclusive, o saber acadêmico e os resultados das pesquisas na área de segurança com as exigências e os desafios enfrentados na prática;

- Criação de programas de atendimento psicossocial para o policial e sua família;

- Priorização de políticas educativas e de redução de danos com relação ao uso de drogas, sejam elas licitas ou ilícitas;
- Garantir a participação da sociedade na elaboração e fiscalização das políticas de segurança pública é fundamental, tendo o poder público papel insubstituível na implantação de conselhos locais nos bairros, especialmente naqueles com maiores índices de criminalidade violenta (com membros da comunidade, entidades e ONGs, bem como representantes de órgãos estatais), a fim de elaborar políticas específicas de segurança, que atendam à complexidade dos problemas e às peculiaridades de cada localidade;

- Promoção de programas de proteção, estabelecendo ações de prevenção à violência e valorização dos denominados grupos mais vulneráveis às opressões (mulheres, negros, LGBTs, idosos, crianças e adolescentes, etc);

- Privilegiar ações preventivas de Policiamento Ambiental, com formação especializada para a função, tendo em vista a necessidade de maior preservação das áreas verdes;

- Garantir um Sistema judicial com pessoal qualificado para lidar com diferentes segmentos sociais;

- Equipamentos que ofereçam tratamento humanizado àquelas pessoas que chegam ao sistema prisional;

- Defensorias em todos os Municípios;

- Criação de Corregedorias Populares;

- Garantir a atuação do CONSESP (Conselho Estadual de Segurança Pública) onde instituições e órgãos dos governos estadual e municipais, o Ministério Público,

Defensoria e sociedade civil possuem a função de elaborar e fiscalizar a política de segurança, como também de identificar problemas e propor soluções;

- Criar a Ouvidoria dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, com autonomia e mandato referendado pelo CONSESP. A Ouvidoria será um instrumento de fiscalização e crítica ao serviço público, no âmbito da segurança, coordenando uma rede de ouvidorias criadas em todos os órgãos de segurança que atendem ao público, por força da aprovação da Lei Estadual. A Ouvidoria será dotada de uma estrutura com autonomia e independência funcional, instituídas por lei, com prerrogativa de requisitar informações aos órgãos do Estado para instruir procedimentos de apuração de desvio de conduta;

- Fortalecer a Corregedoria Geral, com ampliação de contingente, interiorização e equipes operacionais com ênfase no reforço às ações de inteligência, prevenindo os desvios de conduta e promovendo a sua rápida responsabilização;

- Fortalecer e dar autonomia aos Institutos médico legais e de criminalística com a contratação de profissionais e dotada dos equipamentos necessários ao seu desempenho, ampliando ainda o investimento na modernização dos IPTs , para evitar que o Estado seja dependente de outras unidades da federação na elaboração de perícias e laudos técnicos;

- Contribuir para que a estrutura do Judiciário cearense se modernize, se dimensione e se desdobre no sentido de melhor cumprir o seu papel; e ampliar o quadro de defensores públicos.

3.7 Opressões/Exploração: Raça, gênero, orientação sexual e geração

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres"
Rosa Luxemburgo

O mundo e os sujeitos são diversos. As injustiças sociais, baseadas em diferenças, contudo, são criadas para atender aos interesses de uma classe dominante que estrutura seu modo de vida e produção, baseado na exploração do outro, do dominado (a), do subjugado(a).

As diversas formas de opressão – raça, gênero, orientação sexual e geração – não nasceram com o capitalismo, contudo lhe são absolutamente funcionais para geração de mais-valia, submetendo mulheres, negras e negros, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros e travestis e as juventudes a trabalhos socialmente desvalorizados. Por vezes, trabalhos não remunerados, como o trabalho doméstico historicamente desvalorizado, além da exploração de crianças que ainda continua nos dias de hoje com o trabalho infantil e na descartabilidade da população idosa que já teve sua força de trabalho explorada à exaustão e depois passa a não ser mais vista como sujeito de direitos, mas um estorvo social, uma despesa nas contas públicas.

Essas opressões têm um profundo corte de classe na sociedade do capital, pois não são quaisquer negros/as, mulheres, lgbts, jovens, crianças ou idosos/as que são explorados/as ou descartados/as no mundo capitalista. A exploração e suas conseqüências recaem sobre as trabalhadoras e trabalhadores e sua prole – esse termo não poderia ser melhor utilizado: prole – proletário. É a classe trabalhadora a que acumula o peso de todas estas opressões.

A classe dirigente que ocupa os espaços de poder na política, na economia, na cultura é majoritariamente branca, heterossexual, masculina e adulta. Esta é a cor da burguesia que dirige a economia – bancos, indústrias, agronegócio, a política – nos governos e parlamentos, a cultura e a informação – indústria de cinema, entretenimento, tvs, rádio, jornais.

É necessário, portanto, compreender: i) que as formas de exploração estão conectadas com as diversas formas de opressão e são, portanto, estruturantes, deste modelo societal; ii) que não haverá sociedade justa, sem o fim toda forma de exploração e opressão.

Nosso programa de governo parte desta compreensão estratégica para afirmar que a luta contra o machismo, sexismo, homo-lesbo-transfobia, racismo e toda forma de opressão não encontrarão solução por dentro de um sistema baseado em relações mercantis e desiguais.

Queremos, com isso, mais do que listar uma série de proposições, apresentar nossa compreensão de mundo e convocar o conjunto dos sujeitos sociais a se colocarem em marcha por uma sociedade de mulheres e homens livres. Este é o nosso convite. Este é a nossa convocatória.

3.7.1 Raça

"Tire seu racismo do caminho,
que eu quero passar com minha cor"

Nosso programa de governo parte da compreensão do povo negro como sujeito de sua própria história, ainda que expropriado de direitos e lesado por um conjunto de elementos que o distingue de forma ameaçadora do conjunto da pluralidade racial do Estado brasileiro.

Ressaltamos que durante séculos o povo negro teve suas lutas inconclusas pelo contexto de cada época. Como exemplo, podemos citar a dita "abolição" da escravatura, sabendo-se que não há abolição no sistema capitalista de vida, onde negras e negros continuam servindo de mercadoria para o capital nacional e estrangeiro. Averiguamos toda sorte de aflições na sociedade brasileira que a cada dia amarga uma fossilização entre as desigualdades em todos os sentidos. A população negra é incluída num sistema de produção e de vida na qual as opressões e as desigualdades a reduz de forma concreta e absoluta.

O povo negro é toda vida delimitado o seu lugar de servo do sistema capitalista, sistema esse forjado sobre a estrutura óssea do racismo. Protagonizamos lutas invisibilizadas pelos diversos setores, sejam eles de direita ou de esquerda, porém, essas lutas são emergentes na constituição de um povo, de uma nação. Assim, conclamamos a necessidade de um plano que abarque as especificidades de todos os povos que compõem a dita Nação Brasileira, além de procurar conhecer e contribuir com o "Projeto de Nação do Povo Negro para o Brasil".

Salientamos também que há em pauta no Brasil as Ações Afirmativas que são políticas de caráter reivindicatório e de força paliativa e individual, mas o povo negro e indígena têm proposto um avanço nas discussões e pautado, ainda que de forma tímida, a Reparação Histórica e de Crime Continuado, política proposta na III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. Nessa ocasião o Brasil, por meio de sua autoridade maior, se confessou racista pela primeira vez em sua história, sem máscara ou melindre.

Dessa forma e no contexto em que vemos o racismo antes camuflado, agora exposto amplamente pelas redes sociais, nós propomos em linhas gerais eixos que devem ser abordados em nossas campanhas. Dessa forma o racismo é um foco de

opressão e de desigualdade que jamais se findará nesse sistema produção denominado Capitalismo, sequência do sistema escravagista.

De acordo com os diversos índices de pesquisa, podemos averiguar a incidência da miséria e da falta de oportunidades que se aflige sobre o povo negro e indígena em toda a parte do globo e principalmente no Brasil. O CENSO de 2010, revelou a tragédia do Povo Negro ao detectar que na condição de extrema pobreza (ou seja uma Renda per capta de R$ 70,00 ou menos), os/as pretos/as, pardos/as e indígenas representavam 74% deste contingente, sendo do total dos pobres, 48% eram homens, 52%, mulheres. Entre 2002 e 2012, a participação da população branca entre os pobres caiu 19,6% enquanto que a participação da população negra subiu 8,2%. Quando fazemos o corte por gênero e raça/cor, observamos que a maior redução se deu no caso dos homens brancos, cuja participação caiu 22,4%, seguido das mulheres brancas cuja participação entre os pobres caiu 17%. Já para o caso da população negra, o maior aumento incidiu sobre a mulher negra, cuja participação entre os pobres cresceu 10,6%, enquanto que no caso dos homens negros esse percentual subiu 5,9%. Ainda que a formação de uma nação branca e, de certa forma, com uma participação minoritária dos demais povos que compõe a forjada nação brasileira, não se ostenta sobre os pilares sobre os quais fora fundada.

Reparação Histórica e de Crime Continuado é a propositura que os povos indígenas e negros se constituem em elaborar, enquanto, tais projetos se constituem nos cabe fortalecer e fazer-se prevalecer as lutas desses povos de forma a concretizar as Ações Afirmativas, inclusive com a efetiva aplicação da Lei 10.639/03, que altera a LDB 9.394/96 criando o artigo 26-A, de maneira transversal na educação dando visibilidades ao protagonismo negro no Brasil, no Ceará, em África(s) e no mundo.

Eliminação do processo de Extermínio da Juventude Negra, de modo a formatar uma outra cultura de segurança pública na qual haja uma mudança no foco da mesma. Em que segurança pública não tenha sua expressão na repressão e sim no que causa a criminalidade, que são as desigualdades existentes no seio da sociedade brasileira e cearense.

Incentivo à cultura Negra de forma a alinhar o discurso de combate ao racismo e combater as ideias racistas e fundamentalistas vigentes em nossa sociedade de forma prática, objetiva e subjetiva. A riqueza cultural existente em cortejos de maracatus, afoxés, escolas de samba, tambores de crioulas, grupos de capoeira e maculelê, etc., pode nos auxiliar na exaltação da autoestima e autoafirmação do povo negro cearense, denotando uma história oculta e numa educação além dos muros escolares, ainda que nem só, mas também na modificação desses muros.

O combate à intolerância religiosa é um pressuposto nas questões de igualdade étnicorracial, se um povo não pode professar sua crença, esse povo não pode ter efetiva autonomia, nem bem-viver. O colonizador impôs sobre o povo o seu modo de pensar, crer e agir, o povo negro clama pela sua consciência que perpassa pela forma de adoração e/ou ligação com suas entidades. Lutamos pela efetivação de um Estado verdadeiramente laico.

Urge a necessidade de uma diferenciação e atenção nos serviços públicos das especificidades da população negra principalmente no que diz respeito à saúde, sabendo da maior vulnerabilidade de tal povo a determinadas enfermidades como anemia falciforme, uma degeneração genética dos glóbulos e as cardiopatias, por isso propomos a formulação de uma política estadual de saúde da população negra.

Titulação de terras quilombolas é uma forma imediata e possível de reforma agrária permitida pela Constituição Brasileira devendo, em nível estadual, todo esforço na concretização de tal objetivo a povos de comunidades tradicionais, assim como às comunidades auto-declaradas quilombolas. Devendo fazer, também, todo esforço para efetivação de políticas públicas alinhadas a cada comunidade de acordo com suas demandas e suas especificidades.

Não são poucos os dados que poderíamos citar com o intuito de evidenciar que a população negra do Brasil sofre de maneira desproporcionalmente a maioria dos problemas sociais do país, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Esta situação gera um verdadeiro apartheid residencial, determinando a segregação dos/as negros/as no que toca à moradia e ao uso do solo e do ambiente construído. Estas questões, que refletem claramente um cenário de desigualdade racial, relacionam-se diretamente com a problemática da justiça ambiental e servem para a caracterização de casos de racismo ambiental, pois determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e negras, que ficam submetidos/as a uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos. Propomos a efetivação de uma Agenda Política que enfrente o Racismo Ambiental, a implantação de Programa Estadual de Habitação para a população negra e um Plano Estadual de Combate ao Racismo Institucional.

No Nordeste, a questão étnico-racial no campo do desenvolvimento econômico é marcada pela profunda desigualdade de acesso aos bens e serviços à população negra (incluindo pretos e pardos), embora esta seja a maioria da população.

Segundo dados do IBGE/PNAD, a população negra e indígena residente em Fortaleza e Região Metropolitana é de 67%, e o restante, 33% é (ou se define como) branco. Embora o desempenho recente da economia cearense venha sendo expressivo, o mesmo não acontece em se tratando de desconcentração de renda, principalmente vista em termos do recorte racial. Segundo dados do IPEA no Ceará, em 2006, os homens negros ganhavam um salário/hora médio que representava em 65% menos daquele auferido por homens brancos.

A situação fica ainda pior quando se trata da mulher negra, cuja remuneração cai para 38% do salário/hora do homem branco. Nesse sentido, propomos a ampliação das experiências de Economia do Negro e seus empreendimentos associados, especificamente os que são voltados à autogestão e em processos de organização da produção e da comercialização, além da integração das políticas de economia solidária, promoção da igualdade racial e democracia econômica, focada no etnodesenvolvimento, significando que uma etnia afrobrasileira, autóctone, tribal ou outra, manterá o controle

sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

3.7.2 Diversidade Sexual

"Qualquer maneira de amor vale a pena
Qualquer maneira de amor valerá"

Desde junho de 2013, fortes mobilizações abriram uma nova etapa no nosso país, com inúmeros jovens e trabalhadores experimentando pela primeira vez os protestos de rua. Essas mobilizações contaram com a importante participação de LGBTs que, além de ter lutado pelas pautas gerais das manifestações, travaram a luta pelo "Fora Feliciano" e o "Abaixo a Cura Gay".

Já desde antes, o tema da homossexualidade estava na mídia, sendo apresentado com mais frequência, por exemplo, em novelas e grandes lançamentos do cinema. Por um lado, houve esse relativo aumento na visibilidade das questões LGBT (muitas vezes baseada em estereótipos). Por outro lado, ainda segue em nosso Estado e País uma dura realidade para aquelas e aqueles que não seguem os padrões heteronormativos ou de identidade de gênero.

A homofobia é vista como natural por uma considerável parcela da sociedade, e se manifesta cotidianamente das formas mais "sutis", como por piadas e brincadeiras, passando pela falta de políticas públicas que promovam adequada assistência e respeito às pessoas LGBT e suas especificidades. Por exemplo, falta debate sobre o tema e preparo suficiente por parte dos profissionais de educação nas escolas e a muitos LGBTs sobra o caminho do abandono dos estudos. Já nas unidades de saúde, de um modo geral, também não se é dado o tratamento necessário a essa questão.

Mesmo que se tenha conquistado o direito ao casamento civil (ainda que garantido apenas juridicamente, e não por mudança legislativa), muitos outros direitos continuam sendo negados aos LGBTs, como o direito à vida... A homofobia em nosso país chega a se materializar das formas mais bárbaras, como por agressões físicas, pelos "estupros corretivos" ou mesmo por assassinatos. Nosso país é campeão mundial no número de assassinatos: a cada 28h um LGBT é morto. Tudo é vivido de forma mais aguda por pessoas LGBT pobres e que compõem a classe trabalhadora através dos piores postos de trabalho.

No Ceará, segundo dados do Relatório Sobre Violência Homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (2012), foram notificadas 143 denúncias de violações de direito praticadas contra a população LGBT; variando do assédio financeiro à violência sexual. De acordo com a mesma pesquisa, houve um

aumento de 126% das denúncias em relação ao ano anterior (2011). Em nossa capital, o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra registrou, no período de janeiro de 2011 a junho de 2012, 662 atendimentos, beneficiando diretamente 279 pessoas vítimas da violência. A maioria, relativa a casos de discriminação, violência e homicídios. **Para nós, que compomos a Frente de Esquerda, diante desse quadro, uma coisa é clara: ainda há muito que se avançar e muito pelo que lutar!**

Nas últimas duas décadas, houve uma aproximação do movimento pela Diversidade sexual com as esferas do Estado através da institucionalização de grupos que passaram a atuar como ONGs e, por conseguinte, atuar na proposição de políticas públicas para LGBTs por meio de financiamento estatal. Tanto no cenário nacional, quanto na realidade local, algumas conquistas foram alcançadas (tais como a criação de leis que punem estabelecimentos que descriminem em razão da orientação sexual, a instituição dos dias da Consciência e do Orgulho LGBT etc.).

Alguns governos chegaram a ensaiar o atendimento parcial de demandas dos movimentos de lésbicas, gays, pessoas trans, travestis e bissexuais. A partir daí foram criadas secretarias de governos e articulados espaços de discussão e proposição de políticas públicas para LGBTs. Programas, Planos e Projetos foram elaborados, frutos do acúmulo de debates em Conselhos e Conferências temáticas. Nos últimos anos, porém, o que podemos constatar é que vivemos num período de profundo recesso das políticas em torno da pauta da Diversidade sexual, em virtude dos acordos em torno da governabilidade e pela ascensão e fortalecimento que os setores conservadores e fundamentalistas tiveram neste processo. Avaliamos que, apesar do conjunto de proposições elencados pelo movimento, há pouca efetivação das demandas através de politicas governamentais. Especificamente no Ceará, as políticas têm sido quase inexistentes. Em Fortaleza, sofreram um retrocesso descomunal no atual governo municipal. O Conselho Municipal LGBT da capital ainda não foi implementado e parte significativa das ações realizadas na gestão anterior foram descontinuadas.

Mesmo considerando todo esse quadro, o **posicionamento da Frente de Esquerda,** com relação à opressão diária e estrutural vivida pelas pessoas LGBT, vai além da busca por políticas públicas. Tal busca, apesar de importantíssima, é insuficiente para a total libertação dessas pessoas da opressão por elas sofridas. A emancipação começa através da percepção dos fatores que fazem com que essa opressão exista. Nosso posicionamento é contra a reprodução da ideia e da prática de que o único modelo possível de família é aquela formada por homem, mulher (ou seja, de forma heteronormativa) e filhos. Esta ideia é bastante útil ao capitalismo, pois visa garantir a perpetuação de ciclos geracionais de pessoas cujas vidas são voltadas predominantemente ao trabalho e ao consumo. Como a simples existência de pessoas LGBTs já figura como possibilidade de outras formas de organização de famílias, é de interesse do capital oprimir tais pessoas em algumas de suas características identitárias como sexo, gênero e orientação sexual.

A busca da Frente de Esquerda é, portanto, por melhorias imediatas nos serviços públicos dedicados às pessoas LGBTs, mas tem, por objetivo maior, eliminar toda e qualquer forma de exploração e opressão pelas quais essas pessoas passam diariamente. A seguir, apresentaremos as nossas propostas.

Iniciativas comprometidas com a luta LGBTT

a) Educação

- Garantia da laicidade na Educação.

- Implementação de uma educação em Direitos Humanos.

- Formação para profissionais da Educação para que passem a integrar a diversidade em suas atividades.

- Fomento à produção e divulgação de soluções pedagógicas que eduquem para a diversidade.

- Garantia, cotidiana e formalmente, o uso do nome social por parte de pessoas trans;

- Garantia que estudantes trans e travestis tenham acesso ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

- Criação grupos de mediação de conflitos relacionados à homofobia, lesbofobia e transfobia, abrangendo educadores, alunxs, familiares e comunidade.

- Concursos públicos abertos a temas relativos à diversidade.

- Monitoramento da homotransfobia nas escolas, priorizando unidades maiores e onde haja notícia de maior discriminação ou de grande número de pessoas LGBT;

b) Saúde

- Formalização de um atendimento do SUS 100% estatal e laico;

- Garantia de acesso a um sistema de saúde gratuito e de qualidade, que atenda às especificidades dos LGBTs;

- Garantia de atendimento de qualidade para LGBTs em todas as unidades de saúde;

- Garantia de capacitação a todos os profissionais de saúde de forma a se garantir um atendimento digno a todos os LGBTs;

- Total assistência médica e psicológica às vítimas de homofobia;

- Uso do nome social de travestis e transexuais em todas as unidades de saúde, respeitando sua identidade de gênero;

- Ampliação da oferta gratuita de procedimentos de transexualização pelo SUS, garantindo todo o acompanhamento multiprofissional necessário.

c) Violência

- Pela construção de centros de referência que garantam total assistência às vítimas de homofobia, envolvendo as dimensões de saúde, educação e assistência jurídica;

- Ampliação de atendimento do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra em Fortaleza, e criação de Centros de Referência, a este ligados em rede, nas macro-regiões do Ceará.

- Desconstruir a institucionalização da homofobia da polícia e no serviço público; na esfera do poder do estado do Ceara, também das forças armadas.

- Garantia de cursos e capacitações para servidores públicos para combater a homofobia no serviço público.

d) Trabalho e emprego

- Campanha em nível estadual de combate à homofobia no trabalho.

- Garantia da participação da população LGBT nos órgãos responsáveis pelo combate ao trabalho escravo ou degradante.

- Capacitação dos/as atendentes do disque-denúncia para lidar com as demandas da população LGBT no trabalho.

- Garantir o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público estadual, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas.

- Criar legislação para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais nas empresas privadas;

- Garantia de que as instituições públicas na esfera estadual ofereçam estágios remunerados de pelo menos um ano para a população de jovens LGBT;

- Criação de Grupo de Trabalho para elaboração e aplicação de uma pesquisa/diagnóstico junto à população LGBT sobre o mercado de trabalho formal e informal.

- Criação de legislação com a finalidade de proibir a participação, em concorrência e licitações na esfera estadual, de empresas condenadas pela prática de discriminação à população LGBT.

e) Cultura

- Valorização da cultura e memória LGBT em nosso Estado;

- Publicação de editais que visem promover e divulgar manifestações artísticas em prol da Diversidade Sexual;

- Realização eventos de promoção e divulgação da Cultura LGBT em nosso Estado (Paradas da Diversidade, exposição de arte, feiras literárias, festivais de dança, cinema e teatro com a temática LGBT);

- Estimulo ao turismo LGBT no Estado através de campanhas que divulguem o Ceará como um Estado que acolhe as populações LGBTs.

f) Assistência Social

- Inclusão da informação orientação sexual e identidade de gênero nos instrumentais utilizados nos equipamentos da Assistência social do Estado;

- Capacitação de trabalhadoras e trabalhadores da Assistência Social a fim de buscar assegurar um atendimento aos usuários não-discriminatório em função da orientação sexual e identidade de gênero;

- Fomento à discussão de orientação sexual, identidade de gênero e defesa dos direitos humanos LGBT nas atividades com os usuários da Assistência Social;

- Inclusão o debate sobre envelhecimento LGBT nos grupos de idosos;

- Implementação de projetos de inclusão produtiva, geração de emprego em renda, específicos para LGBTs idosos.

- Reconhecimento das famílias homoafetivas nos programas habitacionais do Estado.

3.7.3 Mulheres

"Liberdade é pouco.
O que eu desejo ainda não tem nome"
Clarice Lispector

Disse Monteiro Lobato, "Um país se faz com homens e livros".

Tal frase pensada no seu devido tempo histórico, refletia a condição da mulher até o século passado. A condição de não-cidadã. Um país cujo campo político era exclusivamente masculino, e as funções domésticas restritas aos lares relegados ao feminino. Aos homens o público, às mulheres o privado sob o domínio masculino.

A opressão sofrida por nós mulheres não tem data de início, sendo muito anterior ao sistema capitalista como o conhecemos hoje. Mas não podemos negar que esse sistema reforça a opressão. Um sistema que se constituiu tendo por base o racismo em seu regime escravagista, manteve e aprofundou também a condição de exclusão, desigualdade e opressão à que as mulheres estavam sujeitas.

Mas sabemos que apesar de silenciadas, muitas mulheres se insurgiram em várias épocas, se afirmando enquanto sujeito, essas mulheres foram guerreiras insubmissas, que lutaram por direitos e por igualdade, lutaram por um lugar na sociedade.

O Movimento Sufragista, que surgiu ao final do século XIX e no Brasil no início do século XX, alcançou a primeira grande vitória das mulheres, que não se contentariam mais somente com essa conquista. Após tal vitória, as mulheres permaneceram em movimentos, outras foram se somando, e diversos grupos e coletivos de mulheres foram surgindo no cenário político, ampliando as reivindicações. Foram muitas as conquistas. Pelas lutas, as mulheres se tornaram seres políticos.

Apesar de tantas conquistas e do avanço das mulheres em todos os setores da vida pública, mesmo sendo maioria da população, ainda não foi alcançada uma representatividade adequada na política formal. Mesmo com a Lei de Cotas nas

eleições, ainda são poucas as mulheres cujos Partidos lançam candidatas, e poucas de nós somos eleitas. O direito ao voto e a cota de gênero não foram capazes ainda de superar a desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade.

A pouca representatividade de mulheres nas casas legislativas, sendo ainda menor o número de mulheres feministas, contribui para as dificuldades que enfrentamos ainda hoje: a falta de políticas públicas voltadas para nós, a dificuldade de avançar em pautas históricas dos movimentos de mulheres, e, pior, a abertura para que homens machistas e conservadores, legislem sobre nossos direitos, rifando-os quando lhes convém.

Ainda há muito o que avançar. Lutamos contra a Ditadura, pela redemocratização e seguimos lutando pelo fim do patriarcalismo e do machismo. Nosso horizonte é a igualdade.

Aqui no Ceará, região muito marcada pelo regime patriarcal, onde o machismo faz vítimas todos os dias e o racismo - que é uma realidade - é encoberto pelas instituições e autoridades, faz-se necessária a continuação das lutas das várias feministas das gerações que nos antecederam.

Ressaltamos ainda que **a violência contra a mulher é um dos mais antigos problemas a serem enfrentados**. Localizando o surgimento desta prática bem anterior ao capitalismo, a educação e rigidez patriarcal que se consolidou nas mais diversas sociedades fortalece o sentimento de superioridade masculina e de subordinação e subserviência da mulher nas relações pessoais, de trabalho e sociais. A violência contra os corpos, desejos e capacidades intelectuais se perpetua e, infelizmente, essa bandeira continua cada vez mais necessária no século XXI: **eliminar qualquer forma de violência contra a mulher**.

Infelizmente, **a sociedade brasileira não se mostra diferente a esse contexto histórico de opressões e machismo**. As mulheres continuam tendo dificuldades para conquistar seu espaço social e político, com jornadas estendidas em casa e no trabalho e sendo constantemente invisibilizadas pela grande mídia e governos, que não colocam a luta contra as opressões como central para a mudança plena da sociedade. A lógica patriarcal fica cada vez mais operante quando o sistema capitalista apodera-se desse doentio modelo educacional - patriarcal - que manipula o papel da mulher e a mercantiliza para a lógica que mais trará lucros ao sistema.

Historicamente, vemos o aumento do número de casos de violência contra a mulher, mesmo com quase oito anos de criação da Lei Maria da Penha. Entre 2010 e 2012 o número de mulheres assassinadas no Ceará passou de 171 para 197(15,2% a mais). Os homicídios em Fortaleza saltaram de 67 para 77 no mesmo recorte de tempo (14,9% a mais). Trazendo números mais antigos ainda, vemos o quanto este problema parece apenas avançar. Entre 2009 e 2010, os casos de assassinatos saíram de 136 para 153 mulheres. O início deste ano também nos foi muito caro. Nos primeiros 37 dias, tivemos 33 homicídios contra a mulher no Ceará - o 7º estado com maior índice de feminicídios no país, sendo o Cariri a região mais violenta.

Apesar desse quadro, as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher ainda são débeis, contando o Ceará com apenas oito delegacias em todo o seu território, o que o faz o quarto pior Estado em relação ao número de delegacias especializadas nacionalmente.

No quesito saúde, em especial a saúde pública, as mulheres não só são aquelas que mais a acessam (assim como a outros serviços públicos) como também são as que

têm seu atendimento mais comprometido. Falta uma perspectiva de saúde integral. Na rede hospitalar, a saúde da mulher é tratada apenas como a saúde da gestante, restando às outras inúmeras questões relativas à sua sexualidade às consultas eletivas; para as mulheres lésbicas, o quadro se torna ainda mais grave devido à perspectiva heteronormativa de saúde presente tanto na sociedade como na formação dos profissionais de saúde, o que leva ao desconhecimento, por parte destes, das especificidades deste setor e de como tratá-las.

Iniciativas comprometidas com a luta contra a opressão/exploração das mulheres

a) Emancipação

- Viabilização de espaços de participação das mulheres com poder de decisão e controle social, na criação e efetivação de políticas para as mulheres, considerando os recortes de gênero, raça, etnia, orientação sexual e gerações;

- Viabilização de campanha permanente de documentação para as mulheres trabalhadoras rurais e da periferia das cidades.

- Adequação do PAISM3 às condições de vida e especificidades do trabalho das mulheres rurais;

- Viabilização um programa específico e permanente de qualificação e reciclagem de profissionais da área de educação, saúde e segurança pública, que considere os temas dos direitos humanos, democracia, desigualdades de gênero, ética, superação do racismo e respeito às etnias como temas estruturadores das relações sociais.

- Viabilização de projetos produtivos para as mulheres que considerem a pluriatividade como estratégia de manutenção da agricultura familiar.

- Reavaliação do modelo de assistência técnica via Ematerce, que considera apenas o homem como chefe de família e agricultor, deixando para as mulheres/agricultoras, ações ligadas à esfera produtiva.

- Realização de amplo diagnóstico, com a participação dos movimentos de mulheres, sobre o papel e a participação das agricultoras e pescadoras na agricultura, pecuária e extrativismo, a ser coordenado pela Secretaria de Agricultura do Estado.

- Implantação uma estratégia de ações afirmativas em todas as políticas públicas direcionadas ao meio rural (Assistência Técnica e Extensão Rural, Crédito, Sementes);

- Realização Campanha de visibilidade das ações das agricultoras na convivência com o semiárido, como forma de valorizar a profissão de agricultora.

- Implantação uma política pública de conservação e uso da biodiversidade numa perspectiva agroecológica, através de Casas de Sementes;

- Realização de uma campanha permanente de combate à violência sexual contra às mulheres.

- Fomento à abordagem do tema Educação Sexual e Diversidade nas Escolas Estaduais;

- Incentivo à criação de cooperativas de mulheres trabalhadoras do campo;

b) Violência contra a mulher

- Construção de medidas de prevenção à violência contra as mulheres, através de ações permanentes nas escolas, nos locais de trabalho, nas unidades de saúde e nos espaços de sociabilidade da juventude.

- Viabilização de Centros de Referência e Casas Abrigo para acolhimento de mulheres em situação de violência, em cidades de médio porte, com pessoal qualificado para o exercício da função, disponibilizando os equipamentos necessários ao atendimento integral da mulher, além de garantir a manutenção e o funcionamento dos já existentes;

- Ampliação do número de delegacias da mulher, nos municípios que atendem ao estabelecido em lei, com pessoal qualificado para o exercício da função;

- Qualificação dos profissionais das delegacias para desenvolver o melhor tratamento para os casos de violência;

- Qualificação do corpo da segurança pública do Estado acerca das questões sociais de gênero e as formas de abordagem e tratamento específicos.

c) saúde da e para mulher

- Fortalecimento, em toda a rede estadual, de atendimento à saúde, a perspectiva de saúde integral da mulher nos seguintes termos:

*Implementar emergências ginecológicas integrais para atender, além das mulheres grávidas, as mulheres não gestantes que necessitem de atendimento de urgência para questões específicas do sistema reprodutor feminino;

*Realizar formações permanentes para todos os profissionais da área da saúde (médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, etc) visando capacitá-los numa perspectiva de saúde integral das mulheres, atentando-se para as especificidades das mulheres lésbicas e negras, possibilitando, assim, atendimento de qualidade para todas.

Ainda em período de gestação, as violações à saúde da mulher se fazem presentes. A primeira delas é a obrigatoriedade de continuar com a gravidez, uma vez que, mesmo nos casos em que o aborto é legalizado (estupro, risco de vida para a mulher e fetos anencéfalos), o acesso a este procedimento na rede pública não é simples, sendo poucos os hospitais que o realizam e fazendo com que as mulheres tenham que recorrer à clínicas clandestinas ou métodos inseguros de interrupção da gravidez. Vale citar também, neste ponto, os casos das mulheres que têm abortos – espontâneos ou provocados – e chegam aos hospitais para ter atendimento e realizar procedimentos para a integridade da sua saúde, mas têm atendimento negado ou o sofrimento prolongado. Num país em que o abortamento clandestino figura como umas das cinco principais causas nos índices de mortalidade materna, torna-se criminoso não garantir sequer os casos legalizados.

A segunda questão diz respeito ao número excessivo de partos cesáreos realizados a cada dia, concedendo ao Brasil o título de líder mundial em cesarianas - atualmente, 52% dos nascimentos se dão desta forma, ainda que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde seja de apenas 15%. O quadro apresentado tem menos a ver com a suposta segurança desse formato de nascimento mais relação com a mercantilização dos procedimentos médicos, assim como do direito à saúde, e com o

controle exercido sobre a sexualidade da mulher, já que tira dela o protagonismo no momento do parto e o transfere para o médico.

Por fim, se adenda a isso os altos índices de violência obstétrica, atingindo uma em cada quarto parturientes. Alguns exemplos de violência na hora do parto são os exames feitos de forma dolorosa, gritos, falas agressivas do profissional para com a paciente, humilhações e falta de esclarecimento quanto aos procedimentos realizados, além da realização de procedimentos sem a autorização da gestante, como a episiotomia e o uso de ocitocina para a aceleração do parto.

- Ampliação, na rede de saúde pública estadual, os hospitais aptos a efetivar o procedimento de aborto nos casos já previstos em lei e efetivar o atendimento aos caos de aborto legal nos hospitais aptos para tal procedimento mas que ainda não o fazem.

- Fomento à capacitação continuada dos profissionais de saúde em relação aos procedimentos de aborto, tendo como marco questões relativas à mortalidade materna, a autonomia da mulher e a laicidade do Estado.

- Efetivação de uma campanha permanente de incentivo ao parto natural, visando dialogar tanto com os profissionais como com as usuárias do sistema de saúde.

- Capacitação permanentemente profissionais dos diversos campos da saúde para a humanização dos procedimentos de parto, visando diminuir os índices de violência obstétrica.

3.7.4 Crianças e Adolescentes

A infância e adolescência no Ceará têm sido as principais vítimas de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda excludente e que provoca graves impactos ambientais. Esse modelo gerado por uma elite que historicamente tem se mantido no poder relegando a grande parcela de nosso povo à exclusão social, à migração forçada e todo tipo de violação de direitos.

O aprofundamento da violência, na região metropolitana e cidades do interior também afeta fortemente a infância e mais particularmente a adolescência, tanto por constituir cidades de medo e insegurança, como por alimentar a violência a criminalização das crianças e adolescentes pobres e das periferias.

O Estado do Ceará é uma dos Estados mais desiguais da Federação. Essa desigualdade vai marcar mais fortemente as gerações mais jovens, uma vez que a população de 0 a 14 anos representa 30% da população do Ceará, enquanto 17,5% da população está com idade entre 15 e 17 anos.

O impacto mais visível neste segmento se revela no contexto do trabalho infantil (como por exemplo, o trabalho agrícola, o doméstico e o de crianças catadoras de material reciclável) e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em áreas turísticas e nas rodovias de acesso intermunicipais e interestaduais, da violência que se aprofunda, das condições de vida e moradia que vive suas famílias.

É preciso que o poder público reconheça criança e adolescente como sujeito de direito, garantindo a criação de mecanismos de participação, sobretudo nas políticas que são voltadas a este segmento, e que devem levar em conta suas opiniões e propostas, buscando assim superar as relações de desigualdade de poder com base na

geração, constituindo processos de superação de uma cultura adultocêntrica que somente reconhece no poder da fala do adulto a legitimidade de verdade e de decisão. É uma cultura opressora que se manifesta na nossa infância, sobretudo na infância pobre, de muitas maneiras: no silenciamento, na invisibilização, na falta de acesso à cultura, a informação, entre outros bens produzidos socialmente, e, portanto na falta de oportunidades também.

Afirmamos nosso compromisso com o princípio constitucional da absoluta prioridade à proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, esboçado no art.227 da Constituição Federal e art.4o do ECA.

Em vista disso, é que vimos nos comprometer com que as políticas destinadas a este segmento sejam garantidas com prioridade absoluta, seja na elaboração, seja na execução, inclusive com a destinação de recursos e articulação entre as diferentes secretarias e coordenadorias.

Iniciativas comprometidas com a luta em defesa da garantia dos direitos de crianças e adolescentes

a) Criação e Interiorização de rede de atendimento à criança e ao adolescente

- Enfrentamento à violência contra criança e adolescente Integração dos equipamentos de segurança pública, saúde, educação e social para identificação e notificação dos casos de violência.

· Criação de assistência protocolo único de identificação, notificação e encaminhamento dos casos de violência.

· Viabilização nos municípios, dos meios para a alimentação do SIPIA (meios físicos e capacitação) e a consolidação de banco de dados único.

· Criação de campanhas para enfrentamento à violência contra criança e adolescente, com peças voltadas também para o público infanto-juvenil, com ampla divulgação dos canais de denúncia.

· Fortalecimento da DECECA e da DCA: adequar o número de profissionais à demanda, estrutura dos prédios e suprimentos, que garantam o atendimento de qualidade, funcionamento 24 horas.

· Interiorização dos serviços especializados de responsabilização (Delegacias e Comandos da Polícia Militar) e atendimento à vitimas de violência (, CREAS, CRAS).

· Implantação em todas as unidades de saúde do Protocolo de Morbi-mortalidade.

· Efetivação das leis de comissões de prevenção e notificação de maus-tratos nos hospitais e nas escolas.

b) Acesso à Justiça

· Fortalecimento da Defensoria Pública (concurso, equipamentação, interiorização).

· Estímulo á criação de núcleos de defesa dos direitos infanto-juvenis, inclusive com a qualificação da defesa técnica ao adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional.

· Estímulo á criação de distintivo (art. 4, parágrafo único, alínea b, do ECA) que garanta a tramitação prioritária de demandas infanto-juvenis nos serviços públicos (Tribunal de Justiça,Delegacias, Corregedoria, Ouvidorias).

c) Convivência Familiar e Comunitária

· Garantia do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes;

· Reformulação da Política de Abrigamento e Abordagem de Crianças e Adolescentes em Situação de rua;

d) Sistema Sócio-Educativo

· Adequação do Sistema Sócio-educativo em meio fechado ao SINASE e à Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – Resolução 42/2002 do CEDCA, inclusive com integração com os equipamentos estaduais e municipais de educação, saúde e assistência.

· Progressiva municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto: apoio técnico financeiro aos Municípios para implantação de medidas sócio-educativas em meio aberto, em consonância com o SINASE.

· Fortalecimento da Justiça da Infância e da Juventude na Capital e interior, com o cumprimento da Recomendação n.º 02 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da implantação de equipe interprofissional em todas as comarcas do Estado, de acordo com o que prevêem os arts. 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

e) Atenção à Saúde da Criança

· Políticas de saúde especializadas para pediatria e hebiatria, com particular atenção ao público infanto-juvenil com deficiência específicas;

· Garantia de precedência no acesso a serviços e equipamentos de especialidades médicas (neurologia, traumatologia, ortopedia...)

· Especial atenção às especificidades da adolescência: saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, puberdade, drogadição (uso abusivo de álcool e drogas), distúrbios alimentares.

· Ampliação do número de UTI´s Neonatais, proporcionalmente ao tamanho da população do Estado.

· Implementação de programas de Educação Sexual e Reprodutiva.

· Enfrentamento das causas determinantes da mortalidade na infância e materna.

· **Segurança alimentar**: desnutrição e distúrbios alimentares- Garantir a implantação da Lei 12.982/2014 que trata da alimentação de alunos que necessitam de atenção nutricional individualizada.

· Saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo.

· Suporte profilático terapêutico.

f) Acesso cultura

- Criação de programas de incentivo a produção e acesso a cultura que incluam crianças e adolescentes como público prioritário.

- Criação de programa de resgate das culturas locais e das populações indígenas e comunidades quilombolas incentivando as crianças ao reconhecimento de suas identidades culturais.

- Criação de programas de intercambio cultural intermunicipais que permitem crianças e adolescentes que permita às crianças e adolescentes maior conhecimento da cultura e historia do Ceará.

- Criação de programa destinado ao público infanto-juvenil, e feito com a sua participação para ser veiculado nas TVs públicas como TVC e TV Assembleia.

3.7.5 Juventude

O ponto de partida para a construção de uma política para as juventudes é o reconhecimento de que esses sujeitos sociais desenvolvem diferentes experiências e trajetórias de vida que determinam particularidades a partir dos diferentes contextos socioambientais, o que nos leva a considerar a existência de juventudes. Há, por exemplo, em nosso país, um processo crescente de vulnerabilização das juventudes que se dá pela exclusão do mundo do trabalho, mas sobretudo pela produção de discursos generalizantes que associam jovens à violência e buscam, dessa forma, legitimar práticas de extermínio e de outras modalidades de opressão que vitimam principalmente

jovens negros/as, pobres, de periferia, com idades entre 18 e 24 anos. O Estado, através da repressão policial, é o principal agente dessa violência. Por isso, afirmamos a existência de uma demanda específica de reconhecimento e garantia de direitos por parte da juventude negra, por parte da juventude pobre e também outras demandas das diferentes juventudes.

Como princípio, adotamos o contínuo estímulo a auto-organização das juventudes, defendendo a autonomia das formas de organização frente ao Estado e outras instituições, de modo a reconhecer as/os jovens como sujeitos/as políticos, as/os incorporando integralmente aos espaços de debate e tomada de decisão. Princípio que objetiva romper com as práticas de institucionalização das juventudes e fortalecer sua autonomia e ações emancipatórias, reconhecendo sua capacidade de colocar suas demandas e afirmar suas identidades e referenciais no espaço público.

Nesse sentido, nos propomos a construir uma política para as juventudes de forma intersetorial e transversal, que não esteja alocada em uma única secretaria administrativa, mas que esteja difundida por todas as secretarias através de células de atendimento. Uma Coordenadoria de Juventude terá o papel de orquestrar as ações e garantir os direitos das juventudes do Ceará, considerando as questões de gênero, raça, etnia e as diversidades de sexo e credo, nas mais diversas áreas como: educação, saúde, moradia, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e geração de renda e meio ambiente, entre outras.

Dessa forma, propomos:

No que se refere à Educação:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas pública de educação;

- Garantir a universalização da educação básica, melhorando a sua qualidade, e ampliar a oferta de cursos de alfabetização para as juventudes;

- Articular ações de educação profissional e educação básica, buscando a elevação do nível de escolaridade e concebendo a educação profissional como formação complementar à educação escolar. Para tanto, serão efetivadas parcerias entre a escola e as instituições de formação profissional;

- Garantir recursos para o financiamento de programas de formação profissional com bolsas de estudos para jovens;

- Garantir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã das juventudes, como o associativismo, o cooperativismo, as diversidades e o conhecimento de questões relativas ao meio ambiente, História da África e da cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio; e temas relativos a questões sociais que possibilitem o exercício do pensamento critico e criativo;

- Adotar iniciativas relativas à arte-educação e ao esporte para que a escola seja vista como um espaço de sociabilidade saudável e um equipamento público efetivamente comunitário e acessível à população;

- Incentivar a incorporação de estudos em educação ambiental, nas perspectiva da justiça ambiental, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio visando a construção de uma sociedade ecologicamente sustentável e ambientalmente justa;

- Garantir a inclusão de temas relativos ao consumo de drogas e redução de danos, violência sexual, gênero, trabalho explorador, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio;

- Ofertar educação pública, popular e de boa qualidade, com formação continuada dos/as trabalhadores/as em educação garantindo as condições físicas para que as escolas funcionem;

- Promover a capacitação profissional dos/as educadores/as, para que estejam preparados/as para lidar com a diversidade e criar espaços nas escolas para debater temas relacionados à inclusão social dos diferentes segmentos juvenis;

- Garantir a participação dos/as jovens nos processos de eleição para diretor/a;

- Garantir a acessibilidade para jovens com necessidades especiais de locomoção;

- Garantir condições específicas para o atendimento ao direito à educação dos jovens moradores de rua;

- Possibilitar a inclusão digital de jovens através de pólos de navegação da internet em diferentes equipamentos públicos – escolas, centros comunitários, terminais de ônibus, apoiando e favorecendo as iniciativas que utilizam softwares livres.

No que se refere à saúde:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de saúde;

- Criar ambulatórios e espaços específicos para atendimento das juventudes nas unidades de saúde, em horários compatíveis com o trabalho e a escola;

- Promover atividades instrutivas preventivas sobre questões relativas à saúde para a comunidade jovem;

- Fomentar junto às escolas técnicas, faculdades e demais instituições formadoras de profissionais de saúde que participem dos pólos de educação permanente e enfatizar, no currículo dos profissionais de saúde, a formação e o entendimento sobre como lidar com a juventude temas relativos à qualidade de vida, consumo de drogas e redução de danos;

- Capacitar os/as profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para o atendimento de jovens que fizeram ou fazem uso abusivo de substâncias entorpecentes e drogas na perspectiva da redução de danos;

- Implementar serviços de atenção, prevenção e de informação por telefone e nas escolas que possibilitem às juventudes informações sobre saúde, sexualidade e dependência química/drogas, além dos programas de atendimento estadual ao público juvenil;

- Disponibilizar, no Sistema Único de Saúde, os exames de gravidez, HIV e DSTs, informando às juventudes sobre os mesmos, por meio de campanhas de prevenção, bem como todos os tipos de contraceptivos masculinos e femininos;

- Criar programas de atendimento específicos sobre questões de saúde para jovens que tiveram experiências com violência sexual e trabalho escravo;

- Viabilizar apoio psicológico, médico e social ao jovem em virtude de sua orientação sexual em centros de apoio, bem como à sua família;

- Ampliar o número de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e colocá-los em funcionamento por 24 horas, realizando neles atividades comunitárias que enfoquem a informação e o debate sobre temas relativos à saúde juvenil, com a concordância de seus familiares;

- Criar um Programa de acolhimento e de atenção a adolescentes, nas unidades de saúde;

- Apoiar iniciativas de organizações da sociedade civil que visam informar às juventudes através de ações comunitárias, utilizando recursos de arte e da comunicação, sobre questões relativas à qualidade de vida e cuidado com o corpo e a saúde;

- Incentivar espaços de integração entre a sociedade civil e grupos musicais, dança e teatro, articulados em bairros e escolas, para fomentar ações comunitárias de arte, cultura e educação, sobre questões relativas ao cuidado e promoção à saúde;

- Universalizar a distribuição de camisinhas masculinas e femininas em equipamentos públicos;

No que se refere à geração de trabalho e renda:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de geração de trabalho e renda;

- Instituir regulamentação especial para o trabalho das juventudes, que respeite suas necessidades e demandas específicas, dentre estas, a garantia de horários para a educação, atividades artísticas, culturais, desportivas e de lazer;

- Definir política de qualificação profissional, garantindo a formação sócio-educativa com ênfase em: formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil;

- Promover iniciativas e cursos profissionalizantes que considerem o potencial criativo da juventude e suas habilidades específicas.

- Incluir, nos programas de formação profissional, jovens que cumpram medidas sócio-educativas;

- Articular políticas de formação profissional como as voltadas ao primeiro emprego e à renda, incentivado e promovendo vagas para deficientes, afrodescendentes, indígenas e mulheres;

- Ampliar os horários de funcionamento de creches para jovens mães trabalhadoras;

- Disponibilizar vagas de trabalho em órgãos públicos para que os/as jovens tenham suas primeiras experiências profissionais;

- Estimular e promover as redes de economia solidária, tendo como diretrizes a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social, preservação do equilíbrio dos ecossistemas e dignidade às condições de trabalho e renda. Não entendemos a economia solidária como solução rumo à sociedade socialista que defendemos;

- Incentivar, nas ações de implantação de empreendimentos solidários a participação das famílias dos/as jovens, para a promoção de uma convivência familiar mais saudável e cooperativa;

- Disponibilizar cursos de formação profissional para os/as jovens portadores/as de deficiência;

- Financiar programas de microcrédito para jovens, desburocratizando a concessão dos recursos;

- Criar campanhas de conscientização e combate a todas as formas de discriminação e de trabalho escravo, trabalho insalubre e inseguro de jovens.

No que refere à Arte e Cultura:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de arte e cultura;

- Garantir recursos no orçamento estadual para o fomento de projetos culturais destinados à juventude, priorizando tanto aqueles produzidos pelos/as jovens, como aqueles que enfoquem temas sobre a cultura afro-brasileira e indígena;

- Criar espaços populares para manifestação cultural e artística da juventude com estrutura para eventos, teatro, oficinas, palestras, dança, artesanato e espetáculos em especial, nos bairros com grandes índices de violência juvenil;

- Criar, apoiar, legalizar e instalar rádios comunitárias e rádios livres nas escolas públicas;

- Garantir a meia-entrada cultural estudantil, inclusive para os/as jovens que não estão estudando, em todos os eventos ocorridos na cidade no estado;

- Promover, financiar e incentivar festivais culturais para o público jovem, bem como aqueles formatados por esse segmento;

- Utilizar a arte como ferramenta para a discussão de temas referentes à condição juvenil nos diferentes serviços de atendimento;

- Garantir a acessibilidade nos equipamentos culturais públicos e privados do estado;

- Criar programas de apoio e incentivo financeiro aos/às jovens para a sua formação e capacitação como artistas, animadores/as e agentes culturais multiplicadores;
- Garantir apoio financeiro e incentivos aos/às jovens que são artistas de rua e/ou circense;

No que se refere ao Esporte e Lazer:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de esporte e de lazer;

- Assegurar que em cada escola com duzentos estudantes, ou conjunto de escolas que agreguem esse número de estudantes, seja construída uma quadra poliesportiva, que poderá ser utilizada, gratuitamente, pela comunidade nos fins de semana;

- Instituir novas modalidades de práticas esportivas nas escolas, como basquete, vôlei, handball, danças, lutas, jogos, recreação, natação; e elaborar programas para esportes radicais, bem como jogos populares;

- Fomentar a aquisição de equipamentos comunitários para a prática de esportes radicais e jogos populares e outras atividades de lazer;

- Criar áreas de lazer nas praças públicas, que possibilitem a realização de gincanas promovidas pelos próprios moradores da comunidade, com subsídios públicos;

- Promover e incentivar torneios esportivos que promovam solidariedade e cooperação.

No que se refere à cidadania e participação social:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de cidadania e participação social;

- Incentivar e viabilizar as condições de participação das juventudes nos conselhos municipais e estadual, para conscientizá-los/as da importância da sua participação nas decisões e formulações de ações que lhes dizem respeito;

- Implantar nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) serviços que visem a mediação de conflitos entre jovens e suas famílias, bem como outras atividades que façam com que os/as jovens tenham os Cras como um equipamento de identificação;

- Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos/as estudantes em grêmios e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas para as juventudes;

- Incentivar a auto-organização das juventudes a partir de movimentos de bairros, comunidades, de arte e cultura, de negros e negras, LGBT's, política de drogas antiproibicionista e desmilitarização da polícia.

- Estimular espaços de articulação das organizações e movimentos juvenis (Fórum, Movimentos, Espaços de Diálogo, Rodas de Conversas, Centros Acadêmicos) para valorizar e assegurar uma maior participação dentro e fora da escola;

- Realizar um Congresso Bienal Estadual das Juventudes construído com os/as jovens e com as organizações das juventudes para eleger as entidades que irão compor a Coordenadoria Especial de Juventude e para traçar diretrizes que nortearão as políticas públicas formuladas no órgão;

No que se refere à política de drogas e à criminalização das juventudes:

- Garantir a participação das juventudes na elaboração das políticas públicas na área de drogas e combate à criminalização desse segmento, combatendo esta atual política de drogas excludente e desrespeitosa com a vida humana, fortalecendo políticas de redução de danos e no tratamento do abuso de drogas; Contribuindo assim pra uma discussão mais aprofundada sobre este tema tão importante, abrindo mão de tabus, ou dogmas.

- Instituir uma política de drogas estadual, que entenda que o uso de drogas é uma questão de saúde pública, que um mundo sem drogas é uma utopia, que tenha por princípio reduzir os danos que elas causam, e como diretrizes a garantia de acesso amplo a informações de qualidade e a equipamentos públicos de atendimento aos diferentes níveis de complexidade no uso de substâncias psicoativas;

- Ampliar o número de equipamentos públicos (Consultórios de Rua, Centro de Atenção Psicossocial-CAPS) destinados ao atendimento de dependentes químicos;

- Instituir um programa de proteção da integridade e dignidade de jovens em situação de conflitualidade com o tráfico de drogas e/ou milícias;

- Implantar políticas de incorporação dos usuários de drogas, diminuindo o estigma que existe sobre eles;

- Criar mecanismos para proteção das juventudes implicadas em processos de criminalização, como ouvidorias populares, com participação de segmentos vulnerabilizados, como jovens, negros e negras, mulheres, LGBT's, para acolher e investigar denúncias de violência contra esses grupos;

- Abolir práticas discriminatórias de todo natureza realizadas por agentes de segurança à jovens, negros e negras, mulheres e LGBT's;

- Incentivar o debate público sobre a legalização das drogas, criminalização das juventudes e desmilitarização da polícia. Contribuindo assim pra uma política de drogas antiproibicionista e eficaz, combatendo qualquer política manicomial, e/ou que fira o princípio do estado laico.

No que se refere às juventudes do campo:

- Desenvolver de modo integrado políticas públicas de saúde, educação, trabalho, lazer, arte e cultura específicas para as juventudes do campo, objetivando valorizar a cultura e o modo de vida dessas populações, criando condições para sua reprodução social e permanência no campo ou pequenas cidades do Ceará, de modo a oferecer alternativas ao exôdo-rural.

- Fortalecer a organização das juventudes indígenas, pescadoras e quilombolas, tendo em vista o seu processo histórico de criminalização e preconceito.

3.7.6 Idosos/as

"Os Direitos não nascem quando querem,
mas quando podem ou quando devem nascer"
Bobbio

A historicidade dos direitos nos permite entender que o processo de formação de sujeitos e de luta por sua dignidade - a luta por direitos faz parte do rol de instrumentos da luta para alcançar a dignidade - é aberto, não linear, contraditório. Os direitos de trabalhadores, mulheres, negros e negras, jovens, homossexuais, crianças, idosos/as, pessoas com deficiência nascem na medida em que estes sujeitos se organizam e, pela consciência e ação pública, se fazem presentes na esfera pública pressionando pelo alargamento democrático e pela recusa concreta das opressões e da invisibilidade.

A luta pelos direitos de idosos e idosas está na pauta da bandeira socialistas porque os trabalhadores e trabalhadoras lutam pela a dignidade humana em todas as

idades. Não é mérito, não é um favor, não é uma atividade filantrópica, é um direito historicamente conquistado e que precisa ser garantido.

Iniciativas comprometidas com a dignidade humana

- Criação de equipe de identificação e acolhimento (em especial de mulheres) de moradores/as de rua.
- Manutenção de lares que possibilitem o acolhimento e a formação (em especial de mulheres de terceira idade) de moradores/as de rua.
- Promoção, nos municípios, o atendimento a idosos em espaços de convivência, que possibilite o desenvolvimento da sociabilidade, o acesso à educação, à saúde, à cultura, ao esporte, lazer e à geração de renda, num processo de construção de uma imagem cidadã da terceira idade.
- Garantia de educação pública gratuita e de qualidade em todos os níveis.
- Criação de uma equipe matricial de atenção integral que colabore na promoção da saúde da população com orientações no campo da alimentação saudável, atividade física, integração de idosos e jovens e, principalmente, de cuidados específicos com relação à saúde de pessoas negras.

3.7.7 Pessoas com deficiência

"Quem não se movimenta,
não sente as correntes que o prende."
Rosa Luxemburgo

Assim como as mulheres, negros e negras, as pessoas com deficiência ocupam na sociedade um plano secundário. Um espaço do silêncio, da apartação, do distanciamento. Ser deficiente, ainda no século XXI, não se limita apenas a não ter acesso físico aos equipamentos do estado, dada a estrutura defasada que não prevê a diversidade de usos da cidade. Ser deficiente é ser entendido pela sociedade capitalista como um outro tipo de pessoa: inferior, incompetente, incapaz. A necessidade de apresentação de exemplos de superação são tão importantes para o modelo capitalistas como atenuante de focos de pressão como os projetos de responsabilidade social e os programas de sustentabilidade: são marketing.

Entendemos que, de onde estamos, somos pessoas livres desses compromissos com as aparências e o lucro fácil. O nosso compromisso é com a dignidade humana. Neste sentido, entendemos que os direitos das pessoas com deficiência podem ser encontrados, de modo transversal, por todo o projeto que ora se apresenta.

3.8 Cultura, arte e comunicação

A política deve ser percebida como um exercício de invenção de si e do mundo, também na construção estética da existência. Numa sociedade regida pela lógica do capital, os potenciais humanos são moldados de uma forma perversa que reduz toda a criatividade humana, que exige de nós o nosso corpo e o nosso pensamento. Nos torna seres precarizados pela lógica da produção e da produtividade, capturando nossos desejos, nossas forças, nossas vidas, e transformado tudo em mercadoria. Esse modo de operar com a vida, destituindo-a de qualquer potência de invenção, é o processo de adestramento do desejo, da coisificação das relações humanas. A violência e a crueldade são a forma de moldar os seres, seja pela culpa, pelo medo, pela insegurança ou pela docilização do nosso corpo. São maneiras de moldar a vida, domesticar uma forma-homem, uma forma-mulher, uma forma-velho, uma forma-criança que sirva ao controle sobre a vida.

No entanto, compreendemos o ser humano como um experimentador de si mesmo. E a política como exercício extremo da alteridade, como uma produção de saber que se dirige ao fora, que constitui-se com o outro, num processo contínuo de invenção, de si mesmo e do mundo. É isso que significa pensar numa existência estética.

Pensamos que uma política que se dirige ao outro só é possível quando se trata de inventar-se a si, ***inventando-se como comunidade***. Somos indivíduos pelo poder de afetar e sermos afetados, pelos afetos de que somos capazes.

De que maneira podemos fazer a passagem desse indivíduo para a comunidade? Como, ao mesmo tempo, podemos construir uma comunidade que se faça não sobre as regras do maior, mas sobre as singularidades. Como criar uma comunidade livre, heterogênea? Como recuperar o sentido da comunidade?

Nesse sentido, cabe pensar: ***como constituir uma política cultural que favoreça o surgimento de novas sociabilidades, e que fortaleça o tecido afetivo de nosso Estado, cidade?*** Que dispositivos e ferramentas nos cabe criar, estimular, fomentar e multiplicar, a fim de que possamos garantir a formação, a produção e a circulação dos bens artísticos e culturais?

Nesse sentido, devemos construir um programa de governo, na área das artes, da cultura e do pensamento, que potencialize esse sentido de comunidade, que estimule lugares de encontros, de debates, de conversas e, sobretudo, de outras formas de

inventar a vida, e que fortaleça iniciativas que já são heroicamente implementadas e mantidas por grupos, artistas e organizações, em todo território cearense.

A recusa da servidão se dá na própria condição de invenção do cotidiano articulando com sua totalidade. Para uma nova política cultural, é necessária uma nova cultura política, democrática e libertária – que respeite os potenciais e criatividade humana. A cultura é um direito da população cearense: direito de produzir, de participar de decisões, de usufruir, de formação e de informação sobre seu universo e direito a equipamentos e leis que incentivem sua difusão. Falar de uma cultura libertária é afirmar que todos sejam produtores, e usufruam da cultura sendo o poder público capaz de fomentar, mobilizar recursos humanos e materiais visando à descentralização e acesso aos bens culturais no Estado. Entendemos que tão importante quanto garantir o direito à difusão estética, é garantir o acesso aos próprios meios de produção. Produzir cultura e arte é produzir MUNDOS. Produzir MUNDOS é insurgir-se.

Sendo assim,

- É possível pensar nas escolas estaduais como Centros de Artes e Pensamentos, fomentando e articulando as atividades didáticas com as iniciativas de formação e produção artística já existentes nas cidades, favorecendo os artistas locais e implementando processos contínuos de formação de plateia.
- É possível pensar também na articulação dos projetos de formação já existentes nos equipamentos culturais do Estado, favorecendo a troca de experiências como parte determinante dos processos pedagógicos.
- É possível pensar num fundo de apoio a intercâmbios artísticos, que possibilite o deslocamentos dos artistas locais para estudo, intercâmbio ou apresentações artísticas fora do Estado;
- É possível pensar num efetivo sistema estadual de bibliotecas, distribuído por todo o Estado e com referência na Biblioteca Pública Menezes Pimentel;
- É possível pensar numa política editorial, dando apoio a iniciativas de editoras, à criação de livrarias e sebos;
- É possível pensar no estímulo e na realização das festas populares como ritos de afirmação de nossa história, de nosso sentimento de comunidade, sem submetê-las à lógica dos espetáculos mercantilizados;

- É possível pensar na valorização dos saberes populares, de modo que possamos manter vivas as nossas raízes e garantir que as diversas práticas culturais continuem a ser exercidas e compartilhadas;
- É possível pensar no incentivo da formação de incubadoras vinculadas com a área da cultura digital, através de projetos colaborativos, que se utilizem preferencialmente de tecnologias verdes ou meta-recicladas;
- É possível pensar não só na garantia de manutenção dos equipamentos culturais do Estado, como o Theatro José de Alencar e o Centro Cultural Dragão do Mar, mas também no compromisso com continuidade das ações de fomento e formação desses equipamentos.

- É possível pensar no compromisso com o fortalecimento das políticas pertinentes ao Patrimônio, material e imaterial, no que tange à preservação, conservação, manutenção e reabilitação de edificações, conjuntos arquitetônicos, paisagens, documentos e manifestações.
- É possível pensar num trabalho de fortalecimento da articulação e troca entre os Pontos de Cultura localizados por todo o Estado.
- É possível pensar num processo de avaliação ampla acerca da eficiência e dos entraves apresentados pelos editais da Secult, contando com participação dos diversos Fóruns de Linguagens, a fim de que possamos de fato avançar nesse ponto.
- É possível pensar na efetivação de concurso público para a Secult, como medida necessária à minimização dos entraves burocráticos que tantas vezes dificultam ou impedem os repasses e encaminhamentos de projetos.
- É possível pensar numa reformulação da atuação do Conselho Estadual de Cultura, de tal forma que ele de fato atue como instância e dialogo com a sociedade e os representantes das diversas áreas.

Políticas de comunicação para a governança popular e a garantia do direito à comunicação

Tendo em vista o importante lugar que os meios ocupam como mediadores das relações sociais e do nosso conhecimento do mundo, adotamos a compreensão de que a comunicação é um direito humano e um instrumento fundamental para garantia dos demais direitos, bem como para a consolidação e ampliação da democracia. Por isso,

propomos uma série de políticas de comunicação que visam a garantir o direito à comunicação para todos e todas, possibilitando o acesso da população às informações públicas e estimulando a produção e veiculação de conteúdos vinculados às comunidades, grupos e movimentos sociais.

Considerando a centralidade dos meios de comunicação para a realização dos debates públicos e para a circulação de idéias e valores, por fim, para a disputa de hegemonia na sociedade, objetivamos adotar medidas que garantam a manifestação da pluralidade e da diversidade da gente do nosso estado e que ampliem a participação de diversos segmentos nos meios de comunicação. Tais propostas de ação, que partem das contribuições dadas pelas organizações sociais que atuam no campo da comunicação, não podem escapar a um programa de governança popular de uma candidatura que se propõe a romper com a forma hegemônica de fazer política e incentivar a ocupação da cidade pelos habitantes. Isso exige que todos e todas não só conheçam profundamente os aspectos que permeiam a realidade do Ceará, mas tenham espaços para a livre expressão de ideias, reivindicações e alternativas.

Hoje, tais os meios de comunicação que falam às maiorias sociais são controlados por poucos grupos econômicos e políticos que, muitas vezes, impõem sua agenda e leituras do mundo, invisibilizando opiniões ou criminalizando grupos que vão de encontro ao que defendem. Isso significa que apenas para os setores dominantes é garantido o direito a se comunicar, enquanto, para os subalternos, a comunicação é ofertada apenas como uma mercadoria a ser consumida. Diante disso, o direito a esse bem essencial dá lugar à imposição do silêncio, da criminalização ou da perseguição política, vide o que ocorre com diversas rádios comunitárias que atuam ou que atuaram na cidade de Fortaleza ou em cidades do interior do estado e que foram fechadas ou são ameaçadas pela Agência Nacinal de Telecomunicações (Anatel) e pela Polícia Federal.

É preciso, portanto, refletir e propor alternativas para esse cenário tão desigual. Iniciativas diferenciadas e promotoras da diversidade podem ser tomadas pelo próprio poder público, desde que seja alterada a atual lógica que guia os instrumentos de comunicação governamentais. Hoje, eles servem mais para promover aqueles que ocupam o poder do que informar a população, sendo ainda instrumentos de barganha ou de prática clientelista nas relações com a grande mídia. Defendemos que os meios de comunicação públicos estejam a serviço dos interesses da população e sejam utilizados

para incentivar a participação popular no debate político. Para tanto, é essencial o fomento à comunicação pública, entendida como distante de interesses governamentais, de um lado, e do mercado, de outro.

Isso porque, em primeiro lugar, a comunicação é um instrumento da própria gestão pública, essencial para a consecução dos objetivos das diversas políticas sociais, garantindo o acesso à informação pública, tendo como premissa a necessária transparência e a fiscalização do poder público. Em segundo, porque a informação é fundamental para qualificar a participação dos sujeitos no processo democrático. Em terceiro, porque a comunicação é ela mesma um instrumento de participação popular, pois possibilita que a população se envolva na definição, implantação e monitoramento de políticas sociais.

Para garantir o direito humano à comunicação, à liberdade de expressão, à informação e ao conhecimento, pois só com a combinação desses elementos é que os povos podem conquistar autonomia e exercer a política, apresentamos uma gama de políticas públicas que devem ser promovidas com os objetivos de: 1. Fomentar a comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública; 2. Garantir a transparência na gestão e o acesso a todas as informações necessárias para o pleno exercício da política; 3. Integrar as ações e políticas de comunicação às demais políticas públicas do município, de forma a constituir arranjos que contribuam para o fortalecimento de políticas integradas; 4. Potencializar a apropriação dos meios e o exercício do direito humano à comunicação por todos e todas; 5. Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação no estado; 6. Fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação.

Tais princípios estão organizados nos seguintes eixos norteadores das políticas que aqui apresentamos: A) Comunicação como instrumento de democratização da gestão pública e fortalecimento da participação popular; B) Políticas de ampliação da transparência, de garantia do acesso à informação pública e do compartilhamento do conhecimento; C) Políticas públicas para acesso aos meios de comunicação e fomento à pluralidade e à diversidade; D) Gestão participativa das políticas de comunicação. Assim, estabelecidas as perspectivas políticas que orientam nossa intervenção nesse campo, passamos à apresentação de propostas para o setor das comunicações.

a) Comunicação como instrumento de democratização da gestão pública e fortalecimento da participação popular.

- Garantir espaços permanentes de interlocução do poder público com o cidadão, como ouvidorias públicas;
- Ampliar ao máximo os mecanismos de governo eletrônico, com participação ativa da população para consultas, solicitações, dúvidas, diálogo sobre demandas e utilização de ferramentas de participação;
- Garantir ampla divulgação de informações relativos à gestão pública, como projetos e orçamentos, de modo que sejam de fácil acesso a toda a população e que possam ser usados por pessoas portadoras de deficiência, em conformidade com o decreto federal nº 5296, regulamentador da lei de acessibilidade nº 10098, relativa à acessibilidade na internet, telefonia, televisão e tecnologias assistivas em técnicas e serviços;
- Utilizar estratégias de comunicação para facilitação de processos de governança popular e planejamento estratégico nos bairros e zonas rurais, viabilizando a discussão, pela população, das prioridades de ação nas diversas regiões do estado;
- Integrar os cadastros dos serviços públicos (como unidades básicas de saúde, bibliotecas etc.) e programas sociais, viabilizando a identificação mais fácil e imediata de possíveis beneficiários dos programas do governo;
- Garantir que as políticas de comunicação pensadas como ferramenta de gestão em outras áreas (como saúde e educação) sejam não apenas de difusão (unidirecionais, uniformes e centralizadas), mas principalmente participativas (bidirecionais, adaptadas às diferentes realidades e descentralizadas);
- Integrar os equipamentos de comunicação e cultura com unidades básicas de saúde, escolas municipais, bibliotecas públicas e outros equipamentos , viabilizando políticas integradas em todas as regiões do estado;
- Difundir para os sujeitos sociais seus direitos, a estrutura e o funcionamento do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa e as formas possíveis de participação na gestão pública, com a divulgação de espaços de controle social e participação popular e a realização de campanhas educativas sobre o tema.

b) Políticas de ampliação da transparência, de garantia do acesso à informação pública e do compartilhamento do conhecimento.

- Garantir a toda a população o acesso à informação pública como instrumento para facilitar o controle social das políticas de governo.
- Estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento em publicidade oficial nos meios de comunicação, tendo como objetivos: i) tornar públicos os critérios de distribuição das verbas e a execução orçamentária; ii) evitar pressões indevidas tanto por parte dos governos como por parte dos veículos; e iii) garantir uma distribuição de recursos que não tome a medida de audiência como único critério, permitindo o investimento também em pequenos veículos, especialmente os comunitários, garantindo a autonomia política deles;
- Criar agência de notícias do Governo do Estado do Ceará, reunindo notícias de todas as áreas de governo, com distribuição pública de boletim periódico;
- Criar política de divulgação e informação das políticas sociais que dialoguem com os veículos comunitários e com espaços públicos como escolas, associações de bairro etc.;
- Adotar licenças livres nos documentos e publicações do estado, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento;
- Adotar softwares livres em todas as áreas da administração pública estadual e nos programas sociais do setor.

c) Políticas públicas para acesso a meios de comunicação e fomento à pluralidade e à diversidade.

- Estabelecer medidas de fomento à comunicação alternativa e comunitária, como a criação de uma Escola de Comunicação Itinerante.
- Criar Fundo para Comunicação Pública e Comunitária, através do qual deve-se estabelecer uma política de financiamento e apoio às mídias públicas, populares e alternativas. As verbas desse fundo podem ser utilizadas para dar suporte à estruturação, apoio técnico, capacitação, investimento em equipamentos e manutenção e funcionamento daqueles meios de comunicação;

- Estimular a produção de comunicação e viabilizar a distribuição desse conteúdo, através do sistema público de comunicação, tendo como critério também a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos;
- Criar mecanismos de estímulo à postura crítica dos cidadãos em relação à comunicação, ofertando, nas escolas estaduais, conteúdos vinculados à leitura crítica dos meios e à prática da produção comunicativa;
- Estabelecer práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens e adultos;
- Apoiar o processo de instalação e desenvolvimento das rádios comunitárias no estado, em diálogo com o Ministério das Comunicações, já que é o responsável pelo processo de outorga das rádios comunitárias;
- Integrar os telecentros, rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais do estado com a criação de Pontos de Mídia que funcionem como espaços para produção popular e que estejam ligados a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção. Para que se garanta a independência dessa produção em relação ao governo estadual, essas centrais devem ser geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da sociedade civil local;
- Ampliar a oferta de banda larga no estado, por meio da promoção de acesso sem fio em grande escala, especialmente em áreas públicas de grande circulação, como escolas e praças e na zona rural.

d) Gestão participativa das políticas de comunicação.

- Sendo a comunicação um assunto de interesse público, a construção das políticas públicas deve se dar por meio de processos participativos, portanto deverão ser criados espaços que promovam tal participação;
- Criar o Conselho Estadual de Comunicação Social, que terá como objetivo participar da formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas estaduais de comunicação. Sua constituição deve se dar a partir de diálogo do poder público com a sociedade civil, pactuando atribuições, composição e formas de escolha, que devem sempre garantir independência política frente aos empresários e ao poder público;

CONCLUSÃO

Este é um programa em construção. Cada proposta, cada debate colocado, e toda a concepção de mundo que o permeia, vem tanto da história dos debates da esquerda socialista quanto das reflexões contemporâneas dos partidos da Frente de Esquerda e dos movimentos sociais. O debate que se inicia com este documento deve ser aprofundado, massificado, e deve contar com a contribuição cotidiana, a partir das lutas e dos processos reais, de todos e todas as exploradas e oprimidas em nossa sociedade. O programa que se aqui se apresenta se quer porta-voz da classe trabalhadora, dos e das indígenas, dos quilombolas, dos negros e negras, de todos os que amam livremente, das mulheres, dos pescadores, etc. Para o conjunto de militantes e de coletivos que construíram este documento, todo este processo eleitoral só tem sentido se baseado nas lutas concretas e se servir para fomentar mais e mais debates, e mais e mais articulação entre nós. É com este sentimento que entramos neste processo, com a certeza de que dele sairemos mais fortes, mais organizados e maiores, para seguir nas nossas lutas cotidianas e históricas que, se passam pelas urnas, seguramente não se esgotam nelas.

Vamos juntos!